

Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em SERVIÇO SOCIAL

(RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 325 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2021 - Aprova o Projeto Pedagógico do
Curso de Bacharelado em Serviço Social da Unidade Acadêmica de Poços de Caldas)
(Atualizado em setembro de 2025)

Estrutura Administrativa da UEMG

REITORA
Lavínia Rosa Rodrigues

VICE-REITOR
Thiago Torres Costa Pereira

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO
Patrícia Maria Caetano de Araújo

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
Vanesca Korasaki

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Moacyr Laterza Filho

PRÓ-REITOR DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Sílvia Cunha Capanema

DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA
Mario Ruela Filho

VICE - DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA
Ernesto de Oliveira Canedo Júnior

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
Renata C. de Oliveira Pamplin
Giovane Hilário da Silva

COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL
Christiane Shoihi Sato

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO - 2019
Adriana Gavião Bastos de Oliveira
Aline Gabriele Pereira
Cláudia Souza
Ernesto de Oliveira Canedo Júnior
Fabio Riemenschneider
Lidia Noronha Pereira
Mario Ruela Filho

COMISSÃO REVISORA – 2025
Christiane Shoihi Sato
Karina Caputti Vidal
Mario Ruela Filho

Dados de identificação da Universidade

Instituição de Ensino Superior: Universidade do Estado de Minas Gerais

Natureza jurídica: Autarquia Estadual

Endereço da sede e Reitoria: Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Ed. Minas - 8º andar - Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - MG - CEP: 31.630-900.

CNPJ: 65.172.579/0001-15.

Ato de criação: Art.81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira de 1989.

Ato regulatório de credenciamento: Lei Estadual 11539 de 23 de julho de 1994.

Ato regulatório de credenciamento: Resolução SEDECTES n. 59 de 28/08/2018, publicada em 30/08/2018.

Ato regulatório de credenciamento para oferta de cursos a distância: Portaria nº 1402 de 06/11/2017, publicado em 07/11/2017.

Dados de identificação do curso

Unidade Acadêmica: UEMG Poços de Caldas

Esfera administrativa: Estadual

Curso: Bacharelado em Serviço

Social

Modalidade do curso: Presencial

Turno de funcionamento: Noturno

Tempo de integralização do curso:

- Mínimo: 4 anos

- Máximo: 6 anos

Número de vagas ofertadas: 40 vagas

Carga horária total do curso: 3.360 horas

Formas de ingresso: Sistema de Seleção Unificada – SISU, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, Reopção, Transferência e Obtenção de Novo Título.

Dias letivos semanais: 6 (seis)

Início de funcionamento: 2022

Município de implantação: Poços de Caldas

Endereço de funcionamento do curso: Av. Padre Francis Cletus Cox, 300 – Jardim Country Club, CEP 37714-620 – Poços de Caldas – MG.

Ato de Regulação: Resolução SEE nº 5.106, de 16 de dezembro de 2024

Sumário

Ato de Regulação	4
1. Apresentação	6
2. Contextualização	9
2.1 Histórico da UEMG.....	9
2.2 Histórico da Unidade Acadêmica	11
2.3 Realidade regional	12
3. Caracterização do Curso de Serviço Social.....	12
3.1 Concepção do Curso.....	14
3.2 Justificativa do curso	15
3.3 Área de atuação.....	18
3.4 Objetivos do curso	20
3.5 Perfil do egresso	22
3.5.1 Competências e Habilidades Gerais	23
3.5.2 Competências e Habilidades Específicas.....	24
3.6 Articulação com o PDI da UEMG	25
3.7 Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão	25
4. Organização curricular.....	27
4.1 Flexibilização curricular	29
4.2 Organização da oferta semipresencial e/ou a distância	30
4.3 Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares - AACC	31
4.4 Atividades Acadêmicas de Extensão - AEE	32
4.5 Estágio Curricular Supervisionado	37
4.6 Trabalho de conclusão de curso (TCC).....	40
5. Estrutura curricular.....	41
5.1 Quadro Curricular por Núcleo Formativo.....	41
5.2 Quadro de Disciplinas Optativas	50
5.3 Quadro Resumo de Integralização	50
5.4 Quadro de integralização por Núcleo Formativo	51
5.5 Ementário das Disciplinas Obrigatórias.....	51
5.6 Ementário das Disciplinas Optativas	100
6. Metodologia de ensino.....	109
7. Avaliação de desempenho discente	111
8. Atendimento ao estudante	112
9. Núcleo Docente Estruturante	114
10. Colegiado de Curso	115
11. Infraestrutura.....	116

12. Biblioteca	118
13. Laboratório de Informática	122
Referências bibliográficas	123
Adendo 1 – Regulamento Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares	126
Adendo 2 – Regulamento das Atividades Acadêmicas de Extensão	130
Adendo 3 – Regulamento de Estágio Supervisionado	141
Adendo 4 – Regulamento das atividades do TCC	150

1. Apresentação

Após a instituição da Unidade Acadêmica de Poços de Caldas, em 11 de maio de 2017, viu-se a necessidade de expandir a oferta de cursos de graduação para a população local e regional visto que a Unidade possui apenas o curso de Licenciatura em Pedagogia. Este sentimento foi fortalecido quando a Unidade conseguiu, em 26 de novembro de 2018, uma sede própria, oferecendo infraestrutura para a oferta de novos cursos em diversas áreas do conhecimento.

Em agosto de 2019, com a instituição do Departamento de Educação e Ciências Humanas, foram intensificadas as discussões sobre a oferta de novos Cursos nas reuniões da Câmara Departamental e Colegiado de Curso. A partir destas discussões, foi proposto em Assembleia Geral a criação de uma Comissão de Novos Cursos em que todos os docentes da unidade foram convidados para participar. Foram realizadas reuniões para discutir a elaboração de um plano de trabalho a partir do qual foram realizados estudos sobre os procedimentos para a proposição de novos cursos.

A criação da Comissão de Novos Cursos respondeu à intenção de planejar a ampliação da unidade em curto, médio e longo prazo, levando em consideração o contexto regional em que a mesma se encontra, os limites e possibilidades existentes na instituição, de forma a viabilizar um desenvolvimento sólido e sintonizado com as necessidades locais.

A partir destes estudos, percebeu-se a necessidade de se realizar uma consulta de interesse com a população local e regional a fim de conhecer as demandas por cursos de graduação. Assim, em dezembro de 2019, foram realizadas duas consultas de interesse, uma voltada para estudantes do terceiro ano do Ensino Médio da rede Estadual de Ensino de escolas vinculadas à Superintendência Regional de Ensino – Poços de Caldas e outra aberta à população em geral. Para realizar os levantamentos foram criados dois formulários *online* (um para cada público) através do Microsoft Forms®.

Nos formulários foram coletadas informações como e-mail, cidade, escola em que estuda (no caso dos estudantes de terceiro ano) e se já possuíam algum diploma de graduação (no caso do público em geral). Após, foi apresentada uma lista com oito Cursos de graduação juntamente com uma breve descrição de cada um, sendo estes

Psicologia, Serviço Social, Licenciatura em História, Licenciatura em Artes, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Ciências da Natureza, Jornalismo e Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos.

A escolha dos cursos que compuseram esta lista se deu através de estudo em que se considerou a procura destes cursos em outras Unidades da UEMG ou outras instituições públicas; proximidade destes com o currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia e também observando a formação dos docentes que atuam nestes cursos visando um aproveitamento de docentes e disciplinas existentes em nossa Unidade, o que diminuiria os custos com contratações.

Durante o preenchimento do formulário devia-se apontar dentre os cursos citados acima um curso como primeira opção e um curso como segunda opção; após, era possível indicar até três cursos que não estivessem presentes na lista, mas que gostariam que a Unidade de Poços de Caldas oferecesse.

A consulta obteve um total de 844 participações sendo 277 de estudantes de Ensino Médio e 567 do público em geral. A partir dos dados obtidos, foi possível perceber que o curso mais desejado foi Psicologia, tanto por estudantes do Ensino Médio quanto pelo público em geral. Este curso foi o mais escolhido como primeira e segunda opções no primeiro grupo e, ainda, o primeiro e segundo mais escolhido no segundo grupo. Entretanto, apesar do grande interesse demonstrado pelo público local e regional, a implementação do curso de Psicologia seria um grande desafio a curto prazo, pois exigiria investimentos de estrutura física e equipamentos que levariam um tempo mais longo de preparação e teriam um maior custo para a instituição.

Outro curso que se destacou entre os grupos consultados é o de Serviço Social, que foi o segundo mais apontado como segunda opção entre os estudantes do Ensino Médio e o primeiro entre o público em geral. Diferentemente do curso de Psicologia, o de Serviço Social poderia se instalar facilmente na estrutura física já existente na unidade, pois possui alguma proximidade curricular com o curso de Licenciatura em Pedagogia, o que permitiria a possibilidade de oferta de disciplinas comuns e aproveitamento de docentes já alocados na unidade. O curso, que já possui uma forte demanda na região tanto em âmbito público quanto em organizações não governamentais, adquiriu relevância ainda maior a partir da Lei 13.935/2019, que estabelece a oferta de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica, ampliando as possibilidades de inserção profissional dos egressos.

Levando tais pontos em consideração, a Comissão de Novos Cursos entrou em contato com o Fórum do Curso de Serviço Social da UEMG, que abarca representantes de todas as unidades que ofertam o curso e que está trabalhando em uma estrutura curricular comum (que atenda às particularidades de cada unidade, mas que favoreça uma integração institucional). Assim, representantes da comissão participaram de uma das reuniões do Fórum e obtiveram grande receptividade e disponibilidade dos seus integrantes para auxiliar no processo de implementação do curso na unidade, tendo em vista a impossibilidade de designação de um profissional da área para esse momento de implantação.

Após esse momento, a Comissão de Novos Cursos enviou ao CONUN um relatório em que constavam todas as etapas da consulta aos referidos grupos, bem como gráficos e demais resultados e análises, juntamente com a proposta de três cursos, sendo um deles o Bacharelado em Serviço Social. Obtendo resposta favorável e elogiosa, a referida Comissão iniciou os processos de implementação de novos cursos, dividindo-se em frentes. Assim, coube a esta frente da Comissão organizar os procedimentos para a construção deste Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social.

No entanto, devido ao fato da unidade Poços de Caldas não dispor de um profissional da área de Serviço Social, houve a necessidade de estreitarmos as parcerias, já mencionadas acima, com outras unidades da UEMG que dispõem de profissionais da referida área. Assim, solicitamos à coordenação do curso de Serviço Social da unidade de Passos que nos assessore durante essa fase de implementação do curso. Dessa maneira, este projeto tomou como orientação prévia o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da unidade de Passos, aprovado pelo CONUN em 2017.

Juntamente a esse respaldo institucional, a presente Comissão também contou com a assessoria da coordenação do curso de Bacharelado em Serviço Social que nos orientou a respeito de mudanças e readaptações do currículo mediante as deliberações do Fórum do curso de Serviço Social da UEMG e do colegiado de curso da unidade de Passos.

Também é importante destacar que, embora tenhamos buscado respaldo no PPC do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Unidade de Passos, essa comissão considerou fundamental seguir a estrutura organizacional do PPC de Pedagogia da Unidade Poços de Caldas para que tenhamos, assim, a mesma

formatação e linha de apresentação entre os cursos. Além disso, buscamos trazer para o presente PPC algumas especificidades e demandas da região de Poços de Caldas e, ainda, a sua conexão com o curso de Pedagogia, de maneira que possamos contar com um curso voltado para a nossa realidade.

Em 2025, ano em que a primeira turma do curso concluí sua formação, a Direção da Unidade estimulou a revisão do PPC, considerando a avaliação dos discentes e docentes, promovendo revisão dos ementário das disciplinas e a curricularização da extensão universitária em disciplinas obrigatórias.

2. Contextualização

2.1 Histórico da UEMG

Uma análise dos 30 anos de sua criação permite afirmar que a Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG representa, hoje, uma alternativa concreta e rica de aproximação do Estado mineiro com suas regiões, por acolher e apoiar a população de Minas onde vivem e produzem. Por sua vocação, tem sido agente do setor público junto às comunidades, colaborando na solução de seus problemas, por meio da realização do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, e na formatação e implementação de seus projetos de desenvolvimento.

Para se firmar no contexto do Ensino Superior no Estado e buscando estar presente em suas mais distintas regiões, a UEMG adota um modelo multicampi, se constituindo não apenas como uma alternativa aos modelos convencionais de instituição de ensino, mas também como força política e social para o desenvolvimento regional. A Universidade apresenta uma configuração ao mesmo tempo, global e regional. Ela se diferencia das demais pelo seu compromisso com o Estado de Minas Gerais e com as regiões nas quais se insere em parceria com o Governo do Estado, com os municípios e com empresas públicas e privadas. Compromisso este apresentado em um breve histórico da formação de suas Unidades acadêmicas.

A UEMG foi criada em 1989, mediante determinação expressa no Art. 81 Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição do Estado de Minas Gerais e a sua estrutura foi regulamentada pela Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, que a definiu como uma autarquia de regime especial,

pessoa jurídica de direito público, com sede e foro em Belo Horizonte, com autonomia didático científica, administrativa e disciplinar, incluída a gestão financeira e patrimonial.

O Campus de Belo Horizonte teve sua estrutura definida pela mesma Lei nº 11.539/1994, que autorizou a incorporação à UEMG da Fundação Mineira de Arte Aleijadinho – FUMA, hoje transformada em duas escolas: Música e Design; a Fundação Escola Guignard; o curso de Pedagogia do Instituto de Educação, que foi transformado na Faculdade de Educação. Compõe o Campus Belo Horizonte ainda, a Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves – FaPP, criada pela Resolução CONUN/UEMG n. 78, de 10 de setembro de 2005, com vistas a contribuir para a consolidação do compromisso da UEMG relativo ao desenvolvimento de projetos de expansão e diversificação dos cursos oferecidos e, para a ampliação do acesso ao ensino superior no Estado.

No interior de Minas Gerais, a UEMG realizou, em convênio com prefeituras municipais, a instalação do curso de Pedagogia fora de sede em Poços de Caldas e das Unidades Acadêmicas em Barbacena, Frutal, João Monlevade, Leopoldina e Ubá com a oferta de cursos que buscam contribuir para a formação de profissionais e para a produção e difusão de conhecimentos, que reflitam os problemas, as potencialidades e as peculiaridades de diferentes regiões do Estado, com vistas à integração e ao desenvolvimento regional.

Em 2010, a Universidade realizou seu credenciamento junto ao Ministério da Educação, através da Portaria nº 1.369 de 07 de dezembro de 2010, para oferta de cursos de Educação a Distância. Consolidado com sua inserção na Universidade Aberta do Brasil – UAB, ofertando Cursos de Aperfeiçoamento, Graduação e Especialização na modalidade a distância.

Por meio da Lei nº 20.807, de 26 de julho de 2013, foi prevista a estadualização das fundações educacionais de ensino superior associadas à UEMG, de que trata o inciso I do § 2º do art. 129 do ADCT, a saber: Fundação Educacional de Carangola, na cidade de Carangola; Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, em Diamantina; Fundação de Ensino Superior de Passos, na cidade de Passos; Fundação Educacional de Ituiutaba, no município de Ituiutaba; Fundação Cultural Campanha da Princesa, em Campanha e Fundação Educacional de Divinópolis, na cidade de Divinópolis; bem como os cursos de ensino superior mantidos pela Fundação Helena Antipoff, no município de Ibirité.

Finalizado o processo de estadualização, a UEMG assumiu posição de destaque no cenário educacional do Estado, com presença em 14 Territórios de Desenvolvimento, sendo 16 municípios com cursos presenciais e 8 pólos de Educação a Distância, comprometida com sua missão de promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão de modo a contribuir para a formação de cidadãos interessados com o desenvolvimento e a integração dos setores da sociedade e das regiões do Estado.

2.2 Histórico da Unidade Acadêmica

Em 1965, por meio da Lei 1.265, a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas instituiu a Faculdade Municipal de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI) como entidade autárquica de direito público regularmente organizada e autorizada pelo Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE-MG), pelos Pareces CEE-MG n.268/66 e CEE-MG n.269/66. A partir da criação da FAFI foram criadas as faculdades de Administração, Ciências Contábeis e Engenharia Civil que, posteriormente, passaram a integrar a Autarquia Municipal de Ensino. Com a absorção de seus cursos por outra universidade, a Autarquia Municipal de Ensino (AME) deixou de oferecer o ensino superior.

Em meados de 2002, a AME retoma suas atividades no Ensino Superior na busca pelo serviço educacional-pedagógico. Nesse mesmo ano, firma-se o convênio entre a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e a AME para oferta do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação do Campus de Belo Horizonte, como Curso Fora de Sede, em Poços de Caldas.

Em reunião do Conselho Universitário (CONUN), realizada em 11 de maio de 2017, a UEMG aprovou a Unidade Acadêmica de Poços de Caldas. Essa mudança marca o início de uma nova etapa para o curso de Pedagogia e para a UEMG em Poços de Caldas.

Funcionando em instalações alugadas pela AME, na Rua Corumbá, n. 72, Jardim dos Estados, em novembro de 2018 a Unidade Acadêmica de Poços de Caldas foi transferida para instalações de propriedade do Estado, na Avenida Padre Francis Cletus Cox, n. 300, Jardim Country Club, em espaço mais amplo e apropriado à vivência acadêmica de alunos, professores e funcionários, com potencialidades para a implantação de novos cursos de graduação e de pós-graduação.

Em 2021, a Unidade tem sua proposta de implantar o bacharelado em Serviço Social aprovada e, em 2022, o curso teve seu início com alunos ingressantes.

2.3 Realidade regional

Atendendo à comunidade de Poços de Caldas e municípios circunvizinhos, como Andradas, Alfenas, Machado, Caconde, Caldas, Bandeira do Sul, Ibitiúra de Minas, Cabo Verde, Botelhos, São João da Boa Vista e Campestre, entre outras cidades, o Curso de Serviço Social da UEMG - Unidade Poços de Caldas se constitui como o único curso de graduação em Serviço Social presencial de universidade pública na região, o que confere a sua importância enquanto instituição de ensino superior.

Neste contexto regional, a economia se estabelece nas atividades de serviço, agropecuária e industrial. No Município de Poços de Caldas, especificamente, prevalecem as atividades turísticas, a mineração, a indústria de vidros, cerâmicas e cristais, além do predomínio da cultura do café e as indústrias de laticínio e alimentos.

3. Caracterização do Curso de Serviço Social

O Serviço Social foi implantado no Brasil como profissão em 1936. Nesse período, legitimou-se no mercado de trabalho ocupando vários espaços em organismos estatais, entidades empresariais e filantrópicas. Surge marcado por um caráter conservador sob forte influência norte-americana, com uma atuação baseada no assistencialismo e moldado pelo viés político.

As primeiras escolas de Serviço Social no Brasil foram fundadas em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente em 1936 e 1937. Sua estrutura de formação baseou-se na Doutrina Social da Igreja Católica, com fundamentação tomista e neotomista.

O surgimento das Ciências Sociais e sua consequente fragmentação influenciou o Serviço Social brasileiro com sua matriz positivista. No entanto, o positivismo não oferecia possibilidades de mudanças, a não ser dentro da ordem pré-estabelecida, ou seja, no ajuste à preservação da ordem capitalista. Possuía

uma compreensão imediatista das relações sociais com uma ação burocrática sem aprofundamento teórico.

Nesse período, o Serviço Social começa a consolidar seu referencial teórico, pois, até então era doutrinário. Importa dos Estados Unidos o Serviço Social de caso, grupo e comunidade e continua com pensamento conservador.

Tem-se, nesse momento, no Serviço Social, a linguagem desenvolvimentista e a emergência de uma nova vanguarda acadêmica, que forja perspectivas diferentes para um novo momento profissional de reconceituação e de pesquisa teórica e metodológica.

Em face dessa situação, o movimento de Reconceituação do Serviço Social, ocorreu na década de 1960 na América Latina. Seu objetivo foi a busca por uma autonomia de reflexão teórico metodológica a partir da realidade latino americana, deixando de lado a influência norte-americana.

Destarte, surge o primeiro Seminário de Teorização do Serviço Social, realizado em Araxá, com o objetivo de superar o discurso tradicional. Em seguida, o Seminário de Teresópolis que teve como mérito a introdução de mudanças na terminologia tradicional e na metodologia empregada dentro um esquema científico.

Esses Seminários tiveram como preocupação a conceituação do Serviço Social e, seguindo essa mesma linha, entra em cena o Seminário do Alto da Boa Vista e de Sumaré com o objetivo de dar continuidade à busca da identidade histórica, sócio cultural e política do Serviço Social. Esse Seminário tratou das tendências filosóficas: positivismo, fenomenologia e a dialética. Contudo, esses Seminários não discutiam o processo de rompimento com as práticas conservadoras e, segundo Netto (2009), o momento de intenção de ruptura surgirá com o movimento da Escola de Belo Horizonte, sob a liderança de Leila Lima dos Santos.

Nesse período, despontavam-se os trabalhos de pós-graduação sobre a intenção de ruptura e as pesquisas que se pautavam nas fontes originais do marxismo. Identificou-se, a partir da década de 1980, uma aproximação da profissão aos paradigmas críticos e o rompimento com os paradigmas conservadores, passando, assim, por uma reconceituação, exigindo alto aprimoramento técnico-operativo e prático-operativo capaz de intervir sobre e nas demandas. Este é o grande desafio.

O Serviço Social na contemporaneidade sintetiza o desafio de decifrar novos tempos para enfrentar a atual conjuntura e as transformações. Para isso, faz-se necessário formar um profissional competente, que busque se engajar em equipes interdisciplinares, ser apto para desempenhar seu papel enquanto elaborador e gestor de Políticas Públicas, em consonância com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mostrando dominar as inovações tecnológicas e ser conhecedor da realidade social, econômica e política.

Quanto à formação, o curso deve viabilizar a capacitação teórico-metodológica e ético-política para o exercício de atividades técnico-operativas para apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade; dando suporte para análise crítica da realidade social brasileira; apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e compreendendo o significado social da profissão e seu desenvolvimento sócio-histórico. Deve procurar identificar as demandas na sociedade, visando reformular respostas profissionais para o enfrentamento das manifestações das expressões da questão social. Assim, é preciso ultrapassar as relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem frente à questão social e suas manifestações.

A universidade, enquanto espaço de educação, responsável pelo ensino, pesquisa e extensão, deve estar preparada para superar esses desafios e a necessidade do estabelecimento de padrões de qualificação do ensino. O projeto pedagógico proposto para os cursos de Serviço Social junto ao projeto ético-político profissional estabelece o compromisso e intencionalidade à formação profissional e da pessoa humana. Expressa uma concepção de ensino-aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção do profissional nas relações de trabalho como atividade central na constituição do seu ser social, onde ele se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ele está inserido.

3.1 Concepção do Curso

A criação do curso de Serviço Social em Poços de Caldas tem por objetivo formar e qualificar assistentes sociais críticos e competentes por meio de ensino,

pesquisa e extensão, de modo a combinar para a formulação e políticas sociais públicas, com a organização e mobilização da sociedade civil, tendo em vista o desenvolvimento da cidadania e do processo de democratização da sociedade brasileira.

O município de Poços de Caldas e região se desenvolveu a partir de diferentes formas econômicas e frentes de trabalho. Ainda que guardadas as proporções locais, Poços de Caldas constitui-se em exemplo vivo de expressões da questão social gerada pelas transformações no mundo do trabalho; o significativo índice de desemprego no Estado de Minas Gerais, leva a expansão do mercado informal e ao aproveitamento da mão-de-obra feminina e infanto-juvenil em atividades domésticas e mal remuneradas. Por outro lado, aumentam as demandas na assistência jurídico social devido aos problemas advindos da vulnerabilidade social das famílias.

A criação do Curso de Serviço Social tem como propósito contribuir para a formulação de propostas estratégicas e soluções destas questões, através da participação de profissionais da área em projetos sociais de entidades públicas e privadas, nas seguintes áreas: assistência social (Secretaria Municipal de Promoção Social, entidades assistenciais, órgãos públicos e privados); saúde (Secretaria Municipal de Saúde – hospitais, ambulatórios e policlínicas); educação (Secretaria Municipal de Educação – escolas e projetos culturais); judiciário (Fórum) e outros (empresas privadas).

A comunidade poços-caldense e região poderá ter a oportunidade de receber benefícios importantes com o curso de Serviço Social, no sentido de buscar soluções aos problemas sociais, através de metodologia planejada em pesquisas, planos, projetos e assessorias, visando efetividade nas ações sociais implementadas.

Os conteúdos do curso de Serviço Social, nesta sua origem, como já mencionado, tomaram como base os parâmetros curriculares do curso de Serviço Social da unidade de Passos que estão organizados em componentes curriculares importantes para a formação profissional do Assistente Social, que são: disciplinas teórico-práticas, oficinas, estágios, atividades complementares, projetos de pesquisa e extensão.

3.2 Justificativa do curso

A ampliação do mercado de trabalho para o assistente social se deu a partir da Constituição Federal de 1988 e as respectivas leis criadas a partir de 1990 nos setores das Políticas Públicas: a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (lei n. 8.742/93); o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (lei n. 8.069/90); o SUS – Sistema Único de Saúde (lei 8.080/90); o SUAS – Sistema Único da Assistência Social e o Estatuto do Idoso (lei 10.741/2003). A normatização da categoria abre novas frentes de trabalho para o exercício profissional na área da Seguridade Social pelo tripé: saúde, previdência social e assistência social. Outra questão importante a ser destacada é a possibilidade de participação da sociedade civil na formulação, gestão e controle das políticas sociais, através dos Conselhos, em diferentes instâncias do poder, que tratam dos Direitos (Criança e Adolescentes, Idosos, Pessoas com Deficiência, Saúde, Assistência Social), marcando um espaço significativo da intervenção profissional do assistente social.

Este alargamento do espaço profissional avança não somente na esfera executiva, mas, também, em diferentes formas de atuação profissional como: formulação, gestão e avaliação de políticas sociais no âmbito do poder local; pesquisa, planejamento, assessoria/consultoria, treinamento, gerenciamento de recursos e projetos. Crescem os trabalhos de parcerias interinstitucionais e em equipes multiprofissionais, tanto no setor público como no privado.

É certo, também, que a minimização do papel do Estado, em consonância com a política neoliberal, vem modificando as condições de trabalho do assistente social, diminuindo os espaços estatais de atuação e ampliando as opções no chamado 3º setor¹.

Outra dimensão da prática profissional do Assistente Social é posta pelas transformações operadas no mundo do trabalho, em decorrência das inovações tecnológicas, comerciais e organizacionais, nos marcos da globalização da produção e dos mercados, de modo a responder aos padrões de produtividade e qualidade estabelecidos pela competição internacional. Tais transformações afetam o espaço sócio ocupacional do Serviço Social, tais como: reengenharia,

¹ Terceiro Setor é o conjunto de instituições, ONGs, fundações etc., que desempenham função pública e encontram-se fora do Estado, no espaço de intersecção entre este e o mercado, porém sem fins lucrativos (Montaño, 2002).

terceirização, gerenciamento participativo, etc, que requerem distintas respostas do Serviço Social.

A ampliação e a diversificação do mercado de trabalho do assistente social leva à ocupação de espaços em instituições de natureza diferenciadas, públicas e privadas e também do 3º setor. Cada vez mais, o exercício de atividades se diversifica solicitando qualificações e respostas eficazes às necessidades múltiplas das demandas sociais.

Os novos paradigmas da assistência social centrados na ótica do direito, da universalização, da descentralização, do controle social, da participação popular, da proteção social, remetem ao desafio de traduzi-los em políticas sociais que contemplem e se concretizem em ações, atividades e serviços sociais básicos que transformem qualitativamente a vida cotidiana da demanda.

Na atual conjuntura nacional e internacional excludente, desfavorável a uma sociedade de bem-estar social, onde o acesso a bens e serviços sociais não estão ao alcance de todos, a prioridade pela assistência social como política pública de proteção social, de caráter universalista e inclusiva, faz o profissional, assistente social, ganhar importância no processo de transformação social.

Neste contexto, o município de Poços de Caldas/MG não difere da atual conjuntura socioeconômica. As contingências histórico-culturais da região a qual pertence, o Sudoeste de Minas Gerais, tornam-se significativas no que diz respeito à educação. Atualmente, configura-se como polo educacional, recebendo e atendendo estudantes dos municípios vizinhos, como já mencionado no item 2.3, além de estudantes provenientes de outros Estados.

A localização privilegiada de Poços de Caldas/MG, distante poucos quilômetros de cidades do Estado de São Paulo como Águas da Prata e São João da Boa Vista, permite o intercâmbio cultural, acadêmico e as parcerias em projetos sociais.

A cidade de Poços de Caldas constitui-se enquanto um local de manifestação de diversas expressões da questão social geradas pelas transformações no mundo do trabalho; o significativo índice de desemprego no Estado de Minas Gerais, leva à expansão do mercado informal, à terceirização, à precarização, à flexibilização e intensificação do trabalho. Assim sendo, aumentam as demandas na assistência jurídico-social e policial devido aos problemas de desestruturação e violência familiar, vulnerabilidade social e

econômica.

A criação do curso de Serviço Social em Poços de Caldas contribuirá para a formulação de propostas estratégicas no sentido de amenizar as expressões da questão social, através da participação de profissionais da área em projetos sociais de entidades públicas ou privadas, nas seguintes áreas: assistência social - Secretaria Municipal de Promoção Social; entidades assistenciais, órgãos públicos e privados; Secretaria Municipal de Saúde – hospitais, ambulatorios e policlinicas; educação - Secretaria Municipal de Educação – escolas e projetos culturais; judiciário – Fórum; e outros - empresas privadas.

A comunidade poços-caldense e região receberão benefícios importantes com a criação do curso de Serviço Social por atender às demandas sociais locais e regionais. Considerando que o município de Poços de Caldas é uma cidade polo e vivencia diversas expressões da questão social, entende-se que a presença deste curso traz à comunidade local benesses e ações para a sua transformação e desenvolvimento.

3.3 Área de atuação

Podemos considerar que o Assistente Social é o:

- Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais;
- Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho;
- Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

A atuação do assistente social se faz desenvolvendo ou propondo políticas públicas que possam responder pelo acesso dos segmentos de populações aos

serviços e benefícios construídos e conquistados socialmente, principalmente, aqueles da área da Seguridade Social.

De modo geral, as instituições que requisitam o profissional de Serviço Social se ocupam de problemáticas relacionadas a: crianças moradoras de rua, em trabalho precoce, com dificuldades familiares ou escolares, sem escola, em risco social, com deficiências, sem família, drogadictas, internadas, doentes; adultos desempregados, em conflito familiar ou conjugal, aprisionados, em conflito nas relações de trabalho, hospitalizados, doentes, organizados em grupos de interesses políticos em defesa de direitos, portadores de deficiências; idosos asilados, isolados, organizados em centros de convivência, hospitalizados, doentes; minorias étnicas e demais expressões da questão social.

Devido à experiência acumulada no trabalho institucional, a(o) Assistente Social tem-se caracterizado pelo seu interesse, competência e intervenção na gestão de políticas públicas e hoje contribuindo efetivamente na construção e defesa delas, a exemplo do Sistema Único de Saúde - SUS, da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, participando de Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais, bem como das Conferências nos 3 níveis de governo, onde se traçam as diretrizes gerais de execução, controle e avaliação das políticas sociais.

Algumas áreas e instituições de atuação do assistente social:

- **Assistência Social Pública:** Órgãos de Bem Estar Social; Secretarias Municipais ou Estaduais de Assistência Social, Centros de Atendimento à população em situação de risco social (crianças, adolescentes, idosos);
- **Saúde pública e Privada:** Secretarias de Saúde, Unidades Regionais de Saúde, Centro de Saúde, Hospitais, Clínicas, Ambulatórios;
- **Previdência Social:** órgãos da previdência social pública ou privada em nível federal, estadual e municipal;
- **Área Empresarial:** indústrias, empresas públicas e privadas, órgãos patronais de Serviço Social (SESC, SESI e SEST SENAT);
- **Habitação:** Órgãos de financiamento e planejamento habitacional, companhias e cooperativas habitacionais;

- **Educação:** Secretarias de Educação, escolas públicas e particulares, centros de educação especial, Centros de readaptação de crianças, Universidades;
- **Área sócio jurídica:** Secretarias de Segurança Pública, Delegacias, Forças Armadas, Penitenciárias; Tribunais de Justiça, Promotorias, Defensorias Públicas e Serviços de Assistência Jurídica;
- **Movimentos Sociais Populares:** Associação de bairros e/ou moradores, movimentos populares, comunidade de base, núcleos de produção comunitária e cooperativas;
- **Terceiro Setor:** Organizações Não-Governamentais;
- **Conselhos de Políticas Públicas:** Conselhos de Saúde, Conselho de Educação, Conselhos da Assistência Social, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos de Idosos;
- **Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária em Serviço Social:** ensino dos conteúdos específicos e supervisão de estágios em Serviço Social e desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão.
- **Assessoria e Consultoria em Serviço Social:** prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

3.4 Objetivos do curso

3.4.1 Objetivo geral:

- O Curso de Serviço Social visa à formação e qualificação de assistentes sociais críticos e competentes por meio do ensino, pesquisa e extensão, na viabilização e formulação de políticas sociais públicas, com a organização e mobilização da sociedade civil, tendo em vista o desenvolvimento da cidadania e do processo de democratização da

sociedade brasileira.

3.4.2 Objetivos Específicos:

- Promover o ensino e estimular o conhecimento das situações problemas da contemporaneidade através do desenvolvimento do pensamento científico e do pensamento reflexivo;
- Formar profissionais capazes de atuar em todas as áreas do Serviço Social, seja no setor público, no setor privado ou no 3º setor;
- Formar um Profissional comprometido com a qualidade das ações, adaptando-se de forma crítica, reflexiva e sistemática às mudanças no mundo do trabalho e às inovações científico-tecnológicas, impondo-se como membro qualificado e competente em equipes multiprofissionais;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, para deste modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a sua correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizada do conhecimento;
- Estimular o conhecimento dos problemas da contemporaneidade, em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da educação e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- Possibilitar a capacitação para a prática profissional na área de Serviço Social integrada com profissionais da educação em processos educativos, no desenvolvimento de ações para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, em ambientes escolares e não-escolares.

Este PPC busca, portanto, formar profissionais para atuar baseando-se numa formação que supera a tradição pedagógica tecnicista caracterizada pela separação do saber/fazer e da teoria/prática. O foco é abrir novos enfoques metodológicos e tecnológicos, numa proposta de trabalho atualizada, dinâmica e contextualizada nas demandas sociais e de mercado.

3.5 Perfil do egresso

O perfil desejado dos egressos do curso de Serviço Social, da Unidade Acadêmica de Poços de Caldas, foi concebido a partir das orientações definidas nas DCN (Resolução CNE/CES n. 15, de 13/03/2002) e nas recomendações elaboradas pela ABEPSS que estabelecem a formação do profissional capacitado, tendo em vista as peculiaridades da contemporaneidade, o mercado de trabalho e as mudanças socioeconômicas e tecnológicas.

O profissional formado no Curso de Serviço Social, da Unidade Acadêmica de Poços de Caldas, atuará nas expressões da questão social, formulando, planejando, implementando, executando e gerenciando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

O Assistente Social egresso do curso será dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; Deverá ser um profissional que analise o contexto conjuntural e estrutural, identificando as forças sociais presentes para definir estratégias de ação, comprometido com os valores e princípios norteadores do Projeto Ético Político Profissional e do Código de Ética do Assistente Social. Ademais, o Assistente Social formado pela Unidade Acadêmica de Poços de Caldas consolidará em seu perfil a construção de conhecimento e competência para: atuação sistêmica em Serviço Social, com domínio instrumental e teórico para a execução de suas atividades, que inclui o desafio diário das novas atribuições demandadas por novas tecnologias e o agravamento das expressões da questão social, bem como provê-los de massa crítica sobre as implicações éticas do profissional Assistente Social. Configurando-se, assim, como um

profissional com competências e habilidades para atuar no campo do Serviço Social.

3.5.1 Competências e Habilidades Gerais

Este PPC corrobora com as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social e assim caracteriza a formação profissional:

“Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais: - Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. - Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.”

Considerando as seguintes competências e habilidades gerais para o profissional de serviço social:

Competências e Habilidades Gerais – DCN SERVIÇO SOCIAL
I – Capacitação teórico-metodológica e ético política como requisito fundamental para o exercício de atividades científicas e técnico operativa;
II – Apreensão crítica dos processos e relações sociais numa perspectiva de totalidade;
III – Investigação e análise do movimento histórico da sociedade brasileira apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;
IV – Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação com base na realidade;
V – Identificação das demandas da sociedade, visando definir ações profissionais para enfrentamento das expressões da questão social;
VI – Utilização de sistemas de informação.

3.5.2 Competências e Habilidades Específicas

Este PPC entende como Competências e Habilidades como o conjunto de capacidades de elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social; contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais; orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos; realizar pesquisas; prestar assessoria e consultoria, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

Competências e Habilidades Específicas do Assistente Social	
1	Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.
2	Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil.
3	Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.
4	Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.
5	Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais.
6	Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.
7	Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas ao Serviço Social.
8	Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.
9	Planejamento, organização e administração dos serviços sociais e de unidade de serviço social.
10	Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

11	Prestar assessoria que favoreça o direito à educação de estudantes em situação de vulnerabilidade social e pessoas com deficiência.
----	---

3.6 Articulação com o PDI da UEMG

Este Projeto Pedagógico de Curso tem como diretriz a Missão da UEMG, expressa em seu Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMG (PDI), de promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão de modo a contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a integração da sociedade e das regiões do Estado de Minas Gerais e a sua visão de ser referência institucional, em consonância com as políticas públicas e as demandas da cidadania mineira.

Também se posiciona na possibilidade de concretizar suas crenças na qualidade acadêmica e na formação de uma comunidade científica que vise a interação com outras instituições produtoras de conhecimento; no compromisso com a Ética Profissional em suas relações e ações, promovendo a dignidade humana e cidadã; na responsabilidade social ao formar cidadãos éticos, críticos e inovadores, desenvolver pesquisas na área da assistência social; e na inovação e trabalho, se posicionando como instituição geradora de conhecimento, formando pesquisadores capazes de competir e cooperar com o setor produtivo e de contribuir para o desenvolvimento da nação.

E, no âmbito do Curso de Serviço Social, este Projeto se compromete com as metas do PDI de estruturar e consolidar a política de apoio ao estudante da UEMG; implantar a monitoria voluntária nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão; avaliar e rever este Projeto de Curso processualmente, com a participação de docentes, alunos e egressos; ampliar e consolidar o número de grupos de pesquisa; ampliar o número de projetos inter e transdisciplinares; aumentar o número de projetos resultando em publicações definitivas; e manter e ampliar o processo de desenvolvimento e institucionalização da extensão na UEMG, contemplando a participação da extensão no processo de integralização curricular.

3.7 Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

As atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão serão articuladas por meio

da atuação do Departamento de Educação e Ciências Humanas (DECH), enquanto estrutura universitária para efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, dos grupos de pesquisas, dos trabalhos de conclusão de curso e atividades de Estágio Curricular Supervisionado.

Considerando o tripé estruturador da Universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão) e também o que prevê a Resolução CEE/MG 482/2021, é importante ressaltar que o Curso possui uma intensa articulação destes eixos estruturadores.

Do ponto de vista da pesquisa, os docentes do curso desenvolverão projetos, muitos financiados pelos editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) ou do Programa Institucional de Apoio à Pesquisa da UEMG (PAPq/UEMG).

Esses projetos geram publicações e participações em eventos científicos. A pesquisa também é privilegiada na própria estrutura curricular do Curso, que prevê as disciplinas de Metodologia Científica, Pesquisa Social I e Pesquisa Social II. O mesmo se dá com o Trabalho de Conclusão de Curso que, na modalidade Monografia, deve estar embasado em uma pesquisa acadêmica.

A unidade Poços de Caldas desenvolve atividades de pesquisa desde 2008 com a participação de pesquisadores, professores, bolsistas e alunos voluntários. Atualmente a unidade tem três grupos de pesquisa reconhecidos pelo CNPq, que desenvolvem pesquisas na área das ciências humanas e sociais, são eles: NEP (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Memória, Cultura e Educação), GEPACE (Grupo de Estudos em Ambiente, Cultura e Educação) e NEPEP (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Pública).

Está em processo final de implantação na unidade o CEP (Comitê de Ética em Pesquisa), ligado ao CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa). O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, com função pública, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. Foi criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Com relação à Extensão Universitária é também considerável a participação do corpo docente e discentes em programas, projetos e atividades

voltadas para a comunidade. Programas, projetos e atividades de Extensão da Unidade Acadêmica de Poços de Caldas (relacionados aos oito eixos organizadores da Extensão Universitária: Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Saúde, Comunicação, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, e Trabalho), sistematicamente contam com a participação de docentes e discentes da unidade.

Enfatizando as ênfases/eixos temáticos que orientam e integram a matriz curricular proposta neste Projeto, a articulação das atividades buscará efetivar e consolidar a pesquisa e a extensão como atividades institucionais significativas para comunidade e região.

4. Organização curricular

A organização curricular aqui proposta considerará a integralização de carga horária de 4032 horas-aula, 3360 horas e 224 créditos.

A carga horária será dividida em 8 períodos semestrais (os Núcleos Formativos - NF) e cada um deles terá 18 semanas e seis dias letivos por semana.

A integralização da carga horária destinada aos componentes curriculares e ao Estágio Curricular Supervisionado será cumprida considerando:

- 3 Eixos disciplinares:
 - Núcleo de disciplinas dedicadas aos **Fundamentos Teóricos-Metodológicos da Vida Social (NFTMVS)**;
 - Núcleo de disciplinas dedicadas aos **Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira (NFFSHSB)**; e
 - Núcleo de disciplinas dedicadas aos **Fundamentos do Trabalho Profissional (NFTP)**.
- Oferta semestral de disciplinas optativas, em 144 horas aulas, 8 créditos, 120 horas.
- Disciplinas Eletivas: 36 horas/aula, 30 horas, 2 créditos, no mínimo, em outro curso da UEMG ou em outra instituição de Ensino Superior.
- 8 núcleos formativos semestrais.

O Curso de Serviço Social atende à Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002 (que estabelece as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social), Resolução CEE/MG n. 482, de 08 de julho de 2021 (que estabelece normas relativas à regulação da Educação Superior do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e dá outras providências) e demais legislações pertinentes, uma vez que:

- a) A carga horária total do curso é **4032** horas/aula, equivalentes a **3360** horas/relógio; atendendo à Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007.
- b) Libras será oferecida como disciplina optativa; (Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005)
- c) O tempo mínimo de integralização é de 8 semestres;
- d) Os objetivos do curso e o perfil do egresso atendem ao estabelecido nas DCN, pelo CFESS e ABEPSS, e pela Lei de Regulamentação da Profissão (LEI Nº 8.662, de 07/06/1993);
- e) O perfil do egresso; as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas durante o período de formação; os conteúdos básicos relacionados à habilitação e os conteúdos específicos escolhidos pela instituição para organizar seu currículo pleno; as características dos estágios; as atividades complementares e respectiva carga horária; a estrutura do curso; as formas de acompanhamento e avaliação da formação ministrada e atendem ao estabelecido na Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002;
- f) As atividades acadêmicas curriculares complementares (AACC) com estudos e práticas independentes presenciais e/ou a distância (monitorias, estágios extra-curriculares; programas de extensão; estudos complementares; participação em cursos, seminários, conferências e congressos) contribuem para a formação do profissional autônomo e comprometido com a educação continuada;
- g) O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) atende ao que consta na Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002, sendo feito sob orientação docente;
- h) Atende ao estabelecido na Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena). As disciplinas que

contemplam a referida Resolução são: Questão étnico-racial no Brasil (3º núcleo formativo). Ainda, há outras que circundam a temática como Sociologia geral (1º núcleo formativo), Formação Sócio histórica do Brasil (1º núcleo formativo) e Antropologia (2º núcleo formativo).

i) Políticas de Educação Ambiental - Resolução CNE/CP nº 2/12, de 15 de junho de 2012 - Diretrizes Nacionais para Educação Ambiental. Esta resolução é contemplada especificamente nas ementas das disciplinas obrigatórias: Ciência Política e Antropologia (ambas no 2º núcleo formativo) e Classes e Movimentos Sociais I e II (2º e 3º núcleos formativos, respectivamente), Serviço Social: Meio Ambiente, Questão Agrária e Urbana e também na ementa da disciplina optativa Tópicos de estudos especiais em Meio Ambiente: Educação, Saúde e Sociedade.

j) Atende à Resolução CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. As disciplina obrigatórias que contemplam a referida Resolução são: Ética e Direitos Humanos (3º núcleo formativo) e Ética e Serviço Social (4º núcleo formativo). A disciplina Optativa que contempla esta Resolução é Tópicos de Estudos Especiais em questão social e violência. Ainda, há outras que circundam a temática como Filosofia (2º núcleo formativo), Questão étnico-racial no Brasil (3º núcleo formativo), Gênero e Sexualidade (4º núcleo formativo) e Envelhecer na Contemporaneidade: aspectos sociais, biológicos, cognitivos e emocionais (6º núcleo formativo).

4.1 Flexibilização curricular

A proposta deste PPC é proporcionar a matrícula por disciplina e, assim, a Matriz Curricular descrita neste Projeto operará apenas como sugestão de percurso formativo, tendo em vista o papel interdisciplinar e integrador das ênfases temáticas. No entanto, o graduando poderá cursar mais ou menos disciplinas do que foi indicado na Matriz e poderá, inclusive, matricular-se em disciplinas de períodos posteriores, desde que se observe a disponibilidade de vaga, a exigência de pré-requisito e o prazo máximo para integralização dos créditos.

Desta forma, todas as disciplinas propostas pela matriz curricular estarão disponíveis como disciplinas eletivas para graduandos de outros cursos e, como tal, este PPC possibilita, ao graduando, o enriquecimento de seu Histórico Acadêmico

por meio da inclusão de disciplinas eletivas concluídas com êxito, na forma presencial, semipresencial ou à distância em outros cursos de graduação.

Além das disciplinas obrigatórias e eletivas, a oferta de disciplinas optativas busca ofertar a flexibilidade para a formação do graduando, entendendo neste PPC:

- **Disciplinas Obrigatórias:** como sendo as disciplinas que constam neste PPC, imprescindíveis à formação profissional do/a estudante e por ele devem ser obrigatoriamente cursadas;

- **Disciplinas Optativas:** são disciplinas que constam neste PPC, dizem respeito à área e permitem aprofundamento de estudos em alguns campos do conhecimento, devem ser cursadas pelo graduando, totalizando 144 horas/aula (8 créditos), mas será facultada ao aluno a escolha, devendo este optar por quatro (4) disciplinas, entre as oito (8) que serão oferecidas;

- **Disciplinas Eletivas:** são quaisquer disciplinas de outros cursos de graduação, que não estejam incluídas na matriz curricular deste PCC e que não apresentem correlação ao ementário. A matrícula em disciplina eletiva é obrigatória ao aluno, devendo este cumprir 36 horas/aula (2 créditos), no mínimo, sendo de livre escolha do estudante a disciplina e o curso de graduação ofertante.

Também, como forma de flexibilização curricular, este PPC permite a integralização dos créditos disciplinares por via de educação a distância ofertada pela UEMG, respeitados os limites estabelecidos pelas normas formais e a conformidade ao ementário aqui proposto.

A flexibilização dos componentes curriculares estará também estará nas Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares, que compõem estudos independentes, atividades acadêmicas complementares, cursos de extensão e projetos de responsabilidade social.

4.2 Organização da oferta semipresencial e/ou a distância

O Curso de Serviço Social da Unidade Acadêmica de Poços de Caldas oferta disciplinas semipresenciais e/ou à distância, desde que oferecidas pela UEMG.

Como disciplina, a Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) será ofertada na modalidade à distância oferecida pela Coordenadoria de Educação a

Distância da UEMG.

Haverá a possibilidade da oferta de disciplina na modalidade semipresencial e à distância de acordo com a Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior. Para tanto, o percentual limite de carga horária ofertada à distância é, no máximo, de 40% da carga horária total do curso, sendo ofertada através de Ambiente de Virtual de Aprendizagem – AVA, oficial da UEMG, o Moodle, e através da interação entre professores, tutores e alunos envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

A oferta de disciplinas que eventualmente sejam ofertadas em Ambiente de Virtual de Aprendizagem – AVA, deve ser aprovada pelo Colegiado do Curso.

4.3 Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares - AACC

As AACC – Atividades Complementares, que comporão 180 horas aula, 150 horas relógio, 10 créditos, têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional, envolvem atividades de natureza técnica, científica e cultural, visando ao enriquecimento da formação discente e podem se caracterizar como:

- I. **Estudos independentes:** são as atividades que, sob iniciativa do acadêmico e/ou recomendadas pelo professor, complementam a sua formação. Constituem um componente curricular aberto e flexível, devendo ocorrer com a orientação do professor, mas fora do horário regular das aulas. Poderão ser constituídos por grupos de estudo, participação em eventos culturais, científicos, tecnológicos, comunicações escritas ou orais e outros.
- II. **Desenvolvimento de atividades acadêmicas complementares:** como estudos e práticas estudantis/acadêmico/culturais independentes, possibilitam enriquecimento das propostas do currículo institucionalizado, contribuindo para a flexibilização curricular e participação social.
- III. **Atividades extensionistas:** ouvinte em cursos e eventos extensionistas que tenham a finalidade de proporcionar o enriquecimento da comunidade com o aproveitamento prático dos conteúdos teóricos assimilados.

- IV. **Projetos de responsabilidade social:** enquanto ações que oportunizam ao acadêmico a aquisição de competências e o desenvolvimento de habilidades específicas da futura profissão.

O que caracteriza este conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária semanal, com controle do tempo total de dedicação do estudante no decorrer do curso, durante o semestre ou ano letivo, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002 e Resolução CNE/CES nº 02, de 18 de junho de 2007. Este PPC estabelece uma carga horária de 180 horas/aula (150 horas/relógio, 10 créditos) de atividades complementares para o curso (AACC).

A Coordenação do Curso será responsável por envolver os alunos no cumprimento da carga horária prevista para as AACC, receber e validar a documentação relativa às atividades cumpridas e enviar à Secretaria Acadêmica as fichas com os registros das AACC para a devida inserção no Histórico Escolar de cada aluno.

O(a) graduando(a) terá o decorrer do curso para concluir a integralização das AACC - Atividades Complementares, podendo cumprir a carga horária entre os Núcleos Formativos, do 1º ao 8º período, mas este Projeto recomenda que a integralização de 150 horas (10 créditos) de AACC – Atividades Complementares dos créditos ocorra até o 5º período.

O regulamento específico para as atividades complementares encontra-se no Adendo 1, devendo os acadêmicos realizar os registros das AACC – Atividades Complementares em fichas específicas junto à Coordenação de Pesquisa e à Coordenação de Extensão. Uma vez registrados e anexados os devidos comprovantes, as atividades precisarão ser validadas pela Coordenação do Curso para que as cargas horárias correspondentes possam ser atribuídas aos acadêmicos.

4.4 Atividades Acadêmicas de Extensão - AEE

As Atividades Acadêmicas de Extensão (AEE), como parte obrigatória na formação do(a) graduando(a), têm como objetivo geral a articulação indissociável entre a teoria e a prática no processo de formação dos profissionais, fundamentada no exercício crítico e contextualizado das capacidades profissionais, a partir da

mobilização de conhecimentos científicos interdisciplinares, pedagógicos, estéticos e ético-políticos, assegurados pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e pela inserção dos graduandos nas instituições que prestam serviços de assistência social.

A Extensão Universitária, como parte obrigatória na formação do(a) graduando(a), constitui-se como processo interdisciplinar articulado à matriz curricular e à pesquisa, objetivando, como orienta a RESOLUÇÃO CNE/CES n. 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018, em seu Artigo 5º:

- I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Tal como regulamenta a Resolução UEMG/COEPE n. 287/2021, as atividades extensionistas obrigatórias visam a participação ativa do graduando em atividades de extensão universitária que visam:

- I - interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões contemporâneas presentes no contexto social;
- II - formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência e interação dos conhecimentos construídos na Universidade de modo integrado;
- III – proposição de ações sobre a Universidade e sobre os demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos;
- IV - articulação entre ensino/pesquisa/extensão, ancorada em processos pedagógicos integrados, político-educacionais, culturais, científicos e tecnológicos.

Com o intuito de articular o ensino, pesquisa e a extensão, propiciando uma interação dialógica entre a Universidade e a comunidade e visando potencializar a formação discente, associando a abordagem teórica às atividades extensionistas,

além de otimizar suas finalidades no âmbito dos objetivos curriculares no que concerne à formação, este PPC prevê que as Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) comporão 330 horas/relógio, 396 horas/aula, 22 créditos, devendo esta carga horária se articular com disciplinas obrigatórias específicas ao desenvolvimento das ênfases concebidas para os Núcleos Formativos, devendo o (a) graduando (a) integralizá-los por meio de sua participação ativa no planejamento, execução e avaliação da atividade extensionista, sob supervisão direta do docente da disciplina que articulará a atividade extensionista, podendo se caracterizar como programa, projeto, curso, oficina, evento ou prestação de serviços.

Para o cumprimento desta carga horária, sob orientação docente, poderá ser considerada a participação do graduando nas seguintes atividades que, prioritariamente, devem envolver a comunidade externa:

- I - programadas no desenvolvimento dos componentes curriculares;
- II - previstas em Projeto de Ensino, Projeto de Extensão e Projeto de Pesquisa;
- III - desenvolvidas em conjunto com o docente ou pelo estudante como trabalho autônomo com acompanhamento docente;
- IV - desenvolvidas pelo curso com a previsão de participação de todos os estudantes;
- V - desenvolvidas em conjunto por diferentes áreas, com a previsão de participação de estudantes dos cursos envolvidos;
- VI - desenvolvidas pela Unidade Acadêmica, abertas à participação de todos ou a parte dos estudantes;
- VII - desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Extensão ou outro órgão da Universidade;
- VIII - desenvolvidas por entes públicos e privados, sob a supervisão docente ou com a participação ativa e autônoma do estudante.

O(a) graduando(a) deverá integralizar as Atividades Acadêmicas de Extensão a partir dos seguintes princípios:

- I. As AAE devem envolver o(a) graduando(a) no planejamento, na execução e na avaliação de ações de extensão em instituições que sejam afins à atuação profissional do assistente social.

- II. As AAE terão carga horária vinculada e articulada aos componentes curriculares.
- III. O(A) graduando(a) deve realizar as AAE integralmente.
- IV. O registro do desenvolvimento das AAE ocorrerá em documentação adequada, que permitirá o acompanhamento do processo formativo, por meio de observações críticas, relatos de experiência, dentre outras evidências das aprendizagens do(a) graduando(a).
- V. Para integralizar as AAE, o(a) graduando(A) terá o percurso abaixo como plano estruturante:

Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE	
Plano Estruturante	
Objetivo Geral das AAE	Articular a teoria e a prática no processo de formação dos profissionais, fundamentada no exercício crítico e contextualizado das capacidades profissionais, a partir da mobilização de conhecimentos científicos, estéticos e ético-políticos, assegurados pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e pela inserção do(a) graduando(a) em campos e instituições afins à atuação profissional do assistente social.

Núcleo Formativo: 1	Área: Serviço Social	Carga Horária: 45h, 3 créditos
Atividades	Programas, projetos, cursos e oficinas, eventos ou prestação de serviços	Objetivos Específicos a serem definidos a cada semestre letivo.
COMPONENTES CURRICULARES		Carga Horária
		h Créditos
Oficina de Introdução à vida acadêmica		15 1
Capitalismo, Questão Social e Serviço Social		15 1
Sociologia Geral		15 1

Núcleo Formativo: 2	Área: Serviço Social	Carga Horária: 45h, 3 créditos
Atividades	Programas, projetos, cursos e oficinas, eventos ou prestação de serviços	Objetivos Específicos a serem definidos a cada semestre letivo.
COMPONENTES CURRICULARES		Carga Horária
		h Créditos
Filosofia		15 1
Pesquisa Social		15 1
Antropologia		15 1

Núcleo Formativo: 3		Área: Serviço Social	Carga Horária: 60h, 4 créditos	
Atividades	Programas, projetos, cursos e oficinas, eventos ou prestação de serviços		Objetivos Específicos a serem definidos a cada semestre letivo.	
COMPONENTES CURRICULARES			Carga Horária	
			h	Créditos
Oficina de trabalho profissional: a dimensão sócio-educativa do Serviço Social			15	1
Ética e Direitos Humanos			15	1
Questão étnico-racial no Brasil			15	1
Classes e Movimentos Sociais II			15	1

Núcleo Formativo: 4		Área: Serviço Social	Carga Horária: 45h, 3 créditos	
Atividades	Programas, projetos, cursos e oficinas, eventos ou prestação de serviços		Objetivos Específicos a serem definidos a cada semestre letivo.	
COMPONENTES CURRICULARES			Carga Horária	
			h	Créditos
Trabalho e Serviço Social			15	1
Pesquisa Social em Serviço Social			15	1
Gênero e Sexualidade			15	1

Núcleo Formativo: 6		Área: Serviço Social	Carga Horária: 45h, 3 créditos	
Atividades	Programas, projetos, cursos e oficinas, eventos ou prestação de serviços		Objetivos Específicos a serem definidos a cada semestre letivo.	
COMPONENTES CURRICULARES			Carga Horária	
			h	Créditos
Gestão e Planejamento Social I			15	1
Serviço Social no Judiciário			15	1
Subjetividade e Cultura			15	1

Núcleo Formativo: 7	Área: Serviço Social	Carga Horária: 60h, 4 créditos
Atividades	Programas, projetos, cursos e oficinas, eventos ou prestação de serviços	Objetivos Específicos a serem definidos a cada semestre letivo.
COMPONENTES CURRICULARES		Carga Horária
		h Créditos
Laboratório de competência técnico-operativa do Serviço Social		15 1
Oficina de Trabalho Profissional: Serviço Social e Educação		15 1
Oficina de Trabalho Profissional: Território e Políticas Públicas		15 1
Gestão e Planejamento Social II		15 1

Núcleo Formativo: 8	Área: Serviço Social	Carga Horária: 45h, 3 créditos
Ênfase		
Atividades	Programas, projetos, cursos e oficinas, eventos ou prestação de serviços	Objetivos Específicos a serem definidos a cada semestre letivo.
COMPONENTES CURRICULARES		Carga Horária
		h Créditos
Opinião técnica e sigilo profissional em Serviço Social		15 1
Serviço Social: Meio ambiente, Questão agrária e urbana		15 1

Com o objetivo de fortalecer a formação do graduando, as AAE terão as respectivas cargas horárias distribuídas e vinculadas entre disciplinas dos respectivos Núcleos Formativos, maximizando a relação entre as atividades de ensino das disciplinas obrigatórias e as AEE, consoante à ênfase formativa de cada Núcleo Formativo:

O cumprimento das Atividades Acadêmicas de Extensão (AEE) está regulamentado no Anexo 2 deste PPC.

4.5 Estágio Curricular Supervisionado

O Curso de Serviço Social busca garantir a permanente articulação entre teoria e prática, levando em conta as características particulares e específicas de cada componente curricular, de modo que a formação profissional seja perpassada por essa relação, sendo este um dos principais eixos considerados na construção deste projeto pedagógico. Para atender esta dimensão curricular, o graduando deverá cumprir 405 horas de Estágio Curricular Supervisionado

De acordo com a Política Nacional de Estágio regulamentada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e com a Resolução Nº 533, de 29 de setembro de 2008 do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, a supervisão acadêmica deverá ser realizada com no mínimo 03 horas/aula semanais de supervisão feita por um professor Assistente Social que, ainda em conformidade com a Política, recomenda-se que tal profissional fique responsável por no máximo 15 estudantes por turma, tendo em vista as especificidades do estágio, bem como os critérios de avaliação institucional previstos para avaliação do curso.

O Estágio Supervisionado é atividade obrigatória integrante da matriz curricular do curso de Serviço Social e objetiva:

- capacitar o aluno para o trabalho profissional nas dimensões teórica, técnico-operativa e ético-política, de modo a torná-lo capaz de identificar as demandas tradicionais e as emergentes, que incorporam novas necessidades;
- conhecer as respostas dos profissionais da organização frente às demandas: suas práticas, sistematizações e saberes traduzidos em estratégias, procedimentos e práticas específicas;
- conhecer e desenvolver habilidades operacionais para a utilização adequada dos instrumentos profissionais;
- sensibilizar os acadêmicos para o processo de produção científica (pesquisa) e sistematização da prática profissional, seja ela no âmbito governamental ou não governamental;
- possibilitar ao aluno a verificação de sua escolha profissional por meio da aproximação da atividade prática.

Também é obrigatória a matrícula e participação nas Oficinas de Supervisão

de Estágio de forma concomitantemente às atividades de estágio, constando como quesito para sua realização.

No intuito de garantir as múltiplas aprendizagens e concretizar a integração entre teoria e prática, a Unidade Acadêmica de Poços de Caldas oportuniza parcerias com instituições públicas e privadas da área de formação, sendo esses espaços utilizados para observação e vivência teórico-práticas, contribuindo assim para a formação do acadêmico e para o desenvolvimento do Estágio Curricular. Como indica o relatório da UNESCO/1998, as aprendizagens pilares da educação para as próximas décadas devem levar o profissional do século XXI a aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, o que o conduzirá a uma atuação não meramente técnica, mas também intelectual e política.

No curso de Serviço Social, o Estágio Supervisionado com 576 horas aula (480 horas relógio) será executado a partir do 5º período e terá os seguintes objetivos específicos:

- Integração entre as dimensões: Teórico-Metodológico, ético-político e técnico-operatória;
- Possibilitar o conhecimento da dimensão interventiva e investigativa do Serviço Social;
- Estimular a apreensão crítica da totalidade social;
- Avaliar a compreensão da relação entre o cotidiano profissional e arcabouço teórico do Serviço Social;
- Possibilitar o entendimento do comprometimento ético da profissão mediante o espaço sócio ocupacional.

4.5.1 Campos de Estágio Supervisionado: organizações públicas e privadas, fundações, instituições estatais, mistas, autarquias, entidades, empresas, organismos de representação oficial de categorias profissionais, sindicatos, que contem em seu quadro de pessoal o profissional Assistente Social habilitado (registrado no CRESS) para exercer as funções de Supervisor de Campo e que estabeleçam convênio ou acordo com a UEMG – Unidade de Poços de Caldas para a realização de Estágio Supervisionado;

- programas, projetos e/ou serviços, desenvolvidos pela UEMG – Unidade de

Poços de Caldas e supervisionados por professor e/ou o profissional habilitado às funções de Supervisor de Campo.

4.5.2 Acompanhamento e Avaliação: O acompanhamento e avaliação do Estágio Supervisionado será realizado por meio da elaboração e da apresentação de relatórios e de ficha de registro das atividades de estágio obrigatório, observados os termos do

- I. Frequência;
- II. Pontualidade;
- III. Dedicção;
- IV. Conhecimentos teóricos e práticos assimilados;
- V. Habilidade de trabalhar em equipe; e,
- VI. Ética e responsabilidade.

O estágio não obrigatório poderá ser aproveitado, desde que sejam atendidas as disposições da Lei 11.788/2008, analisado pelas Coordenação de Estágio e de Curso e aprovado pelo Colegiado do Curso.

4.6 Trabalho de conclusão de curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é quesito obrigatório para a conclusão do curso, podendo resultar em artigo científico ou monografia. A formulação e desenvolvimento do Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será, enquanto intenção temática de iniciação científica, objetivo das disciplinas Metodologia Científica, Pesquisa Social, Pesquisa em Serviço Social e Metodologia para o Trabalho de Conclusão de Curso I e II.

Para desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o discente (ou grupo de discentes) contará também com um orientador docente do curso e terá prazo de 3 semestres (6º, 7º e 8º semestres do curso) para conclusão, em banca de defesa pública, podendo este prazo ser estendido para 4 semestres, desde que requerido pelo orientador e aprovado pelo Colegiado do Curso.

A orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será obrigatória e terá carga horária semestral de 36 aulas / 30 h / 2 créditos, totalizando, em 3

semestres, 108 aulas / 90 h / 6 créditos. Os créditos relativos à orientação de TCC do último semestre (8º. Núcleo formativo) serão atribuídos caso o TCC seja aprovado em Banca de Interlocução, em defesa pública, observado o regulamento aprovado para desenvolvimento das atividades do TCC no âmbito da Unidade Acadêmica de Poços de Caldas. (Regulamento no Adendo 4).

5. Estrutura curricular

Observado o que regulamenta à Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002, este Projeto considera, na matriz curricular os seguintes núcleos disciplinares:

- Núcleo de disciplinas dedicadas aos **Fundamentos Teóricos-Metodológicos da Vida Social (NFTMVS)**;
- Núcleo de disciplinas dedicadas aos **Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira (NFFSHSB)**; e
- Núcleo de disciplinas dedicadas aos **Fundamentos do Trabalho Profissional (NFTP)**.

5.1 Quadro Curricular por Núcleo Formativo

Núcleo Formativo 8 - 8º. Período						
COMPONENTES CURRICULARES	Créditos	AAE Créditos	Carga Horária		Créditos	Pré-Requisito
			h/a	h		
Laboratório de Intervenção Profissional: atuação em campo	4		72	60	4	Laboratório de Intervenção Profissional: competência técnico-operativa do Serviço Social
Introdução ao método em Marx	2		36	30	2	Não
Opnião técnica e sigilo profissional em Serviço Social	3	1	72	60	4	Não
Serviço Social: Meio ambiente, Questão agrária e urbana	3	1	72	60	4	Não
Envelhecimento e Serviço Social	3		54	45	3	Não
Optativa IV	2		36	30	2	Não
Supervisão de Estágio IV	3		54	45	3	Supervisão de Estágio III
Estágio Supervisionado IV	7		126	105	7	Estágio Supervisionado III
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso III	2		36	30	2	Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II
subtotal	29	2	558	465	31	
LEGENDA: AAE=Atividade Acadêmica de Extensão; h/a=hora aula; h=hora relógio; 1 Crédito=15h						

5.2 Quadro de Disciplinas Optativas

DISCIPLINAS OPTATIVAS	AULAS	HORAS	CRÉDITOS
Libras (EAD)	36	30	2
Tópicos de estudos especiais em Serviço Social e Saúde do Trabalhador	36	30	2
Tópicos de estudos especiais em Questão Social e Violência	36	30	2
Tópicos de estudos especiais em Meio Ambiente: Educação, Saúde e Sociedade	36	30	2
Oficina preparatória para o Estágio em Serviço Social	36	30	2
Tópicos de estudos especiais em redação científica	36	30	2
Tópicos de Estudos Especiais em Saúde Mental e Serviço Social	36	30	2
Tópicos Especiais em Serviço Social em Escolas	36	30	2
Tópicos Especiais: Sonhos e Sofrimento Social	36	30	2

5.3 Quadro Resumo de Integralização

COMPONENTES CURRICULARES	Hora Aula	Hora Relógio	Créditos
Carga Horária em Disciplinas Obrigatórias	2682	2235	149
Carga Horária em Disciplinas Optativas	144	120	8
Carga Horária em Disciplina Eletiva	36	30	2
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso	108	90	6
Estágio Curricular Supervisionado	486	405	27
Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares	180	150	10
Atividades Acadêmicas de Extensão	396	330	22
Carga Horária Total do Curso	4032	3360	224

5.4 Quadro de integralização por Núcleo Formativo

Período / Núcleo Formativo	horas/aulas	horas/relógio	créditos
1	450	375	25
2	450	375	25
3	450	375	25
4	468	390	26
5	522	435	29
6	576	480	32
7	558	465	31
8	558	465	31
total			224

5.5 Ementário das Disciplinas Obrigatórias

Disciplina: Oficina de Introdução à Vida Acadêmica	
Departamento de Educação e Ciências Humanas	
Período: 1	
Carga Horária Semanal: 2 h/a + 1h/a em extensão.	
Carga Horária Semestral: 54 h/a	
Ementa da Disciplina.	Inserção na Universidade e a vida acadêmica. Compreensão da estrutura, serviços acadêmico administrativos e organização curricular do Curso de Serviço Social da UEMG/ Poços de Caldas. A unidade entre ensino, pesquisa e extensão. Projetos de pesquisa e extensão da UEMG - Unidades de Poços de Caldas. A universidade pública brasileira.
Bibliografia Básica:	
ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Reforma do ensino superior e serviço social. Temporalis, Brasília, DF, n. 1, 2000.	
CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação, n. 24, p. 5-15, set./out./nov./dez. 2003.	
PPC do curso de Serviço Social da UEMG - Unidade de Poços de Caldas.	
Bibliografia Complementar:	
GUERRA, Y. Na contracorrente da reforma do ensino superior: nótula sobre o curso de graduação em serviço social para os assentados da reforma agrária. Temporalis, Brasília, DF, ano 11, n. 21, p. 239-270, jan./jun. 2011.	
MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, maio/jun./jul./ago. 2000.	

Disciplina: Capitalismo, Questão Social e Serviço Social	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 1	
Carga Horária Semanal: 2 h/a + 1h/a em extensão.	Carga Horária Semestral: 54 h/a
Ementa da Disciplina	O surgimento da “questão social” está enraizado no desenvolvimento da sociedade capitalista. Assim, a disciplina terá como objetivo suscitar como as relações de produção e reprodução social estabelecem as relações de classes sociais. Realizando a distinção do desenvolvimento dos países de capitalismo central e como se expressa no desenvolvimento dos países periféricos e dependentes, identificando o seu desenvolvimento na realidade brasileira. Estabelecendo a relação entre a “questão social” e o Serviço Social enquanto profissão interventiva na realidade social.
Bibliografia Básica: SANTOS, J. S. Questão Social particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez:2012 FERNANDES, F. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. São Paulo: Global Editora, 2009. IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. Temporalis, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, 2001. NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. Revista Temporalis, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, 2001.	
Bibliografia Complementar: CASTEL, R. As transformações da questão social. In Desigualdade e a questão social. PEREIRA, P A. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. Temporalis, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, 2001. YAZBEK, M. C. Pobreza e Exclusão: Expressões da Questão Social no Brasil. Temporalis, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, 2001.	

Disciplina: Metodologia Científica	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 1	
Carga Horária Semanal: 3 h/a	
Carga Horária Semestral: 54 h/a	
Ementa da Disciplina	A pesquisa na universidade. O conhecimento científico. Normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas. Técnicas e atividades práticas para elaboração de uma revisão bibliográfica. Recursos para a construção de trabalhos científicos.
Bibliografia Básica: KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica : teoria da ciência e iniciação à pesquisa . [31. ed.] Petrópolis, RJ : Vozes, 2012. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia científica . 6. ed., rev. e ampl. São Paulo, SP : Atlas, 2011. LEHFELD, N. A. S.; BARROS, A. J. S.. Fundamentos de metodologia científica . 3. ed. São Paulo, SP : Pearson Prentice Hall, [2007].	
Bibliografia Complementar: BERVIAN, P. A.; CERVO, A. L.; SILVA, R. Metodologia científica . 6. ed. São Paulo, SP : Pearson Prentice Hall, 2007. CASTRO, C. M. A prática da pesquisa . 2. ed. São Paulo, SP : Pearson Prentice Hall, 2006. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados . 7. ed., 6. reimpr. São Paulo, SP : Atlas, 2012. RUIZ, J. Á. Metodologia científica : guia para eficiência nos estudos. 6. ed., 7. reimpr. São Paulo, SP : Atlas, 2013. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed., rev. e atual., 8. reimpr. São Paulo, SP : Cortez, 2013.	

Disciplina: Leitura e Produção de Texto	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 1	
Carga Horária Semanal: 4 h/a	
Carga Horária Semestral: 72 h/a	
Ementa da Disciplina	A linguagem como interação. A variante padrão da Língua Portuguesa. As especificidades linguísticas dos gêneros textuais do universo acadêmico. Os níveis de leitura. Os elementos da textualidade na escrita acadêmica. Planejamento da escrita, estrutura, ordenação e desenvolvimento do parágrafo. Tipos textuais no universo acadêmico: argumentação, descrição e narração. Recursos de escrita acadêmica: paráfrase, citação, continuidade e progressão. Interpretação e produção de textos acadêmicos.
Bibliografia Básica:	
FARACO, C. A.; TEZZA, C. Prática de Texto para estudantes universitários. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.	
KLEIMAN, Â. Oficina de Leitura. Aspectos Cognitivos da Leitura. São Paulo: Pontes, 2008.	
KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. Leitura e produção textual. Petrópolis: Vozes, 2010.	
Bibliografia Complementar:	
BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1997.	
CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Lexikon, 2016.	
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, Francisco P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1997.	
KOCH, I. Coerência/Coesão textual. São Paulo: Contexto, 2007.	
ORLANDI, E. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas, SP.: Pontes, 2004	

Disciplina: Sociologia Geral	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 1	
Carga Horária Semanal: 2h/a + 1h/a em extensão.	Carga Horária Semestral: 54h/a
Ementa da Disciplina	Contexto histórico de surgimento da Sociologia. A construção sociológica do conhecimento. Do Positivismo de Auguste Comte ao Funcionalismo de Émile Durkheim. Os fundamentos da teoria social de Karl Marx. A Sociologia Compreensiva de Max Weber. O marxismo Ocidental. Ação, estrutura e processos na análise sociológica do século XX. Mudanças sociais e ação coletiva.
Bibliografia Básica: ADORNO, T. W. Diáletica do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. MARX, K. O capital: crítica da economia política, vol. 1. 9ª edição. - São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1984. WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol 1, 4ª edição – Brasília: UnB, 2000.	
Bibliografia Complementar: BOURDIEU, P. O poder simbólico. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. DURKHEIM, É. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2001. JAMESON, F. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. 2. ed. São Paulo: Ática, 2004. GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora Uneso, 1991. LOWY, M. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 1994.	

Disciplina: Psicologia Básica	
Departamento de Educação e Ciências Humanas – DECH	
Período: 1	
Carga Horária Semanal: 3h/a	
Carga Horária Semestral 54h/a	
Ementa da Disciplina	Aspectos históricos e epistemológicos da Psicologia como ciência. Teorias da psicologia e suas visões de homem e de mundo.
Bibliografia Básica: BLEGER, J. Temas de psicologia: Entrevista e grupos. São Paulo: Martins Fontes, 2011. BOCK, Ana M. B.; TEIXEIRA, M. L.; FURTADO, O. Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2018. KAHHALE, E. M. P. A diversidade da psicologia – uma construção teórica. São Paulo: Cortez Editora, 2011.	
Bibliografia Complementar: CARRARA, K. Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo, Avercamp, 2006. FREUD, S. A interpretação dos sonhos. São Paulo, Cia das Letras, 2019. SCHULTZ, D.; SCHULTZ, S. Teorias da personalidade. São Paulo: Cengage Learning, 2016. MARTÍNEZ, A. M.; REY, F. L. G. Subjetividade: teoria, epistemologia e método. Campinas: Alínea, 2017. RIEMENSCHNEIDER, F. Da histeria... Para além dos sonhos. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2004.	

Disciplina: Formação Sócio-histórica do Brasil	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 1	
Carga Horária Semanal: 4h/a	
Carga Horária Semestral: 72h/a	
Ementa da Disciplina	A realidade brasileira em seus aspectos: social, político e econômico, a partir do embasamento histórico abrangendo desde o sistema colonial até a sociedade atual. A dialética da modernização. Transição democrática e neoliberalismo – as “exclusões sociais” e a atuação do assistente social no contexto da globalização.
Bibliografia Básica: PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1945. . História econômica do Brasil. 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.	
Bibliografia Complementar: CONSENTINO, F. C. (Org.). 1500/2000: trajetórias. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 1999. DAMATTA, R. O que faz o brasil, Brasil? 12. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. FERNANDES, F. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1975. FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2003. HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.	

Disciplina: Fundamentos do Serviço Social I	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 2	
Carga horária semanal: 4 h/a	
Carga horária semestral: 72 h/a	
Ementa da Disciplina	História da assistência e o processo de sua institucionalização como profissão; Antecedentes históricos do Serviço Social (até a década de 1930).
Bibliografia Básica: IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2001. MARTINELLI, M. L. Serviço social : identidade e alienação. 7. ed. São Paulo, SP : Cortez, 2001. VIEIRA, B. O. História do serviço social: contribuição para a construção de sua teoria. 5. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989.	
Bibliografia Complementar: AGUIAR, A. G. Serviço social e filosofia: das origens a Araxá. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995. ESTEVÃO, A. M. R. O que é serviço social. [6. ed.] São Paulo, SP : Brasiliense, 1992. BARTLETT, H. M. A base do serviço social. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1993. PAULO NETTO, J. 1947- Capitalismo monopolista e serviço social . 3. ed. ampl. São Paulo, SP : Cortez, 2001. SIMÕES NETO, J. P. Assistentes sociais e religião: um estudo Brasil e Inglaterra. São Paulo, SP: Cortez, 2005.	

Disciplina: Psicologia Social	
Período:02	
Departamento de Educação e Ciências Humanas -DECH	
Carga Horária Semanal: 3h/a	
Carga Horária Semestral: 54h/a	
Ementa da Disciplina	Fundamentos da Psicologia Social Crítica. Consciência, subjetividade, identidade, afetividade. Constituição do sujeito. Percepção social. Formação de impressões. Atitudes. Influência social e bases de poder. Relações intergrupais e conflitos. Estereótipos, estigma e preconceito.
Bibliografia Básica:	
ARRUDA, Angela (org.) Representando a Alteridade. Petrópolis/RJ. Vozes Ed. 1998. CAMPOS, R. H. F. Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis/rj: Vozes ED. 1996.	
FREUD, Sigmund. (1921). Psicologia do grupo e análise do ego. Vol. XVIII. P. 89-179. Publicação original: Massenpsychologie Und Ich-Analyse.	
FREUD, Sigmund. (1929). O mal-estar na civilização. Vol. XXI p. 65-148. Publicação Original: Das Unbehagen In Der Kultur.	
Bibliografia Complementar:	
GUARESCHI, Pedrinho A. Comunicação e controle social. Petrópolis/RJ: Vozes Ed., 1993.	
LANE, S.; CODO, W. (orgs.).Psicologia Social:o homem em movimento. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.	
STREY, M.N. (org). Psicologia SocialL Contemporânea: livro texto. Petrópolis/RJ: Vozes Ed., 1998.	
SPINK, M.J. O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.	
SPINK, M.J. Psicologia Social e saúde: práticas, saberes e sentidos. Petrópolis/RJ: Vozes Ed., 2003.	

Disciplina: Filosofia	
Departamento de Educação e Ciências Humanas	
Período: 2	
Carga Horária Semanal: 2h/a + 1h/a em extensão.	
Carga Horária Semestral: 54h/a	
Ementa da Disciplina	Introdução e estudo da Filosofia em sua relação com a Comunicação Social: Filosofia com instrumento de interpretação da realidade social; principais correntes filosóficas; padrões de construção do pensamento: pré-modernidade, modernidade e pós-modernidade; ciência e ideologia: o saber técnico-científico e a racionalidade instrumental; Filosofia, cultura e sociedade; o ser social, a comunicação e a construção das identidades na Pós-Modernidade.
Bibliografia Básica	
ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2003.	
CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2004.	
HUISMAN, D. VERGEZ, André. Compêndio moderno de filosofia. 5 ed. V. 1. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1987.	
Bibliografia Complementar	
ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. Temas de Filosofia. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2005.	
CHAUÍ, M. Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles.V. 1. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.	
HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A; 2002.	
MANNION, J. O livro completo da filosofia. São Paulo: Madras, 2006. PRADO JÚNIOR, C. O que é filosofia? Coleção Primeiros Passos. V.37. São Paulo: Brasiliense, 2002.	

Disciplina: Economia Política	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 2	
Carga Horária Semanal: 3h/a	
Carga Horária Semestral: 54 h/a	
Ementa da Disciplina	Os processos políticos, econômicos e sociais da vida social e a prestação de serviços à sociedade. Os instrumentos teóricos, práticos e críticos e as relações no mundo do trabalho.
Referências Bibliográficas:	
NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.	
FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.	
IANNI, O. Teorias da globalização. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.	
Bibliografia Complementar:	
GASTALDI, J. P. Elementos de economia política. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.	
LEITE, A. D. A economia brasileira: de onde viemos e onde estamos. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.	
BRAVERMAN, H.; CAIXEIRO, N. C. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.	
ANTUNES, R.; BARBOSA, A. M.. Adeus ao trabalho?: ensaios sobre a metamorfose e a centralidade no mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.	
HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.	

Disciplina: Classes e Movimentos Sociais I	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 2	
Carga Horária Semanal: 3h/a	
Carga Horária Semestral: 54h/a	
Ementa da Disciplina	A constituição das classes sociais e das lutas entre classes no modo de produção capitalista. Estado, Sociedade Civil e a perspectiva revolucionária na tradição marxista. As organizações coletivas clássicas dos trabalhadores: o partido e o sindicato. Concepção, estrutura e práticas sindicais no Brasil. A organização sindical dos Assistentes Sociais brasileiros.
Bibliografia Básica:	
ABRAMIDES, M. B.; Cabral, M. S. O novo sindicalismo e o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.	
GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. 3º ed. São Paulo: Loyola, 2003.	
COUTINHO, C. N. Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.	
Bibliografia Complementar:	
BERNARDO, J.; PEREIRA, L. Capitalismo sindical. São Paulo: Xamã, 2008.	
CARDOSO, A. A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2003.	
FERNANDES, B. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.	
FREDERICO, C. Crise do socialismo e movimento operário. São Paulo: Cortez, 1995.	
MARX, K. O dezoito de Brumário de Luiz Bonaparte. São Paulo: Centauro, 2004.	

Disciplina: Pesquisa Social	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 2	
Carga Horária Semanal: 2h/a + 1h/a em extensão.	Carga Horária Semestral: 54h/a
Ementa da Disciplina	A pesquisa como procedimento científico. A Pesquisa Participante; pesquisa-ação; representação social. A Pesquisa Quantitativa e Qualitativa: técnicas e instrumentos de coleta e análise de dados. Entrada em campo e aspectos éticos. Oficinas e estudos de casos.
Bibliografia Básica: BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 127p. KOCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2006. 180p. MINAYO, M. C. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, RJ: Abrasco, 2007. 269p.	
Bibliografia Complementar: BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 127p. MINAYO, M. C. S. (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, R: Vozes, 2004. MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2004. MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas. 2008. MARSIGLIA, R. M. G. Orientações básicas para a pesquisa. In: MOTA, A. E. [et al]. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007 (p.383-398). Também disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto3-1.pdf.	

Disciplina: Antropologia	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 2	
Carga Horária Semanal: 3 h/a + 1h/a em extensão.	Carga Horária Semestral: 72h
Ementa da Disciplina	A Antropologia como ciência e a construção de seu objeto de estudo. O trabalho de campo na Antropologia. A contribuição da Antropologia para a compreensão das sociedades complexas, particularmente na sociedade brasileira. Identidade: o processo de formação da cultura brasileira e do pluralismo cultural. Alteridade – etnocentrismo e relativismo cultural. Relações sócio culturais e meio ambiente. Dominação e violência simbólica. Relações Étnicas e Relações de Gênero.
Bibliografia Básica: LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2005. MELLO, L. G. Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. VELHO, G. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.	
Bibliografia Complementar: AZZAN JR., C. Antropologia e interpretação: explicação e compreensão nas antropologias de Lévi-Strauss e Geertz. Campinas: Edunicamp, 1993. BRANDÃO, M. L. R.; BENZEMER, M. C.L. Mulher e relações de gênero. São Paulo: Loyola, 1994. GEERTZ, C. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A; 2002. MORAN, E. F. Nós e a natureza: uma introdução às relações homem-ambiente. São Paulo: Ed. Senac, 2008.	

Disciplina: Fundamentos do Serviço Social II	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 3	
Carga Horária Semanal: 4h/a	Carga Horária Semestral: 72h/a
Ementa da Disciplina	A questão social no Brasil e seu enfrentamento pelas classes sociais em sua relação com o Estado, nas décadas de 30 a 50. Emergência das concepções teórico-metodológicas que constituíram as formulações do Serviço Social de Casos, Grupos e Comunidade, nos planos nacional e internacional. Matrizes do pensamento social influentes no período: Doutrina Social da Igreja, Positivismo, suas variantes e desdobramentos na prática profissional de hoje.
Bibliografia Básica: IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2001. MARTINELLI, Maria Lúcia . Serviço social : identidade e alienação. 7. ed. São Paulo, SP : Cortez, 2001. NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.	
Bibliografia Complementar: AGUIAR, A. G. Serviço social e filosofia: das origens a Araxá. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995. BARTLETT, H. M. A base do serviço social. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1993. CASTRO, M. M. História do serviço social na América Latina. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000. ESTEVÃO, A. M. O que é serviço social. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. IAMAMOTO, M. V. Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000. VIEIRA, Balbina Ottoni. História do serviço social: contribuição para a construção de sua teoria. 2 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1978.	

Disciplina: Oficina de Trabalho Profissional: A dimensão socioeducativa do Serviço Social	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 3	
Carga Horária Semanal: 2h/a + 1h/a em extensão.	Carga Horária Semestral: 54h/a
Ementa da Disciplina	A dimensão socioeducativa, a prática interventiva do assistente social, processo de trabalho e cotidiano. A interface com a dimensão: ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica.
Bibliografia Básica: ABREU, M. M. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. Ações socioeducativas e serviço social: características e tendências na produção bibliográfica. Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.211-237, jan./jun. 2011. RAMOS, T. D. A dimensão socioeducativa da profissão no curso da história: uma apreensão a partir da função pedagógica. In. A dimensão socioeducativa do trabalho profissional do assistente social: uma análise crítica a partir do cotidiano profissional nos Centros de Referência de Assistência Social de Juiz de Fora/MG. RAMOS, T. D. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2023 pp. 107-128.	
Bibliografia Complementar: YAZBEK, M. C. A dimensão política do trabalho do assistente social. In: Serviço Social e Sociedade, n. 120 – p. 677-693, 2014. GIAQUETO, A. Serviço Social e a ação socioeducativa frente ao contexto sócio histórico atual. São Paulo: Paco, 2015 JACINTO, A. G. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 77-85, jan./abr. 2017. MOTA, Ana E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013. MONTAÑO, C. A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.	

Disciplina: Ética e Direitos Humanos	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 3	
Carga Horária Semanal: 2h/a + 1h/a em extensão.	Carga Horária Semestral: 54h/a
Ementa da Disciplina	Ética e vida social. Valores, ética e direitos humanos. Etapas históricas dos Direitos Humanos. Concepções contemporâneas em direitos humanos. Direitos Humanos e Cidadania. Direitos humanos e os valores da sociedade pós-moderna. A educação em direitos humanos: fundamentos éticos-filosóficos. Oficinas e estudos de casos.
Bibliografia Básica: VAZQUEZ, A. S. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. BALDI, César Augusto (Org.). Direitos humanos na sociedade cosmopolita. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.	
Bibliografia Complementar: BAUMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Trad. de Plínio Dentzien. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. DE OLIVEIRA, M. V. et al. (Org.). Direitos humanos às bordas do abismo: interlocuções entre direito, filosofia e artes. 1. ed. Vila Velha: Praia Editora, 2018. ORIANI, V. P. et al. (Org.). Direitos humanos, ética, trabalho e educação. 01. ed. São Paulo - SP: Icone Editora, 2014. PINTO, J. B. M.; SOUZA, E. G. (Org.) . Os direitos humanos como um projeto de sociedade: desafios para as dimensões política, socioeconômico, ética, cultural, jurídica e socioambiental. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. ZAMBON, R. E.; SANCHES, W. e TESTA, J. C. S. V. (Org.). Direitos humanos e cidadania. 1ª ed. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2015.	

Disciplina: Questão étnico-racial no Brasil	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 3	
Carga Horária Semanal: 3h/a + 1h/a em extensão.	Carga Horária Semestral: 72h/a
Ementa da Disciplina	Definição de raça/etnia. Mestiçagem e mito da democracia racial. O ideal de branqueamento na história do Brasil. Questões atuais sobre racismo no Brasil.
Bibliografia Básica: ALMEIDA, S. Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019. BERNARDINO, J. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. Estudos afro-asiáticos, v. 24, p. 247-273, 2002. MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 5ªed. Editora Autêntica, 2019.	
Bibliografia Complementar: AMARO, S. A questão Racial na Assistência Social: Um debate emergente. In: Serviço Social e Sociedade. Nº 81, São Paulo: ed. Cortez, 2005. SKIDMORE, T. E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Paz e Terra, 1976. SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia das Letras, 1993. SILVA, K. V.; SILVA, M. H. Dicionário de conceitos históricos. 2 ed. - São Paulo: Contexto, 2009. WILLIAM, R. Apropriação cultural. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.	

Disciplina: Estatística Aplicada à Pesquisa Social I	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 3	
Carga Horária Semanal: 3h/a	
Carga Horária Semestral: 54h/a	
Ementa da Disciplina	Conceitos fundamentais da Estatística na Pesquisa Social. Análise e representação gráfica de dados Sociais. Amostras e populações. Estudo das Variáveis aleatórias e distribuições de probabilidade. Instrumentos Estatísticos para o desenvolvimento de pesquisas em Ciências Sociais. Estatística Descritiva. Medidas de dispersão.
Bibliografia Básica:	
FONSECA, J. S.; MARTINS, G. de. A. Curso de estatística. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
LAPPONI, J. C. Estatística usando o Excel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.	
BARBETA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais. 7. ed. - Florianópolis: UFSC, 2011.	
Bibliografia Complementar:	
BEIGUELMAN, B. Curso prático de bioestatística. 5.ed. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2002. 274 p.	
CALLEGARI-JACQUES, S. M. Bioestatística: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2003. 264 p.	
LEVINE, D. M. et al. Estatística: teoria e aplicações usando o Microsoft Excel em português. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.	
CRESPO, A. A. Estatística fácil. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.	
VIEIRA, Sônia. Bioestatística: tópicos avançados. 4.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008. 232 p.	

Disciplina: Classes e Movimentos Sociais II	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 3	
Carga Horária Semanal: 2h/a + 1h/a em extensão.	
Carga Horária Semestral: 54h/a	
Ementa da Disciplina	A evolução dos movimentos sociais no contexto da América Latina. O projeto gerencialista para a gestão social: crítica e alternativas. As funções direção e organização numa perspectiva democrática. Gestão pública e as organizações da sociedade civil: Tendências e contratendências na formulação (conselhos gestores) e execução (parcerias) de políticas sociais.
Bibliografia Básica: DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania; in: DAGNINO, E. (org). Os anos 90: Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. DURIGUETTO, M. L.; MONTÃO, C. Estado, Classe social e Movimento Social. SP: Cortez, 2010. GOHN, M. Da. G. Teoria dos Movimentos Sociais. São Paulo: Edições Loyola, 2011.	
Bibliografia Complementar: DURIGUETTO, M. L.; MONTÃO, C. Ofensiva capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe. In: Temporalis (Brasília). v.n.16, p.45 - 66, 2009. HOUTART, A. H. (orgs.) Mundialização das resistências: o estado das lutas. São Paulo: Cortez Editora, 2003. LEHER, R.; SETÚBAL, M. Pensamento crítico e movimentos sociais. São Paulo: Cortez Editora, 2005. LIGUORI, G. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In COUTINHO, C.N e TEIXEIRA, A. In: Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. DAL MORO, M.; MARQUES, M. A Relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade. In: Revista Temporalis, ano II, n.21, 2011.	

Disciplina: Legislação Social	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 3	
Carga Horária Semanal: 3h/a	
Carga Horária Semestral: 54h/a	
Ementa da Disciplina	Legislação Social: Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA; Estatuto do Idoso; Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB; Legislação referente às pessoas com deficiência; Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS; Lei de Execução Penal - LEP. Compreensão e operacionalização de plataformas governamentais online.
Bibliografia Básica:	
BRASIL. Estatuto do idoso: uma celebração de respeito à vida. Brasília/DF: COBAP, 2004.	
NERY JUNIOR, N.; NERY, R. M. de. A. Novo código civil e legislação extravagante anotados. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.	
NUNES, R. Curso de direito constitucional. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.	
Bibliografia Complementar:	
BELO HORIZONTE. Coletânea de leis: um guia completo e atualizado dedicado ao assistente social. 3. ed. Belo Horizonte: CRESS, 2004. 6ª Região.	
DEMO, P. A nova LDB: ranços e avanços, 22. ed. (Coleção magistério: Formação e trabalho pedagógico) Campinas/SP: Papirus, 2010.	
ISHIDA, V. K. Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência. 6. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2005.	
MAIA NETO, C. F. Direitos humanos do preso: Lei de Execução Penal: Lei nº 7.210/84. Rio de Janeiro: Forense, 1998.	
SAVIANI, D. A nova lei da educação: LDB trajetória, limites e perspectivas. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.	

Disciplina: Fundamentos do Serviço Social III	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 4	
Carga Horária Semanal: 4 h/a	
Carga Horária Semestral: 72h/a	
Ementa da Disciplina	O contexto político da América Latina e do Brasil e o processo de Reconceituação do Serviço Social, demandas, reflexões acerca do movimento e seus reflexos na profissão. O Serviço Social a partir da década de 1960 e o rebatimento na construção teórico-metodológica da profissão. Reflexões acerca do Projeto Ético Político do Serviço Social.
Bibliografia Básica:	
IAMAMOTO, M. V. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica metodológica. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.	
LIMA, M. H. de. A. Serviço social e sociedade brasileira. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1987.	
MARTINELLI, M. L. Serviço social: identidade e alienação. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.	
Bibliografia Complementar:	
CASTRO, M. M. História do serviço social na América Latina. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.	
FALEIROS, V. P. Metodologia e ideologia do trabalho social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.	
IAMAMOTO, M. Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos. 5. ed. Cortez, 2000.	
NETTO, J. P. Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.	
SPOSATI, A. O. et al. A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.	

Disciplina: Trabalho e Serviço Social	
Departamento de Educação e Ciências Humanas – DECH	
Período: 4	
Carga Horária Semanal: 3 h/a + 1h/a em extensão.	
Carga Horária Semestral: 72h/a	
Ementa da Disciplina	Principais configurações do exercício profissional no contexto da reestruturação produtiva, das novas formas de organização e gestão do trabalho e das relações entre o público e o privado. A reforma do Estado e repercussões no exercício profissional: a mercantilização e refilantropização do social. O mercado e as novas condições e relações de trabalho. A dimensão investigativa e ético-política do trabalho do assistente social. O Serviço Social como campo do conhecimento. Competências e atribuições do assistente social.
Bibliografia Básica: ALENCAR, M. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. CFESS. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007. FALEIROS, V. de. P. Saber Profissional e Poder Institucional. ed 11º. São Paulo. Cortez: 2018.	
Bibliografia Complementar: IAMAMOTO, M. V. "O Serviço Social na Contemporaneidade". In: O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. São Paulo: Cortez, 1998, p. 17 – 82. CFESS/ABEPSS. In: Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília, 2009. MOTA, A. E. (org.). A nova Fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial. São Paulo: Cortez, 1998. MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. O Sistema Único de Assistência Social e a formação profissional. In: Serviço Social e Sociedade. nº. 87. São Paulo: Cortez, set/2006. RAICHELIS, R. O trabalho do assistente social na esfera estatal. CFESS/ABEPSS. In: Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília, 2009.	

Disciplina: Pesquisa em Serviço Social	
Departamento de Educação e Ciências Humanas – DECH	
Período: 4	
Carga Horária Semanal: 2h/a + 1h/a em extensão.	Carga Horária Semestral: 54h/a
Ementa da Disciplina	Cumprimento das etapas de redação definitiva do Projeto de Pesquisa Acadêmico e consequente operacionalização: definição do problema, seleção da bibliografia, desenho do projeto, escolha do método, dos instrumentos para coleta de dados e interpretação dos dados.
Bibliografia Básica: BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 127p. KOCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2006. 180p. MINAYO, M. C. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10ªed. São Paulo: Hucitec, RJ: Abrasco, 2007. 269p.	
Bibliografia Complementar: BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 127p. LÚDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. 99p. MINAYO, M. C. S. (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2004. MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7ª ed. São Paulo: Atlas. 2008.	

Disciplina: Gênero e sexualidade	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 4	
Carga Horária Semanal: 2h/a + 1h/a em extensão.	Carga Horária Anual: 54h/a
Ementa da Disciplina	Sexualidade – aspectos históricos e sociais. Concepções acerca da sexualidade: construção de um conceito/entendimento. Sexo biológico, papéis sexuais, identidade de gênero, orientação sexual. Mitos e tabus acerca da sexualidade. Relações de gênero. Diversidade sexual na sociedade brasileira. Pluralidade de identidades de gênero. Problemática do modelo binário de gênero. Reflexões acerca da reprodução e da necessidade de ruptura dos modelos de relação de gênero, dos processos de exclusão instituídos e dos processos de exclusão vivenciados por pessoas de identidade trans.
Bibliografia Básica: BUTLER, J. Problemas de gênero. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1977. LAQUEUR, T. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. Bibliografia Complementar: BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e a discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde; 2004. BUTLER, J. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo". In: LOURO, G. L. (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 151-172. NADAI, L. Descrever crimes, Decifrar convenções narrativas: uma etnografia entre documentos oficiais da Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas em casos de estupro e atentado violento ao pudor. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 2012. SAWAIA, B. (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999. VIANNA, A. Direitos e políticas sexuais no Brasil: mapeamento e diagnóstico. Rio de Janeiro: Cepesc. 2004	

Disciplina: Política Social	
Departamento de Educação e Ciências Humanas – DECH	
Período: 4	
Carga Horária Semanal: 3h/a	
Carga Horária Anual: 54h/a	
Ementa da Disciplina.	Política Social e Estado Capitalista: interpretações sobre o significado da política social na sociedade burguesa. Construção e crise do Estado de Bem-Estar Social na Europa. A reestruturação do capitalismo e a configuração das políticas sociais públicas no contexto neoliberal. As políticas sociais nos países de capitalismo periférico e suas particularidades na sociedade brasileira.
Bibliografia Básica:	
BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.	
COIMBRA, M. A. Abordagens teóricas ao estudo das Políticas Sociais. ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W. G.; COIMBRA, M. A. In: Política Social e combate à pobreza. 2 ed, Rio de Janeiro: Zahar, 1989, p.65-104.	
COUTINHO, C. N. Notas sobre Cidadania e Modernidade. COUTINHO, C. N. In: Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2008, p. 49- 70.	
Bibliografia Complementar:	
FALEIROS, V. de. P. O que é Política Social. São Paulo: Brasiliense, 1986.	
NETTO, J. P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005 Cap. I, p. 15-81.	
PAIVA, B.; OURIQUES, N. D. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? In: Katlysis. Brasília, v.9, n.2, jul/dez 2006.	
SILVA, A. A. da. A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.	
YASBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. Temporalis n.3, jan./jun. 2001, p. 33-40, ABEPSS.	

Disciplina: Ética e Serviço Social	
Departamento de Educação e Ciências Humanas – DECH	
Período: 4	
Carga Horária Semanal: 3h/a	Carga Horária Semestral: 54h/a
Ementa da Disciplina	O projeto ético-político do Serviço Social. O processo de construção do sujeito profissional, o significado dos seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho.
Bibliografia Básica:	
BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.	
BONETTI, D. A. et al (Org.) Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.	
IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.	
Bibliografia Complementar:	
ABREU, M. M. Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.	
BONETTI, D. A. et al (Org.) Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.	
BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.	
FALEIROS, V. P. Metodologia e ideologia do trabalho social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.	
SERRA, R. M. S. Crise da materialidade do serviço social: repercussões no mercado profissional. São Paulo: Cortez, 2000.	

Disciplina: Fundamentos do Serviço Social IV	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 5	
Carga Horária Semanal: 4 h/a	
Carga Horária Semestral: 72 h/a	
Ementa da Disciplina	A década de 1980 e a consolidação do movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro. O pensamento marxista. A construção histórica de uma nova identidade profissional. Serviço Social na cena contemporânea no marco das transformações no mundo do trabalho.
Bibliografia Básica: ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. IAMAMOTO, M. I. O serviço social na contemporaneidade. São Paulo: Cortez, 2000. _____. Trabalho e indivíduo social. São Paulo: Cortez, 2001.	
Bibliografia Complementar: ANTUNES, R. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005. COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. In: Cadernos ABESS n. 4: Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. São Paulo: Cortez, maio 1991. MARTINELLI, M. L. O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. São Paulo: Cortez, 1995. PONTES, R. Mediação e serviço social. São Paulo: Cortez, 2002. YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-163.	

Disciplina: Serviço Social e Seguridade Social: Previdência Social e Assistência Social	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 5	
Carga Horária Semanal: 4 h/a	
Carga Horária Semestral: 72 h/a	
Ementa da Disciplina	Desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a constituição das políticas sociais. “Cidadania regulada” e “cidadania invertida”: marcos da estruturação das políticas sociais (previdência social e assistência social) no Brasil. Consolidação da fase monopólica do capitalismo brasileiro e a modernização conservadora no campo das políticas sociais: a “americanização perversa” da seguridade social. A Constituição Federal de 1988 e a concepção de cidadania e seguridade social: os casos da previdência e assistência social. Neoliberalismo e seus impactos na seguridade social brasileira: contrarreforma previdenciária e o mito da assistência social.
Bibliografia Básica:	
CARTAXO, A. M. B. Estratégias de sobrevivência: a previdência e o serviço social. 2ed. São Paulo: Cortez, 2008.	
PEREIRA, P. A. P. A assistência social na perspectiva dos direitos. Brasília, 1996.	
YAZBEK, M. C. et al.: Sistema Único de Assistência Social no Brasil – uma realidade em movimento. São Paulo, Cortez, 2012.	
Bibliografia Complementar:	
SPOSATI, A. A menina LOAS – um processo de construção da Assistência Social. São Paulo, Cortez, 2009.	
YASBEK, M. C. Classes subalternas e assistência social. São Paulo, Cortez, 1998.	
SILVA, M. O. S.; YASBEK, M. C.; GIOVANNI, G. A política social brasileira no século XXI. São Paulo, Cortez, 2004.	
SPOSATI, A. et al.: A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras. São Paulo, Cortez, 1985.	
PEREIRA, P. A. P. Necessidades Humanas: subsídios a crítica dos mínimos sociais – 6.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.	

Disciplina: Serviço Social e Seguridade Social: Saúde	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 5	
Carga Horária Semanal: 4 h/a	
Carga Horária Semestral: 72 h/a	
Ementa da Disciplina	A Construção histórica da política de Saúde: a reforma sanitária e o Sistema único de Saúde: modelo de atenção, gerenciamento, financiamento e controle social. A mercantilização na saúde. O acesso das minorias à saúde.
Bibliografia Básica:	
MOTTA, A. E. et al. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.	
BRAVO. M. I. S. Política de saúde no Brasil. MOTA, A. E. et al. (orgs.). In: Serviço Social e Saúde. São Paulo: OPAS, OMS, MS, Cortez, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
COHN, A. O SUS e o direito à saúde: universalização e focalização nas políticas de saúde. LIMA, N. T. et. al. (orgs.). In: Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 385 - 405.	
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde, 2010.	
FLEURY, S.; OUVENEY, A. M. Política de saúde: uma política social. GIOVANELLA, L. et al. (orgs.). In: Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, Centro Brasileiro de Estudos em Saúde, 2ª reimpressão, 2011, p. 25-58.	
BISNETO, J. A.. Serviço social e saúde mental. São Paulo: Cortez, 2011. 222p.	
BRAVO, M. I. S.. Serviço social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.	
ROSA, L. Transtorno mental e o cuidado na família. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.	

Disciplina: Instrumentalidade e Serviço Social	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 5	
Carga Horária Semanal: 4 h/a	
Carga Horária Semestral: 72 h/a	
Ementa da Disciplina	Instrumentalidade, competências e intervenção profissional. As perspectivas teóricas e metodológicas na construção dos instrumentos de intervenção. Instrumentos e técnicas nos diferentes espaços de atuação profissional.
Bibliografia Básica: BAPTISTA, M. V. Prática Social/Prática Profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas. BAPTISTA, M. V. & BATTINI, O. A Prática Profissional do Assistente Social. São Paulo, CNPq/Veras, 2009. (p. 13-27). GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. Capacitação em Serviço Social e Política Social. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Módulo 4, Brasília, CFESS/ABEPSS-UNB/CEAD, 1999. (p. 53-63). BRITES, Cristina. O sigilo na intervenção e no registro profissional. Seminário Nacional Serviço Social e Sigilo Profissional, 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jxxUvAOWGuQ	
Bibliografia Complementar: GUERRA, Y. No que se sustenta a falácia de que “na prática a teoria é outra?”. In IIº Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. Cascavel, Unioeste, 2005. Mesa Coordenada Eixo Temático: Formação Profissional/Fundamentos/História-Teoria Método, Comunicação Oral – Ensaio teórico. Disponível em: http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/5psf5T389obx1M5sq112.pdf. MATOS, Maurílio Castro de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. In Revista Serviço Social e Sociedade, nº 124. São Paulo, Cortez, 2015, p. 678-698. IAMAMOTO, Marilda. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CEAD/UnB. Brasília. 2009. p.15-50. LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. A Entrevista nos processos de trabalho do assistente social. In. Revista Textos e Contextos. V.6, Nº 2. Porto Alegre: PUCRS. PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração marxiana. In. Revista Textos e Contextos, V.2, Nº 1. Porto Alegre: PUCRS. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/948.	

Disciplina: Gestão e Planejamento Social I	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 6	
Carga Horária Semanal: 3h/a + 1h/a em extensão.	Carga Horária Semestral: 72h/a
Ementa da Disciplina	Concepção de Gestão Social enquanto Gestão Pública democrática de políticas sociais. Estado e Burocracia na dinâmica da gestão. Origem e desenvolvimento da Administração Pública Brasileira. O projeto gerencialista para a gestão social: críticas e alternativas.
Bibliografia Básica: KLIKSBERG, B. O desafio da exclusão: para uma gestão social eficiente. São Paulo, FUNDAP, 1997. POCHMANN, M. (org.) Políticas de inclusão social: resultado e avaliação. São Paulo: Cortez Editora, 2005. FALEIROS, V. P. Estratégias em serviço social. São Paulo: Cortez, 1997.	
Bibliografia Complementar: BEHRING, E. R. Brasil em Contra Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003. SOUZA FILHO, R. Gestão Pública e Democracia: a burocracia em questão. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. TEIXEIRA, A. C. C. A atuação das organizações não governamentais entre o Estado e o conjunto da sociedade. DAGNINO, E. (org). In: Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002. TAVARES, M. A. Fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2004. YAZBEK, C.; SILVA, O. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez Editora, 2006	

Disciplina: Oficina de Trabalho Profissional: Observação e Registro	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 6	
Carga Horária Semanal: 2 h/a	
Carga Horária Semestral: 36 h/a	
Ementa da Disciplina	A dimensão técnico-operativa do trabalho do assistente social. Os conteúdos dessa dimensão na trajetória da profissão. O instrumental técnico-operativo do serviço social: observação, linguagem, escuta e registro. Experiências de utilização de instrumentos. O espaço institucional. Relações de poder e hegemonia na dinâmica institucional: autoritarismo, populismo, coronelismo e clientelismo. Análise de conjuntura. Elementos de análise institucional: correlação de forças, alianças, processos de negociação, socialização de informação.
Bibliografia Básica: GUERRA, Y. D. Instrumentalidade do Processo de Trabalho e Serviço Social. In: Serviço Social e Sociedade, n. 62. São Paulo: Cortez, 2000. VASCONCELOS, A. M. A Prática do Serviço Social – Cotidiano, Formação e Alternativas na Área da Saúde. São Paulo: Cortez, 2002. SANTOS, C. M. Na Prática a Teoria é Outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2010.	
Bibliografia Complementar: GUERRA, Y.; FORTI, V. Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010. TRINDADE, R. L. P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFJ, 2012. MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Sistematização, Planejamento e Avaliação das Ações dos Assistentes Sociais no Campo da Saúde. In: MOTA, A. E.; BRAVO, M. I. S.; UCHÔA, R.; NOGUEIRA, V.; MARSIGLIA, R.; GOMES, L.; TEIXEIRA, M. (Organizadoras). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2007. CFESS. Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres. São Paulo: Cortez Editora, 2006. CARDOSO, M. F. M. Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social: Observação sensível, Entrevista, Relatório, Visitas e Teorias de Base no Processo de Intervenção Social. São Paulo: LCTE Editora, 2008	

Disciplina: Família e Serviço Social	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 6	
Carga Horária Semanal: 3 h/a	
Carga Horária Semestral: 54 h/a	
Ementa da Disciplina	Estudo da família enquanto sujeito coletivo, historicidade e transformações através dos tempos. A família brasileira contemporânea e a pluralidade nas suas configurações, o seu contexto histórico, político e social. As práticas familiares atuais: conjugalidades, parentalidades, direitos e filiações emergentes, seu impacto nas políticas sociais. Estratégias de intervenção com famílias, incluindo o trabalho interdisciplinar, os programas de atenção, a proteção e a violência intrafamiliar, teorias explicativas e o uso de instrumentais para o trabalho com famílias.
Bibliografia Básica: BLEGER, J. Psicologia da conduta. Porto Alegre: Artes Médicas. 1963. POLITZER, G. (1928/2004). Crítica dos fundamentos da psicologia. Piracicaba: Editora UNIMEP LESSA, S. Para compreender a ontologia de Lukács. 4ª Edição, Instituto Lukács, São Paulo, 2015	
Bibliografia Complementar: FURTADO, O. O psiquismo e a subjetividade social. In: BOCK, A. F. et al. Psicologia sócio-histórica. Petrópolis: Cortez, 2002. HALL, S. Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998. MORAIS, E. S. Subjetividade e Serviço Social: Desafios para a prática profissional. Curitiba. Editora CRV: 2020. TAVARES, M. A. Fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2004.	

Disciplina: Serviço Social no Judiciário	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 6	
Carga Horária Semanal: 3 h/a + 1h/a em extensão.	
Carga Horária Semestral: 72 h/a	
Ementa da Disciplina	O Serviço Social e as demandas advindas da questão social e seus rebatimentos no contexto sócio jurídico. A judicialização da pobreza e o projeto ético político do Serviço Social frente ao Judiciário. A inserção do assistente social como perito judicial: seus impasses, desafios e conquistas junto aos operadores do direito. Contexto sócio jurídico como instrumento de cumprimento dos direitos sociais. A convivência familiar como espaço de socialização e convivência e os desafios de concretização desse direito.
Bibliografia Básica:	
ALAPANIAN, S. Serviço Social e Poder Judiciário. Reflexões sobre o Direito e o Poder Judiciário. São Paulo, Veras Editora, 2008.	
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). O Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social. 2. ed. São Paulo: Cortez; 2004.	
FÁVERO, E. T.; MELÃO, M. J.; JORGE, M. R. T. O serviço social e psicologia no judiciário, construindo saberes, conquistando direitos. 3.ed. Cortez Editora, 2008.	
Bibliografia Complementar:	
CARVALHO, M. C. B. (Org.). A família contemporânea em debate. 2. ed. São Paulo: Cortez; 1997.	
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão. Brasília: CFESS, 2014.	
DALLARI, D. A. O poder dos juízes. São Paulo: Saraiva, 1996.	
DIAS, M. B. Manual de direito de famílias. 7. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.	
DOLTO, F. Quando os pais se separam. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar; 1991.	

Disciplina: Subjetividades e Cultura	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 6	
Carga Horária Semanal: 2 h/a + 1h/a em extensão.	Carga Horária Semestral: 54 h/a
Ementa da Disciplina	A contribuição do pensamento marxista contemporâneo acerca da cultura. Cultura e identidade social: a questão da diversidade e da diferença. Cultura e subjetividade na sociedade contemporânea.
Bibliografia Básica: ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação no trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2000. BEZERRA, C. S. Globalização e cultura: caminhos e descaminhos para o nacional popular na era da globalização. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. COUTINHO, C. N. Cultura e Sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. Bibliografia Complementar: FURTADO, O. O psiquismo e a subjetividade social. In: BOCK, A. F. et al. Psicologia sócio-histórica. Petrópolis: Cortez, 2002. HALL, S. Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998. MORAIS, E. S. Subjetividade e Serviço Social: Desafios para a prática profissional. Curitiba. Editora CRV: 2020. TAVARES, M. A. Fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2004.	

Disciplina: Metodologia para Trabalho de Conclusão de Curso I	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 6	
Carga Horária Semanal: 2 h/a + 1h/a em extensão.	
Carga Horária Semestral: 54 h/a	
Ementa da Disciplina	Noções introdutórias como requisitos básicos da leitura acadêmica e a sua importância; técnicas de resumir e esquematizar; técnicas de pesquisa bibliográfica como também suas partes. Revisão de normas de redação dos trabalhos científicos. Métodos específicos das Ciências Sociais e Humanas. Critérios para leitura e elaboração de trabalhos científicos (delimitação do tema, elaboração de hipóteses, redação).
Bibliografia Básica: BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012. MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006. MINAYO, M. C. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, RJ: Abrasco, 2007. Bibliografia Complementar: BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. KOCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa Científica. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.	

Disciplina: Laboratório de Competência Técnico-Operativa do Serviço Social	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 7	
Carga Horária Semanal: 3 h/a + 1h/a em extensão.	Carga Horária Semestral: 72 h/a
Ementa da Disciplina	A competência técnico-operativa do Serviço Social, a sua utilização na dimensão investigativa e interventiva da profissão. A realidade social e sua expressão no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais da profissão. A instrumentalidade do serviço social e a sua relação na práxis da profissão.
Bibliografia Básica: GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009. _____. A instrumentalidade do Serviço Social. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014. NETTO, J. P. Para a crítica da vida cotidiana. In: _____. CARVALHO, M. C. B. Cotidiano: conhecimento e crítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.	
Bibliografia Complementar: IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche. Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social. São Paulo: Cortez Editora, 2007. TRINDADE, R. L. P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFJF, 2012. GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013. p. 45-74. _____. Y. Instrumentalidade do Processo de Trabalho e Serviço Social. In: Serviço Social e Sociedade, n. 62. São Paulo: Cortez, 2000 HORST, C. O planejamento e a elaboração do projeto de trabalho de assistentes sociais. In: A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais. Belo Horizonte: CRESS, 2023.	

Disciplina: Oficina de trabalho profissional: Serviço Social e Educação	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 7	
Carga Horária Semanal: 2 h/a + 1h/a em extensão.	Carga Horária Semestral: 54 h/a
Ementa da Disciplina	O Serviço Social e a política de educação, aproximações e fundamentos teórico-metodológicos. A função social da escola. A construção profissional do assistente social na educação. O debate contemporâneo da inserção do assistente social como profissional na escola. O perfil profissional nessa política social. As dimensões pedagógica e educativa do assistente social.
Bibliografia Básica: IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo : Cortez, 2003. 326 p. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação. Brasília: CFESS, 2013. 53 p. (Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais). LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 3. ed., rev. e ampl. Goiânia : Alternativa, 2001. 259 p.	
Bibliografia Complementar: LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar, políticas, estruturas e organização. 2 ed. SP: Cortez, 2005. SOUZA, Iris de Lima. Serviço Social e educação: uma questão em debate. Interface – Natal/ RN – v1. 2005. NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação e política no Brasil de hoje. São Paulo: Cortez, 2002. SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional. São Paulo: Autores Associados. 1998.	

Disciplina: Metodologia para Trabalho de Conclusão de Curso II	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 7	
Carga Horária Semanal: 3 h/a	
Carga Horária Semestral: 54 h/a	
Ementa da Disciplina	Elementos e etapas da elaboração do trabalho de Conclusão de Curso. Características dos gêneros textuais acadêmicos: artigo e monografia.
Bibliografia Básica: BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. KOCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. MINAYO, M. C. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, RJ: Abrasco, 2007.	
Bibliografia Complementar: BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012. MINAYO, M. C. S. (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004. MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.	

Disciplina: Oficina de Trabalho Profissional: Território e Políticas Públicas	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 7	
Carga Horária Semanal: 3 h/a + 1h/a em extensão.	
Carga Horária Semestral: 72 h/a	
Ementa da Disciplina	A compreensão da territorialidade enquanto um espaço múltiplo e diverso das expressões da questão social. A relação entre o território e a execução das políticas públicas. Gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais, orçamento, planejamento participativo e alternativas de gestão. Elaboração, execução e avaliação de programas e projetos sociais na área de políticas públicas. Assessoria, consultoria e supervisão de políticas, programas e projetos sociais. Avaliação e monitoramento de políticas, programas e projetos sociais.
Bibliografia Básica:	
BOSCHETTI, I. Avaliação de Políticas, programas e projetos sociais. In: Serviço Social – direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.	
CUNHA, C.C. Repensando as Políticas Públicas e suas territorialidades. Revista Territorial, Goiás, 2024, p.215-229.	
DINIZ, R. Território, trabalho social e assistência social: alguns aportes sobre a realidade da cidade de Curitiba (PR). ENPESS: Vitória, 2018.	
Bibliografia Complementar:	
ENAP. Introdução ao Orçamento Público. Módulo 1 Entendendo o Orçamento Público. Brasília, 2017.	
MATTOS, M. C. M. Assessoria, Consultoria, Auditoria, supervisão técnica. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009	
SPOSATI, A. Território e gestão de políticas sociais. Serviço Social em Revista: Londrina, v.16, p.05-18, 2013.	
TEIXEIRA, J.B. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: Serviço Social – direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.	
KOGA, Dirce. Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.	

Disciplina: Gestão e Planejamento Social II	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 7	
Carga Horária Semanal: 2 h/a + 1h/a em extensão.	Carga Horária Semestral: 54 h/a
Ementa da Disciplina	As funções de direção e organização numa perspectiva democrática. Gestão pública e as organizações da sociedade civil: tendências e contra tendências na formulação (conselhos gestores) e execução (parcerias) de políticas sociais.
Bibliografia Básica: KLIKSBERG, B. O desafio da exclusão: para uma gestão social eficiente. São Paulo, FUNDAP, 1997. POCHMANN, M. (org.) Políticas de inclusão social: resultado e avaliação. São Paulo: Cortez Editora, 2005. FALEIROS, V. P. Estratégias em serviço social. São Paulo: Cortez, 1997.	
Bibliografia Complementar: BEHRING, E. R. Brasil em Contra Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003. SOUZA FILHO, R. Gestão Pública e Democracia: a burocracia em questão. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. TEIXEIRA, A. C. C. A atuação das organizações não governamentais entre o Estado e o conjunto da sociedade. DAGNINO, E. (org). In: Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002. TAVARES, M. A. Fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2004. YAZBEK, C.;0 SILVA, O. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez Editora, 2006	

Disciplina: Estatística Aplicada à Pesquisa Social II	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 7	
Carga Horária Semanal: 2h/a	
Carga Horária Semestral: 36h/a	
Ementa da Disciplina	Distribuição de frequência. Medidas de tendência e de variabilidade. Princípios da amostragem nas Ciências Sociais. Testes de significância. Intervalos de confiança. Medidas de correlação e associação. Introdução a Teste de Hipótese: diferença de médias e proporções.
Bibliografia Básica:	
FONSECA, Jairo Simon; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando o Excel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.	
BARBETA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às Ciências Sociais. 7. ed. - Florianópolis: UFSC, 2011.	
Bibliografia Complementar:	
BEIGUELMAN, B. Curso prático de bioestatística. 5.ed. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2002. 274 p.	
CALLEGARI-JACQUES, S. M. Bioestatística: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2003. 264 p.	
LEVINE, D. M. et al. Estatística: teoria e aplicações usando o Microsoft Excel em português. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.	
CRESPO, A. A. Estatística fácil. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.	
VIEIRA, S. Bioestatística: tópicos avançados. 4.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008. 232 p.	

Disciplina: Laboratório de Intervenção Profissional: Atuação e campo	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 8	
Carga Horária Semanal: 4 h/a	
Carga Horária Semestral: 72 h/a	
Ementa da Disciplina	Desenvolvimento de habilidades do assistente social. Os instrumentais, técnicas e recursos na intervenção profissional do assistente social. A observação sistemática, a entrevista, a reunião e a visita domiciliar, elaboração de pareceres e laudos, estudos socioeconômicos e culturais.
Bibliografia Básica:	
IAMAMOTO, M. V. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação teórico-metodológica. 13ªed. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.	
MATTOS, M. C.M. Assessoria, Consultoria, Auditoria, supervisão técnica. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.	
PRATES, J. A Questão dos Instrumentais Técnicos-Operativos nunca Perspectiva Dialético-Crítica de Inspiração Marxiana In: Revista Textos e Contextos: Perspectivas da Produção do Conhecimento em Serviço Social. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2004	
Bibliografia Complementar:	
GUERRA, Y. A Instrumentalidade do Serviço Social. SP: Cortez, 2002.	
IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche. Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social. São Paulo: Cortez Editora, 2007.	
. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 5ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.	
NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CEFESS/ABEPSS; CEAD/UNB (Org.). Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD/UNB, 1999.	
SILVA, M. J. P. Os passos do planejamento estratégico participativo. In: BROSE, M. (org.). Metodologia Participativa – uma introdução a 20 instrumentos. Porto Alegre: Tomo editorial, 2001.	

Disciplina: O Método em Marx	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 8	
Carga Horária Semanal: 2 h/a	
Carga Horária Semestral: 36 h/a	
Ementa da Disciplina	O Método a contribuição de Marx. Categorias e definições fundamentais do método em Marx. O método e seus desdobramentos históricos no campo do marxismo. O Materialismo Histórico. O Materialismo Dialético. Indicações para uma análise materialista da sociedade. Os fundamentos do método materialista e as implicações para o Serviço Social.
Bibliografia Básica: NETTO, J.P. Marxismo impenitente. Contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez Editora, 2004, cap. 1. MARX, K. Método da Economia Política in: Contribuição para a Crítica da Economia Política. São Paulo: Martins Fontes, 1983. PP.218-231. PAULO NETTO, J., Introdução ao método da teoria social. Disponível em http://pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf	
Bibliografia Complementar: TEIXEIRA, A. Marx e a Economia Política: a crítica como conceito. R. Econômica, V.2 no.4, dez 00, pp.85-109 GERMER, C.M. A relação abstrato/concreto no método da economia política Disponível: http://outrosoutubrosvirao.files.wordpress.com/2009/05/clus-germera-relacao-abstrato-concreto-no-metodo-da-economia-politica.pdf PAULO NETTO, J. Marxismo impenitente. Contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez Editora, 2004, cap3 VIANA, N. Escritos Metodológicos de Marx. Goiás: Editora Alternativa, 2007. pp.23- 54. GRAMSCI, A. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.	

Disciplina: Opinião Técnica e Sigilo Profissional em Serviço Social	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 8	
Carga Horária Semanal: 3 h/a	
Carga Horária Semestral: 54 h/a	
Ementa da Disciplina	Apreensão sobre as atribuições privativas do Assistente Social, a opinião técnica e a sua base de fundamentação. Discussão sobre os principais instrumentais da profissão, como: estudo social, relatório social, parecer social, laudo social, prontuários entre outros. E a compreensão sobre o sigilo profissional que envolve a profissão na sua dimensão ético-política.
Bibliografia Básica: FAVERO, E; FRANCO, A. P; OLIVEIRA, R. C. Processo de trabalho e documentos em Serviço Social: reflexões e indicativos relativos à construção, ao registro e à manifestação da opinião técnica. In. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. Brasília: CFESS, 2020. RAMOS, A; ORTIZ, F.G; PAULA, L. G.P. O trabalho profissional do/a Assistente Social e suas personalidades: Reflexões sobre as dimensões constitutivas do Serviço Social. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023. P. 109-156. MATOS, M. C. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, 2015.	
Bibliografia Complementar: TONIOLO, C. Presenças Imperiosas nas elaborações sobre sigilo profissional nos Códigos de Ética do assistente social de 1947 e 1965. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, 2021. TONIOLO, C. Reflexões sobre a construção técnica de relatórios e pareceres por assistentes sociais. In: A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais. Belo Horizonte: CRESS, 2023. TONIOLO, C. O sigilo na legislação do Serviço Social brasileiro e os conselhos profissionais: relato de uma experiência nos anos 2010. Rio de Janeiro. Libertas, 2023. CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Sistematização e análise de registros da opinião técnica emitida pelo/a Assistente Social em relatórios, laudos e pareceres, objetos de denúncias éticas presentes em recursos disciplinares julgados pelo Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2020. TRINDADE, R. L. P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFJ, 2012. HORST, C. O planejamento e a elaboração do projeto de trabalho de assistentes sociais. In: A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais. Belo Horizonte: CRESS, 2023.	

Disciplina: Serviço Social: Meio Ambiente, Questão Agrária e Urbana	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 8	
Carga Horária Semanal: 3ha + 1h/a em extensão.	Carga Horária Anual: 72ha
Ementa da Disciplina	Análise da estrutura fundiária no campo e na cidade e seus impactos na estratificação e desigualdades sociais, globalização – poder político e econômico dos diferentes segmentos sociais, novos cenários e novos atores sociais, manifestações da questão social no rural e no urbano no Brasil especificidades regionais e meio ambiente.
Bibliografia Básica: LEFEBVRE, Henri. A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, capítulos 1 e 2. SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Os grandes projetos industriais: desenvolvimento econômico e contradições urbanas. In: _____(Org.) Desenvolvimento Brasileiro: alternativas e contradições. Vitória: Grafitusa, 2010, p. 13-38. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. 1ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006, pp.53-64 e pp. 111-130.	
Bibliografia Complementar: LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001, pp. 03-26; pp.103-118. LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. 2ª Ed. São Paulo: Marins Fontes, 1997, capítulos: II, III, IV, V e VI. RAMOS, Maria Helena Rauta. Metamorfoses sociais e políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.p. 113-150. CASTELLS, Manuel. A questão urbana São Paulo: Paz e Terra, 2000. GOHN, Maria da Glória. História dos Movimentos e Lutas Sociais. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003.	

Disciplina: Serviço Social e Envelhecimento	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Período: 8	
Carga Horária Semanal: 2ha	Carga Horária Anual: 36 ha
Ementa da Disciplina	O envelhecimento e a velhice no mundo contemporâneo. Aspectos bio-psico-sociais e culturais do envelhecimento. Direitos sociais e cidadania da pessoa idosa. Políticas públicas de atenção ao idoso. Processos organizativos e a construção de atores sociais na área gerontológica.
Bibliografia Básica:	
ABREU FILHO, org. Comentários sobre o Estatuto do idoso/Organização: Hélio Abreu Filho; Alexandre Herculano Abreu... [et al] - - Brasília: Secretária Especial dos Direitos Humanos, 2004.	
ALMEIDA, Vera Lúcia V. Direitos Humanos e Pessoa idosa/ Texto: Vera Lúcia V. Almeida.	
BRASIL, Estatuto do Idoso, 2003.	
Bibliografia Complementar:	
NETTO, P. Matheus O estudo da velhice no século XX: histórico, definição do campo e termos básicos. In Tratado de Geriatria e Gerontologia, cap. 1.. Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, p. 01-12, 2002.	
OMS (Organização Mundial de Saúde) – Envelhecimento ativo: uma política de saúde, 2002.	
SIMÕES, Júlio A . A maior categoria do país: o aposentado como ator político. IN BARROS, Myrian (Org.) Velhice ou Terceira Idade? Rio de Janeiro. FGV. 1998.	
SPOSATI, A. de Oliveira. A Menina LOAS: um processo de construção. Ed. Cortez, Rio de Janeiro, 2003.	
MINAYO, Maria Cecília. Violência contra idosos: o avesso do respeito à experiência e a sabedoria/Texto: Maria Cecília Minayo – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.	

5.6 Ementário das Disciplinas Optativas

Disciplina Optativa: Libras	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Carga Horária Semanal: 2 h/a	
Carga Horária Semestral: 36 h/a	
Ementa da Disciplina	Introdução à LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: LIBRAS História da Língua de Sinais. Legislação aplicável: Lei Nº 10.436/02 e Decreto Nº 5.626/05. Domínio da língua de sinais e inclusão educacional. Interpretação em Libras na sala de aula. Conteúdo geral para comunicação visual baseada em regras gramaticais da Língua de Sinais.
Bibliografia Básica: CAPOVILLA, F. C. et. al. Novo dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira Novo deit-libras . São Paulo, SP: [s.n.], 2008. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre, RS: Artmed, 2004. HONORA, M. et. al. Livro ilustrado de língua brasileiro de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez . São Paulo: Ciranda Cultural, 2011.	
Bibliografia Complementar: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Educação especial: língua brasileira de sinais , v. 3. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1997. QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa . Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. LEITE, E. M. C. Os papéis do intérprete de libras na sala de aula inclusiva . Petrópolis: RJ, Arara Azul, 2004. Disponível em: http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Os-papeis-do-Interprete-na-sala-de-aula-inclusiva.pdf . PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Aspectos linguísticos da língua brasileira de sinais . – Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998. WILCOX, Sherman; WILCOX, Phyllis Perrin. Aprender a Ver: o ensino da língua de sinais americana como segunda língua . [tradução: Tarcísio de Arantes Leite]. Petrópolis: RJ, Arara Azul, 2005.	

Disciplina Optativa: Serviço Social e Saúde do Trabalhador	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Carga Horária Semanal: 2h/a	Carga Horária Anual: 36h/a
Ementa da Disciplina	Aborda a trajetória sócio-histórica da Saúde do Trabalhador no Brasil e as legislações pertinentes a esta política pública. Relaciona enquanto um espaço sócio-ocupacional para a profissão que vem crescendo nos últimos anos e os desafios que se colocam para a profissão nas determinações teórica e metodológica, bem como, ética e política, perante a apreensão da relação trabalho, saúde e doença.
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Saúde. Lei n. 8080 de 19 de setembro de 1990: Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM nº 737, de 16 de maio de 2001. Institui a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. BRAVO, Maria Inês de S. Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1996. SELIGMANN-SILVA, Edith. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2022. VASCONCELLOS, L.C.F. Dois políticas, duas vigilâncias, duas caras. Revista brasileira de saúde ocupacional. São Paulo, 2013, p.179-198.	
Bibliografia Complementar: ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? – Ensaio sobre as Metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. 13 eds. São Paulo: Cortez, 2008. BRASIL. Portaria n. 3.908, pela Norma Operacional em Saúde do Trabalhador — NOST-SUS. BRASIL. Portaria n. 1.679 de 19 de setembro de 2002. Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast) CONSELHO Federal de Serviço Social. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde. Brasília: CFESS, 2010. NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, I. (Org.). O desmonte da nação: balanço do governo FHC. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 111, 2012.	

Disciplina: Tópicos de Estudos Especiais em Questão Social e Violência	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Carga Horária Semanal: 2h/a	Carga Horária Semestral: 36h/a
Ementa da Disciplina	A questão social enquanto produto da sociedade capitalista. Pauperismo, violência e suas raízes históricas. Cidade, Estado e Mercado: a modernização excludente. A (in) segurança social na Modernidade. Violência e conflitos sociais nos meios urbano e rural. A violência nas cidades.
Bibliografia Básica: FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. LORDELLO, J.; RIBEIRO, L. Como conviver com a violência: o passaporte para sua segurança /. São Paulo: Moderna, 1998. TRASSI, M. L. Adolescência-violência: desperdício de vidas. São Paulo: Cortez, 2006.	
Bibliografia Complementar: ANNI, O. A cultura da violência: capitalismo, violência e terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. BAUMAN, Z. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. PERALVA, A. Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000. SALES, M. A. (In) visibilidade Perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007. VASCONCELOS, R.; PIMENTEL, E. Violência e Criminalidade em Mosaico. Maceió: EDUFAL, 2009.	

Disciplina Optativa: Tópicos de estudos especiais em Meio Ambiente: Educação, Saúde e Sociedade	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Carga Horária Semanal: 2h/a	Carga Horária Anual: 36h/a
Ementa da Disciplina	Relação do ser humano com a Natureza e os reflexos desta relação nas esferas ecológicas, educacionais, socioculturais e de saúde coletiva. Formação de profissionais com olhar crítico sobre a relação entre conservação ambiental e sustentabilidade na formação da sociedade contemporânea.
Bibliografia Básica: BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Pensar o ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental. Brasília: Ministério da Educação, 2009. FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. Saúde, ambiente e sustentabilidade. 20. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. EDWARDS, B. O guia básico para a sustentabilidade. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2008.	
Bibliografia Complementar: GÓMES, J. A. D.; AGUADO, O. V. Serviço social e meio ambiente. São Paulo: Cortez, 2005. GORE, A. A terra em balanço: ecologia e o espírito humano. São Paulo: Ed. Augustus, 1993. GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação. 7. ed. Campinas: Papirus,, 2005. NOVAES, W. A década do impasse: da Rio - 92 à Rio +10. São Paulo: Estação da Liberdade, 2002. DIAS, R. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.	

Disciplina Optativa: Oficina preparatória para o Estágio em Serviço Social	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Carga Horária Semanal: 2 h/a	Carga Horária Semestral: 36h/a
Ementa da Disciplina	O estágio curricular na formação do assistente social, o estágio obrigatório e o estágio não obrigatório. As dimensões investigativa e interventiva da profissão nas Diretrizes Curriculares. Normatização do Estágio. Campos de estágio de Serviço Social na UEMG/Poços de Caldas. Possibilitar a integração entre os discentes apresentando a experiência de estágio.
Bibliografia Básica: ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social . Rio de Janeiro, 2009. ASSIS, R. L. M.; ROSADO, I. V. M. A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção . R. Katális., Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 203-211, jul./dez. 2012 BURIOLLA, Marta Alice Feiten. Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papeis . – 6. ed. – São Paulo : Cortez, 2011. GUERRA, Yolanda. O ensino da prática no novo currículo: elementos para o debate . 2002 CFESS. Código de Ética do assistente social, 1993 . 9. Ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. PPC do Curso de Serviço Social da UEMG- Unidade de Poços de Caldas.	
Bibliografia Complementar: LEWGOY, A.M.B.; SCAVONI, M.L.A. A supervisão em Serviço Social: a formação do olhar ampliado . 2002 BRASIL. Lei Nº 11.788 , De 25 De Setembro De 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes. SANTANA, Necilda de Moura. O Processo de Supervisão na Formação Profissional do Assistente Social . CFESS. Código de Ética do assistente social, 1993 . 9. Ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. _____. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão – 1993. 9. Ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.	

Disciplina Optativa: Tópicos de Estudos Especiais em Redação Científica	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Carga Horária Semanal: 2h/a	Carga Horária Semestral: 36h/a
Ementa da Disciplina	A produção de textos acadêmicos e científicos: resumo acadêmico, resumo expandido, resenha, artigo, pôster. O funcionamento de editais e normas editoriais para publicação. Organização do currículo Lattes. Apresentações orais: comunicações, mesas e seminários. Caracterização e participação de eventos acadêmicos. Editor de Texto e recursos tecnológicos de apresentação.
Bibliografia Básica: ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.	
Bibliografia Complementar: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT: Referências técnicas NBR 14724. Rio de Janeiro: ABNT, 2011. CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. ARMANI, D. Como elaborar projetos - Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.	

Disciplina: Tópicos de Estudos Especiais em Saúde Mental e Serviço Social	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Carga Horária Semanal: 2h/a	Carga Horária Semestral: 36h/a
Ementa da Disciplina	Histórico da assistência à saúde mental no mundo. Trabalho e subjetividade: impactos do trabalho na saúde mental do trabalhador. Política de saúde mental no Brasil. Reforma psiquiátrica e movimentos sociais na área da saúde. Os desafios da política de saúde mental na contemporaneidade. O trabalho de assistentes sociais na área de saúde mental.
Bibliografia Básica: FOUCAULT, M. História da Loucura na Idade Clássica . São Paulo: Perspectiva, 2003. GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos . 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Saúde Mental e Serviço Social . São Paulo: Cortez, 2010.	
Bibliografia Complementar: AMARANTE, P. Saúde mental, formação e crítica . Rio de Janeiro: Laps, 2008. BISNETO, José Augusto. Serviço Social e Saúde Mental: uma análise institucional da prática . Cortez, São Paulo, 2011. BRASIL. Ministério da Saúde. Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. In: CONFERÊNCIA REGIONAL DE REFORMA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL: 15 ANOS DEPOIS DE CARACAS . Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2005. ROBAINA, C. M. V. O trabalho do serviço social nos serviços substitutivos de saúde mental . Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 102, p. 339-351, abr./jun. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n102/a08n102.pdf >. Acesso em: 06 jun. 2017. SELIGMANN-SILVA. Desgaste mental no trabalho dominado . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.	

Disciplina Optativa: Tópicos Especiais em Serviço Social em Escolas	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Carga Horária Semanal: 2h/a	Carga Horária Semestral: 36h/a
Ementa da Disciplina	Atuação do assistente social na escola. Análise da realidade social e educacional. A Lei 13.935/2019, a articulação com famílias e comunidade, o combate à evasão escolar e as vulnerabilidades socioeconômicas.
Bibliografia Básica: AMARO, Sarita. Serviço social em escolas: Fundamentos, processos e desafios. Petrópolis: Vozes, 2017 HELFREICH, Francine. Escola e serviço social: reflexões e apreensões sobre o trabalho profissional. Rio de Janeiro: Mórula/FAPERJ, 2024 SANTOS, André Michel dos. Serviço social na educação: um estudo das atribuições profissionais em escolas públicas municipais. Curitiba: CRV, 2020	
Bibliografia Complementar: ALARCÃO, Micaelle A.; ARAÚJO, Késia Miriam Santos; ALBARELLO, Beatriz Amália. Atuação do assistente social na educação básica . Revista JRG, v. 3, n. 6, 2020. DENTZ, Marta von; SILVA, Roberto Rafael D. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social. Revista Serv. Soc. Soc. (121), Jan-Mar 2015. SANTOS, André Miguel dos; PEREIRA, Larissa Ramalho; DENTZ, Marta von. Serviço social na educação . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2022.	

Disciplina Optativa: Tópicos Especiais: Sonhos e sofrimentos Sociais	
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH	
Carga Horária Semanal: 2h/a	
Carga Horária Semestral: 36h/a	
Ementa da Disciplina	Compreender fenômenos oníricos como fenômenos coletivos e refletir sobre o viver dramático e as condições da experiência vivida das pessoas e investigar sofrimentos sociais.
Bibliografia Básica: BLEGER, J. (2007) Psicologia de la Conduta. Buenos Aires: Paidós (Original publicado em 1963) FREUD, S. (1900/2019). A interpretação dos sonhos. São Paulo: Cia das Letras RIEMENSCHNEIDER, Fabio; RODRIGUES, Ana Letícia Nunes; AIELLO-VAISBERG, Tânia. Sonhos Na Investigação de Imaginários Coletivos à Luz da Psicologia Psicanalítica Concreta. In: 21ª Jornada Apoiar: Adolescência – Desafios, Sofrimento e Esperança. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/387539216 . Acesso em: 28 jun. 2025.	
Bibliografia Complementar: BARREIROS, BRUNO COSTA, & PREVIATTI, DÉBORA. (2019). O sonho como uma produção social. Sociologias, 21(51), 366-380. Epub August 26, 2019. https://dx.doi.org/10.1590/15174522-0215131 LAHIRE, B. (2020). The sociological interpretation of dreams. Cambridge: Polity Press RIBEIRO, S. (2019). O oráculo da noite. São Paulo: Cia das Letras. POLITZER, Georges. Crítica dos fundamentos da psicologia – A psicologia e a psicanálise. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1998. RIEMENSCHNEIDER, Fabio. Os Sonhos na Perspectiva Psicanalítica Concreta. In: Ciências humanas: perspectivas teóricas e fundamentos epistemológicos 2 – Ponta Grossa: Atena, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.22533/at.ed.166231508 . Acesso em: 28 jun. 2025.	

6. Metodologia de ensino

Compete à UEMG a busca da excelência na formação de profissionais comprometidos com a vida e com a transformação social. Este PPC prevê a abordagem metodológica interdisciplinar aplicada aos componentes curriculares, em suas vertentes teóricas ou práticas, integrando esta abordagem à proposta temática da ênfase dada a cada Núcleo Formativo.

Ao buscar a excelência, a universidade se empenha na formação de profissionais aptos a reunir **conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais** para resolver problemas, buscando soluções **comprometidas com a preservação da vida e a transformação social baseada na ética**.

Isso significa que não basta o aprender a fazer. A tomada de decisão para a solução de qualquer problema precisa ser um ato intencional apoiado em **sólidos conhecimentos e pesquisa científica**. O profissional precisa saber o porquê de fazer desta maneira e não de outra. Há que ter a compreensão, cada vez maior, do processo no qual está envolvido e atuar nesse processo com crescente grau de **autonomia intelectual**.

Como materializar esta premissa na escolha das metodologias de ensino?

O ensino deve ser focado no aluno. A questão é buscar como o aluno aprende, como o aluno agrega na sua formação as diferentes formas de conteúdos que a instituição trabalha e orienta para a formação do profissional com o perfil pretendido.

Os **conteúdos conceituais** formam toda a base científica. Esses conteúdos serão trabalhados nas atividades com os professores em salas de aulas e laboratórios, por meio de aulas expositivas, trabalhos individuais e em grupos, seminários, visitas técnicas, atividades complementares e outras atividades de integração interdisciplinar.

Os **conteúdos procedimentais** serão trabalhados nos laboratórios específicos, nos estágios supervisionados, nas práticas voltadas para a formação profissional, nos quais cada técnica empregada será analisada, discutida e observada nos seus mais variados aspectos.

Os **conteúdos atitudinais** perpassarão todo o processo de formação do aluno, orientando a construção ética pretendida para os egressos.

A metodologia de ensino desenvolvida no curso está profundamente baseada na interação entre reflexão teórica e vivência técnico-profissional, que visa a levar o aluno a desenvolver as habilidades de compreensão, análise, comparação e síntese das informações, gerando autonomia para propor soluções baseadas em análises críticas.

Esses aspectos estão em consonância com a concepção do curso, que se pauta na construção do conhecimento, enfatizando-se o “aprender a aprender”: o discente deixa de ser um “consumidor” passivo de conhecimentos e informações transmitidas pelos docentes e passa a ser o construtor de seu conhecimento, de forma crítica e reflexiva, tendo o docente como um mediador desse processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Paulo Freire (in *Pedagogia da Autonomia*, 1998), “não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.

Para tanto, serão adotadas as seguintes práticas didático-pedagógicas, dentre

outras:

- Aulas teóricas com exposições dialogadas problematizadas e contextualizadas;
- Apresentação de seminários, mesas redondas, discussões e debates;
- Trabalhos individuais, em grupos e seminários que levem o aluno a ser sujeito do processo de ensino-aprendizagem, tendo o professor como o mediador desse processo, favorecendo a discussão coletiva e as relações interpessoais;
- Visitas técnicas;
- Elaboração e participação em projetos de iniciação científica e extensão;
- Realização de pesquisas bibliográficas e empíricas com cunho científico;
- Projeto de monitoria;
- Desenvolvimento do estágio curricular supervisionado;
- Participação em eventos científicos promovidos pela UEMG;
- Participação em atividades solicitadas pela sociedade e em atividades desenvolvidas na comunidade;
- Trabalho de conclusão de curso;
- Atividades complementares e de extensão.

7. Avaliação de desempenho discente

A avaliação discente ocorrerá de forma contínua e processual, no âmbito de cada componente curricular, com a atribuição, ao final das atividades semestrais, dos créditos a ele estipulado, mediante:

- a) Frequência mínima de 75% às atividades acadêmicas.
 - A apuração da frequência ocorrerá no âmbito de cada componente da matriz curricular.
- b) Aproveitamento mínimo de 60 pontos, no máximo de 100 pontos atribuídos no semestre letivo.
 - Em etapa única semestral, a distribuição do total de 100 pontos, no decorrer do semestre, será responsabilidade do docente da disciplina, observadas as deliberações do Colegiado de Curso e o Regimento da UEMG que determina que nenhuma avaliação parcial do aproveitamento discente poderá ter valor superior a 40 (quarenta) pontos.
 - O aluno que obtiver de 40 a 59 pontos cumulativos no semestre letivo e frequência suficiente na disciplina, poderá se submeter a exame especial.
 - O exame especial, aplicado ao final de cada etapa avaliativa semestral, terá um valor de 100 pontos, devendo o aluno obter aproveitamento maior ou igual a 60 pontos para ser aprovado.
 - Se aprovado no exame especial, será considerado o valor de 60 pontos pelo Registro Acadêmico, independentemente do valor obtido pelo aluno na avaliação do exame especial.
- c) As disciplinas oferecidas na forma de Educação a Distância (EAD) e realizadas com êxito pelo aluno terão regime de apuração de aproveitamento/desempenho específico e serão anotadas no histórico escolar do aluno conforme o registro de créditos deste plano.

7.1 Das adaptações curriculares e compensação de faltas

O aproveitamento de estudos, adaptações curriculares, exame de proficiência e abreviação do tempo de conclusão, no âmbito deste PPC, serão regidos pela

RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 250, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

A compensação de faltas, o regime especial de estudos, discente gestante/adotante, discente enfermo, a justificativas de faltas, as faltas por preceitos religiosos, a avaliação de segunda oportunidade, a revisão de avaliações, o exame especial, as reprovações e a avaliação de rendimento acadêmico, no âmbito deste PPC, serão temas regidos pela **RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 249, DE 06 DE ABRIL DE 2020.**

8. Atendimento ao estudante

Anuente ao papel social da universidade, este projeto reafirma o compromisso da UEMG com o pleno direito de acesso e permanência do estudante ao ensino superior.

Para contribuir com a comunidade estudantil, este projeto prevê a implantação institucional do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE), visando contribuir para a integração do estudante nos aspectos psicossociais, acadêmicos e profissionais, além de possibilitar a interlocução com os egressos do curso de Serviço Social.

Esta implantação se dará por meio da institucionalização do Programa de Apoio ao Estudante, por meio do desenvolvimento do Projeto de Extensão Acolher, que, a princípio, tem o objetivo de acolher os estudantes do curso de Serviço Social, integrando-os ao ambiente universitário, auxiliando para que tenham condições de tomar suas decisões acadêmicas, buscando, especificamente, habilitar o estudante quanto ao discernimento de suas dificuldades acadêmicas, além de desenvolver estratégias de mediação de conflitos entre eles.

Além disso, serão promovidas também ações de acolhimento e permanência como acessibilidade, nivelamento, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos, projetos, intercâmbios nacionais e internacionais, monitoria acadêmica, instituída pela Resolução COEPE 305/2021, incluindo a oferta de bolsas de monitoria e de assistência estudantil.

Além desta iniciativa, a UEMG propicia programas e ações de apoio ao discente para a sua permanência na Universidade. Todas as ações e atividades dos programas de apoio ao discente são implementadas por meio da gerência da gestão superior da

Universidade, garantindo publicidade e eficiência quanto ao acesso aos programas, o que é próprio de uma gestão democrática:

- **Programa de Residência Pedagógica** – PRP: Esse programa integra a Política Nacional de Formação de Professores e tem como objetivo “oportunizar aos estudantes das diversas Licenciaturas, a imersão, a reflexão e a ação sobre e com os processos educativos que ocorrem no âmbito da escola pública, na sala de aula e nos espaços da escola, na busca de uma educação de qualidade social, crítica e emancipatória”.

- **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência** – PIBID: Esse programa tem como objetivo o “aperfeiçoamento da formação de professores para a educação básica e a melhoria de qualidade da educação pública brasileira”.

- **Programa Institucional de Apoio à Pesquisa** da UEMG - PaPq / UEMG: Esse programa destina aos estudantes das Unidades Acadêmicas da UEMG as seguintes modalidades de bolsas e auxílios: Bolsa de Iniciação Científica para alunos de graduação – BIC, Auxílio complementar para aquisição de material de consumo para projetos de pesquisa; Auxílio para Participação em Eventos Científicos para alunos de graduação.

- **Programa Estadual de Assistência Estudantil** - PEAES: Destinado a estudantes de graduação da UEMG em situação de vulnerabilidade socioeconômica, destinando auxílios em diferentes modalidades, prazos e valores, e podendo contemplar os alunos em até 3 auxílios. O objetivo 66 desse programa é “garantir a permanência dos estudantes, democratizando o ensino superior público do Estado de Minas Gerais”. Atualmente, os editais são lançados semestralmente, sendo no primeiro semestre direcionado aos alunos calouros e no segundo semestre aos veteranos.

- **Programa de Apoio à Extensão**: com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de Projetos de Extensão, através da concessão de bolsas, conforme os subprogramas que o compõem, esse programa possibilita auxílio complementar para implementação de projetos extensionistas, bolsas de extensão para estudantes envolvidos em projetos e bolsas para participação em eventos para estudantes de graduação.

- **Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica** – PEMA, tem em vista fortalecer a qualidade do ensino e da aprendizagem nos cursos de graduação. Esse programa concede ao estudante regularmente matriculado, bolsas semestrais para a atividade de monitoria. Entre os objetivos do programa destacamos o de despertar o

interesse pela docência e ampliar a sua participação na vida acadêmica, por meio da vivência direta do processo educacional, mediante a realização de atividades relacionadas ao ensino, que o conduzam à plena formação científica, técnica, cidadã e humanitária. O processo que envolve o planejamento, implementação e avaliação conjunta das atividades desenvolvidas pelo bolsista, é supervisionado diretamente pelo professor orientador que leciona a disciplina para a qual o(a) aluno(a) se inscreveu para atuar.

- **Programa de Nivelamento** - A Coordenação de Curso acompanhará, em cada turma de ingresso, com o auxílio do NAE local, o perfil dos estudantes, objetivando criar um mapeamento de eventuais desnivelamentos educacionais. A estrutura curricular deste PPC já garante, no primeiro período, em seus componentes curriculares, uma abordagem propedêutica que proporciona ações de nivelamento.

- **Programas de Apoio Psicopedagógico** - o NAE da Unidade Acadêmica estabelece parcerias para atendimento a estudantes que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem, encaminhando-os para profissionais que ofertam o diagnóstico clínico e de intervenção psicopedagógica.

9. Núcleo Docente Estruturante

Conforme a íntegra da RESOLUÇÃO COEPE/UEMG n. 284/2020, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) é órgão consultivo e atua no acompanhamento do curso, desde a sua concepção, consolidação, avaliação e na contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso, tendo os seguintes objetivos: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso; zelar pela integração interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; identificar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação; encaminhar para apreciação do Colegiado de Curso os estudos e propostas construídas.

O NDE será composto por 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso, observados os seguintes critérios: 60% de seus membros deverão ter titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; pelo menos 20% de seus membros deverão ter regime de trabalho de tempo integral. Os

membros do NDE serão nomeados mediante Edital da Direção da Unidade Acadêmica.

O Presidente do NDE será escolhido pelos demais componentes e o mandato dos membros do NDE será de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução.

Compete ao Presidente do NDE convocar e presidir as reuniões; coordenar o NDE; representar o NDE junto aos órgãos da instituição; encaminhar as deliberações; promover a integração com o Colegiado do Curso e setores da Instituição.

O NDE deverá reunir-se ordinariamente, pelo menos uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros e as suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, considerados os presentes na reunião, cabendo ao Presidente, no caso de empate, o voto de qualidade.

10. Colegiado de Curso

A coordenação didática do Curso de Serviço Social, na Unidade Acadêmica de Poços de Caldas, será exercida pelo Colegiado do Curso a ser formada diante da aprovação e implantação e exercício do curso na unidade.

Presidido pelo Coordenador do Curso, o Colegiado será composto por:

- I – um representante de cada um dos Departamentos Acadêmicos que ofereçam disciplinas no curso, eleitos pelas respectivas Câmaras Departamentais, por um mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- II – três representantes dos professores que participam do curso, eleitos pelos demais docentes, por um mandato de dois anos, permitida uma recondução; e
- III – dois representantes dos estudantes regularmente matriculados no curso, escolhidos na forma do Estatuto e do Regimento Geral, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Reunindo-se ordinariamente a cada mês, o Colegiado do Curso funcionará com a maioria absoluta de seus membros e suas decisões serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, excluídos os brancos e nulos, tendo as seguintes atribuições: orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso; elaborar o projeto pedagógico do curso e encaminhá-lo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão,

ouvida a Pró-Reitoria de Graduação; fixar diretrizes dos programas das disciplinas e recomendar modificações aos Departamentos; elaborar a programação das atividades letivas, para apreciação dos Departamentos envolvidos; avaliar periodicamente a qualidade e a eficácia do curso e o aproveitamento dos alunos; recomendar ao Departamento a designação ou substituição de docentes; decidir as questões referentes à matrícula, reopção, dispensa de disciplina, transferência, obtenção de novo título, assim como as representações e os recursos sobre matéria didática; e representar ao órgão competente no caso de infração disciplinar, além de:

- articular-se com o Núcleo Docente Estruturante para elaborar o Projeto Pedagógico do Curso e encaminhá-lo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvida a Pró-reitora de Graduação;
- apreciar as alterações propostas pelo Núcleo Docente Estruturante para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso; e
- avaliar periodicamente a qualidade e a eficácia do curso e o aproveitamento dos estudantes, ouvido o Núcleo Docente Estruturante.

11. Infraestrutura

A atual estrutura física está em instalações de propriedade do Estado, na avenida Padre Francis Cletus Cox, n. 300, Jardim Country Club. Trata-se de espaço amplo e adequado às vivências acadêmicas de alunos, professores e funcionários da Unidade Acadêmica.

As instalações contam com 4 edificações (A, B, C e D), descritas abaixo, e amplo espaço para estacionamento. Por terem sido construídas para abrigar um curso de tecnologia em alimentos, algumas salas e laboratórios precisam de adequações e reformas e não estão em uso, mas, até o momento, a infraestrutura tem atendido às necessidades do curso:

Edifício A	
Cozinha	
Laboratório 1	Em uso como almoxarifado
Laboratório 2	Em uso por projeto de pesquisa e extensão
Sanitário Feminino	
Sanitário Masculino	

Edifício B	
Sala de aula	
Salão para palestras	
Sala de Artes/Brinquedoteca	
Laboratório 3	Em uso como depósito
Sala de reuniões	
Sala da Coordenação de Pesquisa	
Sala do Comitê de Ética em Pesquisa	

Edifício C	
Sala da Direção da Unidade	
Hall de Recepção e Secretaria Acadêmica	
Sala da Coordenação do Curso	
Sala da Coordenação de Extensão	
Sala do Departamento Acadêmico	
Sala para Arquivo	
Sanitário Feminino	
Sanitário Masculino	

Edifício D	
Biblioteca	
Laboratório de Informática	
Cantina	
8 salas de aula	
Sala de Professores	
2 sanitários femininos	
2 Sanitários masculinos	

12. Biblioteca

A Biblioteca tem como finalidade prestar serviços de apoio às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão para alunos e professores que buscam informações e conhecimentos necessários ao desenvolvimento das atividades acadêmicas. O acervo disponível ao Curso de Serviço Social foi doado pela Autarquia Municipal de Ensino de Poços de Caldas (AME) à UEMG em 2021. A Biblioteca está instalada próxima às salas de aulas, ocupando uma área com cerca de 40 m², seu funcionamento é de segunda a sexta-feira das 16h às 21h, e aos sábados, de 8 às 12h e, em sua infraestrutura, conta com dois terminais para consulta ao catálogo e Internet.

A Biblioteca faz parte do Sistema Integrado de Bibliotecas da UEMG que utiliza o programa Pergamum. Seu acervo já está todo catalogado utilizando o formato padrão Internacional MARC 21.



Sistema Integrado de Bibliotecas UEMG

RELATÓRIO: Est-Levantamentos bibliográficos-Acervo e exemplares (144)

Área do conhecimento	Título	Exempla
GENERALIDADES	31	60
BIBLIOGRAFIAS	1	1
BIBLIOTECAS / CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E LITERATURA INFANTIL	11	13
ORGANIZAÇÕES GERAIS E MUSEOLOGIA	1	1
JORNALISMO, EDITORAÇÃO, JORNAIS	2	2
FILOSOFIA	28	61
METAFÍSICA	5	7
EPISTEMEOLOGIA, CAUSA, HOMEM	22	34
HUMANIDADE	1	1
FENÔMENOS PARANORMAIS	2	2
ESCOLAS FILOSÓFICAS ESPECÍFICAS	29	38
PSICOLOGIA	105	144
ÉTICA (FILOSOFIA MORAL)	19	34
FILOSOFIA ORIENTAL, ANTIGA E MEDIEVAL	17	29
FILOSOFIA MODERNA OCIDENTAL	41	72
RELIGIÃO	1	1

BÍBLIA	2	2	0
TEOLOGIA MORAL E DEVOCIONAL	1	1	0
TEOLOGIA CRISTÃ SOCIAL	7	8	0
TRATAMENTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DA IGREJA CRISTÃ	2	2	0
OUTRAS RELIGIÕES E RELIGIÃO COMPARADA	2	4	0
CIÊNCIAS SOCIAIS (GENERALIDADES)	140	260	0
SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA	25	28	0
GRUPOS SOCIAIS	1	3	0
CULTURA E INSTITUIÇÕES	1	2	0
CIÊNCIA POLÍTICA	60	84	0
ECONOMIA, RECURSOS NATURAIS	51	69	0
TRABALHO	1	3	0
DIREITO	4	5	0
LEI DAS NAÇÕES	9	12	0
DIREITO PRIVADO	2	2	0
DIREITO ROMANO	1	1	0
PRIVATE LAW	8	11	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CIÊNCIA MILITAR	10	31	0
PROBLEMAS E SERVIÇOS SOCIAIS	18	26	0
VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS	1	2	0
OUTROS SERVIÇOS SOCIAIS	1	1	0
EDUCAÇÃO	1384	2457	1
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	2	4	0
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	1	1	0
ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR, EDUCAÇÃO ESPECIAL	2	3	0
POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	4	5	0
COMÉRCIO, COMUNICAÇÃO, TRANSPORTE	2	1	0
COSTUMES, ETIQUETA, FOLCLORE	8	14	0
LINGUAGEM E LÍNGUAS	29	55	0
LINGUÍSTICA	24	50	0
LÍNGUA INGLESA	1	1	0
LINGUA ESPANHOLA E PORTUGUESA	48	71	0
LÍNGUA LATINA	1	1	0
OUTRAS LINGUAGENS	2	2	0
CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	26	57	0
MATEMÁTICA	129	236	0
ASTRONOMIA E CIÊNCIAS CORRELATAS	1	1	0
FÍSICA	3	8	0
QUÍMICA E CIÊNCIAS CORRELATAS	1	1	0
MINERALOGIA	1	1	0
CIÊNCIAS DA TERRA	1	1	0
CIÊNCIAS DA VIDA, BIOLOGIA	21	29	0
ZOOLOGIA	1	1	0
TECNOLOGIA (CIÊNCIAS APLICADAS)	2	3	0
CIÊNCIAS DA SAÚDE	34	44	0

DOENÇAS DOS DIVERSOS APARELHOS, MEDICINA INTERNA E GENÉTICA MÉDICA	2	4	0
ENGENHARIA E OPERAÇÕES CORRELATAS	1	3	0
AGRICULTURA E TECNOLOGIAS CORRELATAS	2	2	0
ECONOMIA DOMÉSTICA E VIDA FAMILIAR	6	9	2
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS AUXILIARES (CONTABILIDADE, PROPAGANDA E RELAÇÕES PÚBLICAS)	31	43	0
ADMINISTRAÇÃO GERAL E DE EMPRESAS	3	5	0
ARTE (ARTES, MUSEUS, PLANEJAMENTO URBANO, ARQUITETURA, FOTOGRAFIA, MÚSICA)	35	73	0
PINTURA E PINTORES	2	2	0
FOTOGRAFIA E FOTÓGRAFOS	1	1	0
MÚSICA	8	10	0
ARTES RECREATIVAS, ESPORTES, JOGOS ATLÉTICOS, EDUCAÇÃO FÍSICA, GINÁSTICA	31	63	0
LITERATURA E RETÓRICA	59	81	0
RETÓRICA E COLEÇÕES DE LITERATURA	4	10	0
LITERATURA AMERICANA	31	31	0
LITERATURA INGLESA	19	19	0
LITERATURA ALEMÃ	4	5	0
LITERATURA FRANCESA	5	7	0
LITERATURA ITALIANA	5	6	0
LITERATURA DE LÍNGUA ESPANHOLA	115	127	0
FICÇÃO ESPANHOLA	3	3	0
LITERATURA LATINA	1	1	0
LITERATURA HELÊNICA	1	1	0
GEOGRAFIA / HISTÓRIA E DISCIPLINAS AUXILIARES	30	53	0
GEOGRAFIA E VIAGENS	15	29	0
BIOGRAFIAS, GENEALOGIAS	21	23	0
HISTÓRIA ANTIGA	4	4	0
HISTÓRIA DA EUROPA	7	7	0
HISTÓRIA DA ÁSIA	2	2	0
HISTÓRIA DA ÁFRICA	2	2	0
HISTÓRIA DA AMÉRICA DO NORTE	6	7	0
HISTÓRIA DA AMÉRICA DO SUL	55	76	0
ÁREA DO CONHECIMENTO NÃO CADASTRADA	20	30	0

Total / Biblioteca Unidade de Poços de Caldas: 2922 4843 3

Como a Biblioteca possui computadores para acesso dos alunos, está informatizada e os alunos também têm acesso ao laboratório de informática e à Rede WiFi, o acesso às referências básicas e complementares disponíveis nas redes e sistemas de informação, como periódicos especializados *online*, estão disponíveis e em uso, mesmo que não disponíveis no formato impresso.

O acervo conta também com acervo virtual com mais 9. 000 obras, a Biblioteca está informatizada e os alunos têm acesso ao laboratório de informática e à Rede WiFi, com acesso às referências básica e complementares disponíveis nas redes e sistemas de informação, como periódicos especializados *online*, estão disponíveis e em uso, mesmo que não disponíveis no formato impresso.

A UEMG disponibiliza aos docentes e discentes as seguintes bases de dados *on-line*:

- Portal de Periódicos da CAPES
- Biblioteca Virtual Pearson
- Minha Biblioteca
- Revista dos Tribunais Online
- Biblioteca Digital ProView
- Catálogo do Sistema Pergamum
- Portal de Periódicos UEMG, com as Revistas Ambciências, Ciências Gerenciais em Foco, Educação em Foco, Ciência ET Praxis, Histórias Públicas, Inova Jur, Revista Saúde, Corpo e Movimento, Revista Engenharia de Interesse Social, Intercursos Revista Científica, Revista Interdisciplinar Sulear, Linguagens nas artes, Pensamentos em Design, SAPIENS, Revista Mediação, SCIAS, Perspectivas em Políticas Públicas, Serviço Social em Debate, Transverso, Caderno de Educação, Direito e Cidadania, Bantu, Mal-Estar e Sociedade, e Modus.

Além disso, os serviços da biblioteca incluem:

- Pesquisa e consulta ao catálogo da Unidade Acadêmica – ofertado também ao público externo;
- Empréstimo de itens do acervo à comunidade acadêmica, inclusive de outras bibliotecas UEMG e de instituições parceiras;
- Treinamento de usuários quanto aos recursos do SiBi-UEMG;
- Visita guiada;
- Emissão de documento “nada consta”;
- Consulta por dispositivos móveis através do APP Pergamum Mobile; e
- Sala de estudo individual.

13. Laboratório de Informática

Os alunos do curso têm acesso a um Laboratório de Informática que conta com 24 equipamentos em funcionamento e todos com acesso à internet.

O Laboratório de Informática atende às necessidades dos alunos e será usado como recurso didático-prático para as disciplinas que se orientam para a formação/domínio das tecnologias de informação e comunicação.

Referências bibliográficas

ABEPSS. Política Nacional de Estágio, 2009.

ABEPSS. Diretrizes Curriculares da ABEPSS, 1999.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade no ECA.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Lei 8142/90 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade no SUS.

_____. Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

_____. Código de ética do assistente social. Lei no 8.662/1993. **Legislação brasileira para o serviço social**. Brasília: Cress-SP, 2006.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, 1998.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

_____. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

_____. Lei Orgânica da Assistência Social. Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. São Paulo, 2001.

_____. Lei no 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

_____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

_____. Resolução CNE/CES 15/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.

_____. Resolução CNE/CES 02/2007. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos a integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

_____. MEC. RESOLUÇÃO CNE/CP, n. 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e

para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

_____. MEC. RESOLUÇÃO CNE/CP n. 1, DE 15 DE MAIO DE 2006. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

_____. MEC. RESOLUÇÃO CNE/CP, n. 1, DE 30 DE MAIO DE 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos.

_____. MEC. RESOLUÇÃO CNE, n. 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

_____. MEC. RESOLUÇÃO CNE/CP n. 2, DE 1º DE JULHO DE 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

_____. MEC. Resolução CNE/CES n. 7, 2018. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira

_____. MEC. Resolução CNE/CES n. 2, 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO CEE n. 482, de 08 de julho de 2021.

_____. DECRETO nº 46.352, de 25 de novembro de 2013. Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3. ed. ampliada. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, p. 99-134, jan./abr. 2007

UEMG. Resolução UEMG/COEPE n. 287, 2021. Dispõe sobre o desenvolvimento de atividades de extensão como componente curricular obrigatório dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais.

_____. RESOLUÇÃO COEPE/UEMG n. 132/2013. Regulamenta a implantação do regime de matrícula por disciplina nos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e institui procedimentos e limites para matrícula.

_____. RESOLUÇÃO COEPE/UEMG n. 284/2020. Institui o Núcleo Docente

Estruturante no âmbito dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais.

____RESOLUÇÃO CONUN/UEMG n. 374/2017. Regimento Geral da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Adendo 1 – Regulamento Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Este regulamento, na perspectiva de orientar os graduandos na realização das AACC, estabelece critérios para o cumprimento das Atividades Acadêmico Curriculares Complementares e das Atividades de Extensão (AACC), de forma que os estudantes as realizem de maneira autônoma, observando, no entanto, a importância dos caracteres acadêmico, cultural e científico na formação graduando, como prevê o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

1 Das Categorias, Carga Horária e Matrícula

Como prevê o PPC, as AACC – Atividades Complementares e as Atividades Extensão serão obrigatórias aos graduandos.

1.1 Da matrícula.

Para registrar o cumprimento das Atividades Complementares (AACC) e das Atividades de Extensão, o (a) aluno (a) deverá se matricular nas AACC - Atividades Complementares.

2. Das Atividades

2.1 Carga horária - As AACC - Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares compreenderão 180 horas aula, 150 horas relógio, 10 créditos.

2.2 Participação Discente - As AACC - Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares considerarão a participação autônoma do (a) aluno (a) em atividades acadêmicas, a saber:

- Seminários, simpósios, congressos,
- Estudos curriculares e projetos de ensino,
- Participação em projetos de iniciação científica,
- Monitorias acadêmicas,
- Ouvinte em atividades de extensão,
- Atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas,
- Atividades de comunicação e expressão,
- Intercâmbios,
- Estágios extracurriculares,

- Curso regular de língua estrangeira,
- Desenvolvimento de pesquisa com ou sem publicação,
- Participação em coral ou grupo de teatro,
- Representação da UEMG em eventos esportivos,
- Participação como voluntário em ações humanitárias,
- Participação em pesquisa ou visita técnica de campo, desde que orientada por docente e documentada,
- Participação em grupos de estudos e pesquisas,
- Participação na organização e/ou participação em eventos acadêmicos, e
- Presença em atividades culturais, como concertos, teatro, visitas a museus.

3. Da distribuição da carga horária

O (a) aluno (a), devidamente matriculado, deverá distribuir o cumprimento da carga horária das AACC - Atividades Complementares e de Atividades de Extensão da seguinte forma:

Quadro para Integralização de AACC - Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares			
Componente	Núcleo Formativo	Horas	Créditos
AACC–Atividades Complementares	1	30	2
AACC–Atividades Complementares	2	30	2
AACC–Atividades Complementares	3	30	2
AACC–Atividades Complementares	4	30	2
AACC–Atividades Complementares	5	30	2

3.1 Atividades Excedentes

Caso o (a) aluno (a) realize, em determinado semestre, atividades que excedem a carga horária mínima descrita no Quadro para Integralização de AACC - Atividades Complementares, poderá registrar a atividade/carga horária excedente realizada em semestres anteriores e ainda não computadas, desde que comprovadas e realizadas durante o curso.

3.2 Da Avaliação/Validação

Caso o (a) aluno (a) não atinja a carga horária mínima exigida em cada semestre, será considerado reprovado na respectiva Atividade Complementares (AACC) ou Atividade de Extensão.

4. Documentação e procedimentos

Serão considerados documentos comprobatórios de realização das AACC - Atividades Complementares os seguintes documentos, avaliados caso a caso: certificados, declarações e atestados com registro de carga horária.

- a. No caso de presença, como ouvinte, em atividades culturais (concertos, teatro e visitas a museus) serão aceitos ingressos rubricados pelo (a) aluno (a).
- b. Os documentos devem ser anexados à Ficha de Registro de AACC – Atividades Complementares, devidamente preenchida com a descrição da atividade e um breve relato que justifique sua relevância para a formação acadêmica, científica e cultural do aluno.
- c. Os documentos deverão ser validados pela Coordenação de Curso para que as cargas horárias correspondentes possam ser atribuídas aos acadêmicos.
- d. Caso os documentos não sejam aceitos, o (a) aluno (a) será comunicado (a) antes do término dos prazos para que possa proceder às correções necessárias.

5. Docentes responsáveis

Todos os docentes da Unidade podem e devem recomendar, orientar, supervisionar e/ou envolver os (as) alunos (as) em seus projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão e nas demais atividades de AACC - Atividades Complementares, e observar, junto aos estudantes, pelo correto registro documental das atividades realizadas. A Coordenação do Curso será responsável pela análise e validação, nos prazos regulares do semestre letivo.

6. Disposições Gerais

O Colegiado do Curso de Serviço Social decidirá sobre os casos omissos e sobre as atividades não previstas neste regulamento.

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL / FICHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS DE CURRICULARES COMPLEMENTARES		Ano _____ _____ SEMESTRE	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS POÇOS DE CALDAS 	
		NF:		
Discente:	NOME DO(A) ALUNO(A)		Carga Horária: _____ h/a, _____ h, _____ créditos	Folha:

Data	CH	Descrição da atividade	Docente Responsável

Discente (Assinatura) Data: / / _____	Coordenação do Curso: ☐ apto ☐ reprovado Data: / / _____
--	---

Adendo 2 – Regulamento das Atividades Acadêmicas de Extensão

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Este regulamento, na perspectiva de orientar os graduandos na realização das Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE), estabelece critérios para o cumprimento das atividades extensionistas, de forma que os estudantes as realizem, observando, no entanto, a importância do carácter acadêmico, cultural e científico na formação do Assistente Social, como prevê o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

1 – Natureza das Atividades, Carga Horária e Matrícula

1.1. Da Natureza

- 1.1.1. As AAE, realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares, envolverão a execução de ações de extensão nos campos e instituições afins à atuação profissional, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador do Curso de Serviço Social.
 - 1.1.2. As AAE serão desenvolvidas com carga horária vinculada aos componentes curriculares do curso.
 - 1.1.3. O bacharelado deve realizar as AAE integralmente.
 - 1.1.4. O registro do desenvolvimento do licenciando nas AAE ocorrerá em documentação adequada, que permitirá o acompanhamento do processo formativo, por meio de observações críticas, relatos de experiência, dentre outras evidências das aprendizagens do licenciando.
 - 1.1.5. A Extensão Universitária, como parte obrigatória na formação do(a) bacharelado constitui-se como processo interdisciplinar articulado à matriz curricular e à pesquisa
- 1.2. **Da matrícula** - Para integralizar as AAE, o bacharelado terá o percurso abaixo para matrícula, a cada Núcleo Formativo, com carga horária em atividades de extensão vinculadas às disciplinas:

Núcleo Formativo: 1	Área: Serviço Social	Carga Horária: 45h, 3 créditos	
COMPONENTES CURRICULARES	Carga Horária		
	h	Créditos	
Oficina de Introdução à vida acadêmica	15	1	
Capitalismo, Questão Social e Serviço Social	15	1	
Sociologia Geral	15	1	

Núcleo Formativo: 2	Área: Serviço Social	Carga Horária: 45h, 3 créditos	
COMPONENTES CURRICULARES		Carga Horária	
		h	Créditos
Filosofia		15	1
Pesquisa Social		15	1
Antropologia		15	1

Núcleo Formativo: 3	Área: Serviço Social	Carga Horária: 60h, 4 créditos	
COMPONENTES CURRICULARES		Carga Horária	
		h	Créditos
Oficina de trabalho profissional: a dimensão sócio-educativa do Serviço Social		15	1
Ética e Direitos Humanos		15	1
Questão étnico-racial no Brasil		15	1
Classes e Movimentos Sociais II		15	1

Núcleo Formativo: 4	Área: Serviço Social	Carga Horária: 45h, 3 créditos	
COMPONENTES CURRICULARES		Carga Horária	
		h	Créditos
Trabalho e Serviço Social		15	1
Pesquisa Social em Serviço Social		15	1
Gênero e Sexualidade		15	1

Núcleo Formativo: 6	Área: Serviço Social	Carga Horária: 45h, 3 créditos	
COMPONENTES CURRICULARES		Carga Horária	
		h	Créditos
Gestão e Planejamento Social I		15	1
Serviço Social no Judiciário		15	1
Subjetividade e Cultura		15	1

Núcleo Formativo: 7	Área: Serviço Social	Carga Horária: 60h, 4 créditos	
COMPONENTES CURRICULARES		Carga Horária	
		h	Créditos
Laboratório de Intervenção Profissional: competência técnico-operativa do Serviço Social		15	1
Oficina de Trabalho Profissional: Serviço Social e Educação		15	1
Oficina de Trabalho Profissional: Território e Políticas Públicas		15	1
Gestão e Planejamento Social II		15	1

Núcleo Formativo: 8	Área: Serviço Social	Carga Horária: 45h, 3 créditos	
COMPONENTES CURRICULARES	Carga Horária		
	h	Créditos	
Opinião técnica e sigilo profissional em Serviço Social	15	1	
Serviço Social: Meio ambiente, Questão agrária e urbana	15	1	

1.3. **Carga Horária** - Como prevê o PPC, as AAE terão carga horária total de 330 horas, 22 créditos (um crédito equivale a quinze horas-relógio).

2 - Atividades Acadêmicas de Extensão - As Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) compreenderão a participação ativa do (a) aluno (a) em atividades acadêmicas de planejamento, execução e avaliação de atividades de extensão desenvolvidas nas disciplinas discriminadas no quadro do item 1.2 e respectivos Núcleos Formativos, caracterizadas institucionalmente como Programas, Projetos, Cursos, Oficinas, Eventos Acadêmicos ou Prestação de Serviços Acadêmicos.

2.1. O percurso formativo - As Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) deverão atender a coerência do percurso formativo descrito no item 1.2.

2.2 Objetivo geral das AAE - Articular a teoria e a prática no processo de formação dos profissionais, fundamentada no exercício crítico e contextualizado das capacidades profissionais, a partir da mobilização de conhecimentos científicos, estéticos e ético-políticos, assegurados pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e pela inserção do(a) graduando(a) em campos e instituições afins à atuação profissional do assistente social.

2.3 Do Plano Estruturante para as AAE - O curso prevê a carga horária de 330h, 396 aulas, 22 créditos para integralização das AAE, que ocorrerão do Núcleo Formativo 1 ao Núcleo Formativo 8, e contemplará, como determina o PPC, as ênfases de cada Núcleo Formativo, as atividades de extensão e a distribuição da carga horária segundo o seguinte Plano Estruturante:

Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE Plano Estruturante	
Objetivo Geral das AAE	Articular a teoria e a prática no processo de formação dos profissionais, fundamentada no exercício crítico e contextualizado das capacidades profissionais, a partir da mobilização de conhecimentos científicos, estéticos e ético-políticos, assegurados pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e pela inserção do(a) graduando(a) em campos e instituições afins à atuação profissional do assistente social.

Núcleo Formativo: 1	Área: Serviço Social	Carga Horária: 45h, 3 créditos
Atividades	Programas, projetos, cursos e oficinas, eventos ou prestação de serviços	Objetivos Específicos a serem definidos a cada semestre letivo.
COMPONENTES CURRICULARES		Carga Horária
		h Créditos
Oficina de Introdução à vida acadêmica		15 1
Capitalismo, Questão Social e Serviço Social		15 1
Sociologia Geral		15 1

Núcleo Formativo: 2	Área: Serviço Social	Carga Horária: 45h, 3 créditos
Atividades	Programas, projetos, cursos e oficinas, eventos ou prestação de serviços	Objetivos Específicos a serem definidos a cada semestre letivo.
COMPONENTES CURRICULARES		Carga Horária
		h Créditos
Filosofia		15 1
Pesquisa Social		15 1
Antropologia		15 1

Núcleo Formativo: 3	Área: Serviço Social	Carga Horária: 60h, 4 créditos
Atividades	Programas, projetos, cursos e oficinas, eventos ou prestação de serviços	Objetivos Específicos a serem definidos a cada semestre letivo.
COMPONENTES CURRICULARES		Carga Horária
		h Créditos
Oficina de trabalho profissional: a dimensão sócio-educativa do Serviço Social		15 1
Ética e Direitos Humanos		15 1
Questão étnico-racial no Brasil		15 1
Classes e Movimentos Sociais II		15 1

Núcleo Formativo: 4		Área: Serviço Social	Carga Horária: 45h, 3 créditos
Atividades	Programas, projetos, cursos e oficinas, eventos ou prestação de serviços	Objetivos Específicos a serem definidos a cada semestre letivo.	
COMPONENTES CURRICULARES		Carga Horária	
		h	Créditos
Trabalho e Serviço Social		15	1
Pesquisa Social em Serviço Social		15	1
Gênero e Sexualidade		15	1

Núcleo Formativo: 6		Área: Serviço Social	Carga Horária: 45h, 3 créditos
Atividades	Programas, projetos, cursos e oficinas, eventos ou prestação de serviços	Objetivos Específicos a serem definidos a cada semestre letivo.	
COMPONENTES CURRICULARES		Carga Horária	
		h	Créditos
Gestão e Planejamento Social I		15	1
Serviço Social no Judiciário		15	1
Subjetividade e Cultura		15	1

Núcleo Formativo: 7		Área: Serviço Social	Carga Horária: 60h, 4 créditos
Atividades	Programas, projetos, cursos e oficinas, eventos ou prestação de serviços	Objetivos Específicos a serem definidos a cada semestre letivo.	
COMPONENTES CURRICULARES		Carga Horária	
		h	Créditos
Laboratório de Intervenção Profissional: competência técnico-operativa do Serviço Social		15	1
Oficina de Trabalho Profissional: Serviço Social e Educação		15	1
Oficina de Trabalho Profissional: Território e Políticas Públicas		15	1
Gestão e Planejamento Social II		15	1

Núcleo Formativo: 8		Área: Serviço Social	Carga Horária: 45h, 3 créditos
Atividades	Programas, projetos, cursos e oficinas, eventos ou prestação de serviços	Objetivos Específicos a serem definidos a cada semestre letivo.	
COMPONENTES CURRICULARES		Carga Horária	
		h	Créditos
Opinião técnica e sigilo profissional em Serviço Social		15	1
Serviço Social: Meio ambiente, Questão agrária e urbana		15	1

2.4 Do Planejamento das Atividades

2.4.1. Enquanto Programas, Projetos, Cursos, Oficinas, Eventos Acadêmicos e Prestação de Serviços Acadêmicos, as AAE devem ser planejadas, submetidas à apreciação da Coordenação de Pesquisa e Extensão, aprovadas pelo Conselho Departamental e registradas pelo respectivo Departamento Acadêmico.

2.4.2. Os planos de AAE devem observar o objetivo geral descrito no item 2.2 e as ênfases para o percurso formativo descritas no item 2.1.

2.4.3. A elaboração do objetivo específico do plano, tal como sua operacionalização, deve estar de acordo com a necessidade e a realidade da instituição de Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental onde serão realizadas as AAE.

2.4.4. Os planos para AAE podem ser disciplinares ou por grupo de disciplinas.

2.4.5. Os licenciandos devem participar ativamente de todo processo de planejamento, execução/operacionalização e avaliação das AAE.

2.4.6. Todos os planos de AAE devem conter:

PLANO DE ATIVIDADE ACADÊMICA DE EXTENSÃO – AAE

Carga Horária:

Disciplina:

Docente:

1. TÍTULO:

2. ÁREA TEMÁTICA:

3. COORDENADOR

Professor ou técnico-administrativo responsável pelo registro (SIGAA e Coordenação de Extensão) e orientação do projeto.

4. EQUIPE TÉCNICA

Outros membros da comunidade acadêmica (servidores ou alunos) envolvidos no projeto.

5. DEPARTAMENTO

6. INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Instituições que irão apoiar o projeto ou auxiliar na execução das atividades.

7. NÚMERO ESTIMADO DE PARTICIPANTES

Graduandos:

Comunidade Escolar:

Quantidade estipulada de pessoas da comunidade e graduandos que participarão ativamente das atividades ou que serão diretamente beneficiadas por elas.

8. LOCAL (IS) DE REALIZAÇÃO

Localidade(s) onde serão desenvolvidas as atividades, tanto interna quanto externamente.

9. PERÍODO

Data de início e encerramento das atividades.

10. RESUMO DA PROPOSTA

Cerca de meia página resumindo a proposta.

11. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Base teórica a respeito da temática e da problematização do projeto, utilizando-se como referências autores que já desenvolveram estudos sobre o assunto.

12. OBJETIVOS

Finalidades do projeto.

13. JUSTIFICATIVA

Informações sobre a relevância do projeto e argumentação que o justifique, motivação para sua concretização.

14. METODOLOGIA

Definição das atividades e descrição dos métodos e técnicas, instrumentos ou procedimentos para seu desenvolvimento e análise dos resultados que serão obtidos.

15. RESULTADOS ESPERADOS

Descrição dos possíveis resultados e impactos gerados junto à comunidade, através da demonstração de número de ações, atendimentos e questionários de satisfação, por exemplo.

16. CRONOGRAMA

Definição das etapas do projeto por período/ por semestre letivo.

3 - Das Competências

3.1. Da gestão: A gestão das Atividades Acadêmicas de Extensão é competência da Coordenação do Curso de Pedagogia da Unidade de Poços de Caldas em parceria com a Coordenação de Pesquisa e Extensão, Departamento Acadêmico e o docente da disciplina que oferta a AEE.

3.1.1. Caberá à Coordenação do Curso e à Coordenação de Pesquisa e Extensão estabelecerem convênios com as instituições escolares e não escolares, a fim de propiciar espaços institucionais adequados à realização das Atividades Acadêmicas de Extensão;

3.1.2. Caberá à Coordenação do Curso e à Coordenação de Pesquisa e Extensão supervisionarem o processo de desenvolvimento das atividades junto ao corpo docente e discente, no âmbito do curso.

3.1.3. Caberá à Coordenação do Curso estabelecer intercâmbio entre os cursos de licenciatura e as instituições escolares e não escolares que propiciem espaços para atuação dos alunos de graduação.

3.1.4. Caberá à Coordenação do Curso validar, organizar e manter atualizado o registro dos documentos dos alunos referentes à realização das Atividades Acadêmicas de Extensão.

3.1.5. Caberá à Coordenação do Curso estabelecer, junto ao Colegiado do

Curso, a avaliação contínua das AAE.

3.1.6. Caberá à Coordenação do Curso zelar pelo cumprimento dos objetivos geral e específico das AAE, bem como pelas ênfases no percurso formativo proposto aos licenciandos.

3.2. Do docente da disciplina de Atividades Interdisciplinares:

3.2.1. Auxiliar o docente que oferta AAE em sua disciplina quanto ao planejamento, a organização, a execução e a avaliação das atividades de estágio, bem como a análise dos métodos, critérios e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento;

3.2.2. Auxiliar o docente que oferta AAE na orientação metodológica: ações de orientação a serem realizadas nas disciplinas e componentes curriculares correlatos ao respectivo núcleo formativo;

3.2.3. Acompanhar e auxiliar o docente que oferta AAE na avaliação dos discentes durante as atividades de extensão;

3.2.4. Auxiliar os discentes quanto ao preenchimento das fichas de estágio e fichas de reflexão;

3.2.5. Promover atividades, discussões, debates e reflexões com os discentes acerca das práticas interdisciplinaridades e as atividades desenvolvidas nas AAE, visando a formação teórico-prática do licenciando;

3.2.6. Promover a socialização das atividades de extensão para fins de avaliação e replanejamento futuro;

3.2.7. Auxiliar na conferência e encaminhar as fichas de registro de AAE e de reflexão à Coordenação do Curso;

3.2.8. Zelar, em parceria com o docente que oferta AAE em sua disciplina, pelo cumprimento dos objetivos geral e específicos das AAE, bem como pelas ênfases no percurso formativo proposto aos licenciandos em cada Núcleo Formativo; e

3.2.9. Auxiliar a Coordenação de Pesquisa e Extensão na condução e desenvolvimento das atividades de extensão no respectivo Núcleo Formativo.

3.3. Do docente da disciplina com oferta de AAE:

3.3.1. Se responsabilizar pelo planejamento, organização, execução e avaliação das atividades de extensão, bem como a análise dos métodos,

critérios e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento;

3.3.2. Orientar metodologicamente as ações de extensão a serem realizadas nas disciplinas e componentes curriculares correlatos ao respectivo núcleo formativo;

3.3.3. Avaliar os discentes;

3.3.4. Orientar os discentes quanto ao preenchimento das fichas de registro de AAE e fichas de reflexão;

3.3.5. Realizar a conferência e encaminhar as fichas de estágio e de reflexão à Coordenação do Curso; e

3.3.6. Zelar pelo cumprimento dos objetivos geral e específicos das AAE, bem como pelas ênfases no percurso formativo proposto aos licenciandos por este PPC.

3.4. Do graduando do Curso:

3.4.1. Mobilizar-se e participar ativamente dos processos de planejamento, execução e avaliação das AAE.

3.4.2. Submeter-se com ética às normas estabelecidas pela instituição onde as atividades de extensão serão realizadas;

3.4.3. Cumprir os prazos para a integralização e o cronograma da atividade de extensão até o final de cada semestre letivo;

3.4.4. Zelar pelo correto preenchimento das fichas de registro de AAE e fichas de reflexão; e

3.4.5. Entregar, no prazo definido para finalização das AAE, ao(s)

Professor(es) das Disciplinas que ofertam a AAE os seguintes documentos:

3.4.5.1. Ficha de Registro de Atividade Acadêmica de Extensão (AAE); e

3.4.5.2. Ficha de Reflexões sobre a atividade desenvolvida.

4. Da Avaliação e Certificação

4.1. O aluno que participar e cumprir com êxito as atividades receberá certificação emitida pela Coordenação de Pesquisa e Extensão.

4.2. O aluno que participar e cumprir com êxito as atividades terá a respectiva carga horária registrada em seu histórico de vida acadêmica, na respectiva disciplina que tem carga horária de AAE associada.

4.3. Cabe ao docente de disciplina com oferta de AAE avaliar o desempenho do aluno, uma vez que a carga horária de extensão acadêmica está vinculada à disciplina.

4.3.1. Uma vez que as AAE estejam vinculadas à carga horária da disciplina, o discente ao matricular-se na disciplina automaticamente terá que cumprir toda a carga horária destinada a esta, bem como os requisitos para integralização da mesma, para que seja aprovado.

4.4. Cabe à Coordenação de Curso validar as atividades desenvolvidas pelo aluno e, junto à Secretaria Acadêmica, providenciar/acompanhando o devido registro.

4.5. Cabe ao Departamento Acadêmico, à Coordenação de Pesquisa e Extensão, à Coordenação de Curso, à instituição escolar, aos discentes e aos docentes com carga horária de extensão vinculada à disciplina avaliarem as atividades de extensão desenvolvidas a cada semestre letivo.

5. Disposições gerais

5.1. Todos os docentes da Unidade, cujas disciplinas não prevejam vinculação de carga horária extensionista, podem e devem recomendar, desenvolver, orientar, supervisionar e/ou envolver os (as) alunos (as) em seus projetos de extensão, desde que se orientem por este regulamento.

5.2. O Colegiado do Curso de Serviço Social decidirá sobre os casos omissos ou atividades não previstas neste regulamento.

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL / FICHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO		Ano _____ _____ SEMESTRE	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS POÇOS DE CALDAS 	
		NF:		
Discente:	NOME DO(A) ALUNO(A)		Carga Horária: _____h/a, _____h, _____créditos	Folha:

Data	CH	Descrição da atividade	Docente Responsável

Discente (Assinatura) Data: / / _____	Coordenação do Curso: () apto () reprovado Data: / / _____
--	---

Adendo 3 – Regulamento de Estágio Supervisionado

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Capítulo I

DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO

Art. 1º São objetivos do estágio profissional acadêmico:

- I - capacitar o aluno para o trabalho profissional nas dimensões teórica, técnico-operativa e ético-política, de modo a torná-lo capaz de identificar as demandas tradicionais e as emergentes, que incorporam novas necessidades;
- II - conhecer as respostas dos profissionais da organização frente às demandas: suas práticas, sistematizações e saberes traduzidos em estratégias, procedimentos e práticas específicas;
- III - conhecer e desenvolver habilidades operacionais para a utilização adequada dos instrumentos profissionais;
- IV - sensibilizar os acadêmicos para o processo de produção científica (pesquisa) e sistematização da prática profissional, seja ela no âmbito governamental ou não governamental;
- V - possibilitar ao aluno a verificação de sua escolha profissional por meio da aproximação da atividade prática.

Capítulo II

DAS FINALIDADES DO ESTÁGIO

Art. 2º São finalidades do estágio:

- I- contribuir para a compreensão da unidade teórico-prática a partir da articulação do conteúdo ministrado nas disciplinas com a prática profissional;
- II- propiciar ao aluno a formação de uma atitude ética para o estabelecimento de critérios de ação profissional;
- III- propiciar ao aluno a formação de uma postura profissional frente às diferentes realidades da intervenção;
- IV- possibilitar ao aluno o retorno da reflexão sobre a prática vivida no estágio, e a avaliação dos resultados como forma de produção de conhecimento, determinada,

especialmente, pelo confronto entre o saber, o saber fazer e o pensar sobre o fazer (reflexão/ação/reflexão);

V- possibilitar ao aluno a realização do estágio segundo as necessidades e demandas.

Capítulo III

DA CONCEPÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 3º O estágio é a base da inserção do estudante no âmbito profissional, alicerçando a teoria na prática, pautado nas normas e conduta da instituição que o estudante se propôs a executar seu aprendizado.

Art. 4º O estágio, espaço de formação profissional, através da atuação prática no campo de trabalho, possibilita vivenciar:

- a- o acesso, no exercício profissional e as relações de trabalho;
- b- o contato, a abordagem e a intervenção junto ao público, na perspectiva de se manter relações diretas e/ou com maior proximidade com os usuários;
- c- troca de experiências com profissionais publicitários e de outras áreas;
- d- o relacionamento entre profissionais;
- e- contato com instituições, empresas etc.;
- f- trabalho em equipe;
- g- o exercício da ética profissional;
- h- a aplicabilidade da formação acadêmica, enquanto subsídio à intervenção profissional;
- i- a percepção e análise crítica (conjuntural e estrutural) da realidade em que se vai intervir;
- j- a averiguação da vocação para o trabalho e exercício profissional, através da prática;
- k- a apuração da sensibilidade e perfil para o trabalho.

Parágrafo Único. O estágio permite ainda um processo educativo e formativo para todos os envolvidos nas ações: professores, alunos, profissionais, empresas e usuários do serviço.

Capítulo IV

DAS DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS DO ESTÁGIO

Art. 5º O estágio curricular é uma atividade obrigatória que se configura a partir da

inserção do aluno no espaço-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional com supervisão sistemática.

Art. 6º A supervisão de estágio será realizada pelo professor supervisor e pelo profissional de campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados pela Coordenação de Estágio e as empresas conveniadas que oferecem estágio.

Art. 7º O currículo do Curso de Graduação em Serviço Social da Unidade Acadêmica de Poços de Caldas estabelece a carga horária mínima de 480 horas que deverá ser cumprida nos últimos quatro semestres do curso.

Capítulo V

DA NATUREZA DOS CAMPOS DE ESTÁGIOS

Art. 8º São denominados campos de estágio:

- I- organizações públicas e privadas, fundações, instituições estatais, mistas, autarquias, entidades, empresas, organismos de representação oficial de categorias profissionais, sindicatos, que contém em seu quadro de pessoal o profissional de Serviço Social habilitado às funções de Supervisor de Campo e que estabeleçam convênio ou acordo com a Unidade Acadêmica de Poços de Caldas para a realização de Estágio Supervisionado;
- II- programas, projetos e/ou serviços, desenvolvidos pela Unidade Acadêmica de Poços de Caldas e supervisionados por professor ou o profissional habilitado às funções de Supervisor de Campo.

Art. 9º São condições necessárias à abertura e manutenção de campo de estágio:

- a- propiciar condições, juntamente com a Unidade Acadêmica de Poços de Caldas, para o atendimento aos objetivos e finalidades do estágio;
- b- celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, conforme a Lei 11788/2008;
- c- apresentação do Plano de Trabalho, pelo futuro Supervisor de Campo, descrevendo as atividades do profissional, a introdução do estagiário neste processo e o método de supervisão;
- d- o Plano de Trabalho será submetido à aprovação da Coordenação de Estágio;
- e- que o Supervisor de Campo integre a equipe de supervisores junto ao Setor de Estágio por meio de participação das reuniões de supervisores.

Parágrafo Único. A abertura de campos de estágio configura-se como atividade precípua, sistemática e permanente da Coordenação de Estágio, cabendo ao Coordenador e Supervisores Acadêmicos (professores orientadores de estágio) o contato com as organizações que se apresentam como campo ou que tenham sido detectadas como possibilidade de novos campos, para viabilizá-los, garantidas as condições necessárias à sua abertura.

Art. 10. O campo de estágio será fechado quando, do ponto de vista pedagógico e profissional:

- I- não se constituir mais em área de exercício da profissão;
- II- quando não houver interesse das partes conveniadas;
- III- quando a organização conveniada deixar de cumprir as exigências para a continuação do estágio.

Parágrafo Único. Por parte da Unidade Acadêmica de Poços de Caldas, o fechamento de estágio somente poderá ocorrer mediante um processo de avaliação que envolva a Supervisão Acadêmica, a Coordenação de Estágio, Acadêmicos e Supervisor de Campo, com posterior comunicado à Direção Acadêmica da Unidade e à empresa conveniada.

Capítulo VI

DA ORGANIZAÇÃO E SUBORDINAÇÃO

Art. 11. A Coordenação de Estágio é a instância técnico-pedagógico de formação profissional dos alunos do Curso de Graduação em Serviço Social.

Parágrafo único. As atividades de estágio compreendem o Coordenador de Estágio, os supervisores acadêmicos, supervisores de campo e estagiários.

Art. 12. A Coordenação de Estágio está diretamente subordinada à Coordenação do Curso de Graduação.

Art. 13. A Coordenação de Estágio é realizada por um professor, eleito pelo Colegiado do Curso dentre seus membros.

Parágrafo único. Na falta do Coordenação de Estágio, suas atividades serão desempenhadas pelo Coordenador do Curso.

Capítulo VII

DAS COMPETÊNCIAS DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 14. A Coordenação de Estágio tem as seguintes competências:

- a- decidir sobre abertura e fechamento de campo de estágio;
- b- credenciar supervisores de campo;
- c- encaminhar alunos para os respectivos campos de estágio;
- d- manter e intensificar o sistema de comunicação entre aluno-supervisor – Coordenador de Estágio;
- e- promover eventos de caráter formativo para alunos e/ou supervisores;
- f- coordenar, juntamente com os supervisores de campo e acadêmicos e a representação discente, a definição de avaliação dos estagiários;
- g- encaminhar à Secretaria de Registro Acadêmico da Unidade os dados relativos ao aproveitamento e outros documentos relacionados à aprovação do aluno no estágio curricular no respectivo ano letivo;
- h- coordenar o desenvolvimento da supervisão acadêmica;
- i- convocar e coordenar as reuniões de supervisores, com representação discente composta por um representante de cada período do Curso de Graduação em Serviço Social.

Capítulo VIII

DA SUPERVISÃO

Art.15. São duas as modalidades de supervisão: Supervisão de Campo e Supervisão Acadêmica:

I- a Supervisão de Campo será exercida junto aos estagiários, por bacharel em Serviço Social do quadro de pessoal do campo de estágio, devidamente credenciado pelo Setor de Estágio.

II- a Supervisão Acadêmica será exercida junto aos supervisores de campo e estagiários, pelos professores do Curso de Graduação em Serviço Social.

Art.16. A Coordenação de Estágio obedecerá às seguintes exigências para o credenciamento à função de Supervisor de Campo:

I - ser bacharel em Serviço Social em exercício profissional no Campo de Estágio;

II- ser indicado pelo Campo de Estágio;

III- ter uma prática profissional condizente com os pressupostos teóricos do currículo do Curso de Graduação em Serviço Social, vigente nesta Instituição de Ensino

Superior e com o respectivo Código de Ética Profissional;

IV- reconhecer e respeitar a condição do estagiário como aluno em formação e não como funcionário ou substituto do profissional de Serviço Social;

V- aceitar participar como corresponsável pela formação profissional do aluno;

VI- comprometer-se a participar das reuniões de supervisores;

Capítulo IX

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 17. O estágio curricular estabelece as seguintes responsabilidades para o Acadêmico, para o Supervisor Acadêmico e para o Supervisor de Campo:

I- Relativos ao Acadêmico/Aluno Estagiário:

a- cumprir a carga horária pré-estabelecida no Estágio Supervisionado;

b- firmar, com a empresa concedente do Estágio, um Termo de Compromisso que deverá ter como interveniente a Unidade Acadêmica de Poços de Caldas e a Coordenação de Estágio do Curso;

c- elaborar sob a orientação do Supervisor de Campo e colaboração do Supervisor Acadêmico o Plano de Estágio no prazo estabelecido;

d- realizar as atividades estabelecidas no Plano de Estágio, relacionando os conhecimentos teórico-práticos adquiridos na execução do mesmo;

e- participar das supervisões individual e grupal e de seminários promovidos pela disciplina;

f- cumprir o Plano de Estágio levando em conta não só o interesse do aprendizado, mas o compromisso com a empresa e os usuários dos serviços, em conformidade com o Código de Ética Profissional;

g- comparecer pontualmente às atividades de estágio nas datas previstas, horários e justificar ausências por escrito;

h- apresentar diário de estágio para visto e avaliação do Supervisor de Campo nos prazos previstos;

i- elaborar e entregar ao Supervisor Acadêmico os documentos, relatórios e avaliações solicitados;

j- apresentar aos supervisores e/ou Setor de Estágio problemas que possam comprometer a sua formação profissional para estudo de soluções cabíveis;

k- apresentar aos supervisores e/ou Setor de Estágio, a necessidade de transferência de campo de estágio, quando for o caso;

l- apresentar ao Supervisor Acadêmico no final do Curso, um relatório qualitativo sobre os estágios realizados.

II- Relativos ao Supervisor Acadêmico:

a- acompanhar, orientar e avaliar, de forma sistemática, o processo de aprendizagem do aluno, oportunizando uma elaboração de conhecimentos concretos da realidade, bem como o entendimento da relação teoria-prática;

b- mediar as relações entre Campo de Estágio e Coordenação de Estágio;

c- conhecer o campo de prática no qual o aluno está inserido para uma supervisão adequada às exigências da formação profissional e do campo de estágio, incluindo visita ao campo de acordo com a programação do semestre;

d- desenvolver atividades de reciclagem com os supervisores de campo de forma a garantir uma supervisão de qualidade aos estagiários;

e- acompanhar, por meio de instrumentos de supervisão, o processo de aprendizado do aluno, com uma supervisão semanal;

f- convocar supervisores de campo sob sua supervisão para as atividades planejadas;

g- realizar periodicamente, dentro das possibilidades das partes envolvidas, reuniões, encontros e/ou seminários de acompanhamento do Estágio;

h- promover troca de experiências entre os campos de estágio;

i- avaliar e atribuir nota ao aluno segundo os critérios a serem estabelecidos juntamente com a Coordenação do Estágio;

j- elaborar um programa de supervisão acadêmica, considerando os seguintes conteúdos: a política de estágio do Curso, o projeto ético-político da profissão, o diagnóstico situacional, os fundamentos legais da área específica e os fundamentos técnicos e metodológicos da atuação profissional;

k- apresentar à Coordenação de Estágio, relatórios dos estagiários e documentos solicitados;

l- encaminhar, no término do período letivo, à Coordenação de Estágio, uma avaliação do campo de estágio de onde foi orientador.

III- Relativos ao Supervisor de Campo

a- elaborar , juntamente com o estagiário, o Plano de Estágio;

- b- favorecer a realização de pesquisas que envolvam o Campo de Estágio;
- c- facilitar ao aluno o conhecimento da Instituição Campo de Estágio, com ênfase no trabalho desenvolvido pelo publicitário;
- d- disponibilizar dados sobre a Empresa necessários ao conhecimento e visando maior aproximação com a Escola;
- e- Super orientar o aluno em sua inserção no Campo de Estágio e na elaboração da proposta de estágio;
- f- controlar a frequência e carga horária cumprida pelos estagiários;
- g- acompanhar e capacitar o aluno-estagiário na sua prática institucional e, em caso de situações adversas, contatar imediatamente o Supervisor Acadêmico;
- h- participar de reuniões, cursos, seminários, semanas de estudos e outras atividades relativas à formação profissional promovidos pela Universidade e/ou órgão representante da categoria, buscando garantir sua atualização por meio de uma educação continuada;
- i- apresentar à Coordenação de Estágio os documentos solicitados tais como: planos de estágio, relatórios, controle de frequência e carga horária dos estagiários, avaliações de desempenho e outros que se fizerem necessários;
- j- apresentar sugestões à Coordenação de Estágio, sendo coparticipante do processo ensino-aprendizagem do aluno-estagiário;
- k- avaliar o aluno estagiário e encaminhar parecer qualitativo, por escrito, para o Supervisor Acadêmico no final de cada semestre.

Capítulo X

DA INSERÇÃO, ENCAMINHAMENTO E PERMANÊNCIA DO ALUNO NO ESTÁGIO

Art. 18. A inserção dos alunos nos campos de estágios dar-se-á da seguinte forma:

- I- A Coordenação de Estágio deve apresentar aos alunos o conjunto dos campos de estágios existentes, bem como auxiliá-los na escolha da respectiva área de estágio, a partir de seus interesses, perfil pessoal e profissional em formação;
- II- A Coordenação de Estágio deve apresentar aos alunos as respectivas vagas disponíveis de campos de estágios, bem como o cronograma de distribuição e seleção;
- III- A seleção de alunos para estágios remunerados será realizada pelo Núcleo de Apoio ao Estudante – NAE, setor da Unidade Acadêmica de Poços de Caldas,

segundo critérios estabelecidos pela Coordenação de Estágio da Unidade Acadêmica de Poços de Caldas e supervisores de campo;

IV- A seleção dos alunos para estágios não remunerados será realizada pelo supervisor de campo segundo critérios por ele estabelecidos.

Parágrafo Único. Caberá à Coordenação de Estágio interferir nos casos que não atenderem ao prazo determinado ou em outras situações irregulares.

Art. 19. O encaminhamento do aluno ao Campo de Estágio será feito por meio de documentação própria, expedida pela Coordenação de Estágio.

Parágrafo Único. O estágio somente será reconhecido e considerado para efeito da contagem de horas, após o cumprimento deste artigo.

Art. 20. A carga horária deve ser cumprida durante o curso.

Art. 21. Será permitido ao aluno a possibilidade de realização de estágio em campos diferentes, em ordem subsequente, no decorrer de sua formação profissional.

Parágrafo Único. O aluno só poderá ser autorizado a mudar de Campo de Estágio, após o início do estágio, por razões técnicas, administrativas e/ou pessoais excepcionais, mediante informe e justificativa por escrito à Supervisão Acadêmica e obtenção de autorização, também por escrito, da Coordenação de Estágio.

Art. 22. O estágio, como atividade curricular, inscreve-se no processo de formação acadêmico-profissional; assim, se o aluno ultrapassar o número mínimo de horas estabelecidas, tal carga horária será computada em seu histórico escolar.

Capítulo XI

DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 23. A avaliação do processo de aprendizagem dos alunos no estágio será realizada pelo Coordenador de Estágio e Supervisores Acadêmico e de Campo, em **FICHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO** em anexo.

Art. 24. A avaliação do processo de aprendizagem dos alunos do estágio supervisionado será realizada semestralmente.

Art. 25. Os alunos que não obtiverem um desempenho acadêmico satisfatório no decorrer do estágio, segundo a avaliação do supervisor de campo, do supervisor acadêmico e da Coordenação de Estágio, serão reprovados, tendo que cumprir o respectivo estágio após o término do período/núcleo formativo.

Art. 26. Ao final do Estágio Supervisionado, o aluno deverá elaborar um relatório

analítico da experiência vivenciada no estágio.

Art. 27. Os critérios de avaliação do estágio são os seguintes:

- I- dedicação e inserção no plano/projeto/programa/lócus do estágio;
- II- conhecimento da política de estágio;
- III- conhecimento dos métodos de intervenção utilizados pelo profissional;
- IV- conhecimento/aprofundamento e aplicação de instrumentais e técnicas utilizadas;
- V- assiduidade, pontualidade e cumprimento dos horários pré-estabelecidos;
- VI- sistematização das atividades desenvolvidas no exercício do estágio;
- VII- preenchimento da ficha de registro de atividades de estágio obrigatório.
- VIII. Aplicação de conhecimentos teóricos e práticos assimilados;
- IX- Habilidade de trabalhar em equipe; e,
- X- Ética e responsabilidade.

Art. 28. Os critérios de avaliação serão definidos e redefinidos sempre que se fizer necessário, em conjunto pela Coordenação de Estágio, supervisores de campo e supervisores acadêmicos.

Parágrafo Único. A representação discente para este fim será a mesma da reunião dos supervisores.

Capítulo XII

DO ESTUDANTE TRABALHADOR

Art. 29. Caberá à Coordenação de Estágio e à Supervisão Acadêmica avaliar, junto à empresa conveniada, a possibilidade de o aluno estagiar em seu local de trabalho.

Art. 30. O estágio só poderá ocorrer fora do horário de trabalho, para que se possa distinguir claramente a atividade de estágio da atividade de emprego.

Art. 31. Os alunos que não alcançarem o número mínimo de horas exigidas no currículo por serem trabalhadores-estudantes e realizarem estágios em finais de semana, tendo realizado um estágio qualificado, segundo avaliação do Supervisor Acadêmico e da Coordenação de Estágio, poderão completar as horas de estágio nas férias, mediante plano de estágio previamente estabelecido pelo Coordenação de Estágio.

Parágrafo 1º Qualquer decisão ou permissão distinta deverá ser feita por escrito, pela instituição empregadora, e encaminhada à Coordenação de Estágio.

Parágrafo 2º A existência do profissional Supervisor de Campo é essencial, como o Plano de Estágio e Avaliação.

Capítulo XIII

DO APROVEITAMENTO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 32. O estágio não obrigatório poderá ser aproveitado, desde que sejam atendidas as disposições da Lei 11.788/2008.

Parágrafo único – O aproveitamento do estágio não obrigatório estará sujeito à análise e aprovação das Coordenação de Estágio e de Curso e do Colegiado do Curso.

Capítulo XIV

DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Art. 33. A iniciação científica, por seu valor acadêmico, deve ser amplamente fomentada durante o aprendizado profissional, mas nem sempre substitui o estágio, que se configura no espaço por excelência do exercício da profissão e, portanto, poderá assumir características e conteúdos programáticos diferenciados dos objetivos inerentes à iniciação científica.

Parágrafo Único. A partir de análise criteriosa pela Coordenação de Estágio, será considerado estágio, no interior dos projetos de iniciação científica, somente o conjunto de atividades que concretizem uma prática da profissão, devidamente supervisionada.

Capítulo XV

DO ESTÁGIO NA UNIDADE ACADÊMICA DE POÇOS DE CALDAS

Art. 34. Faz parte da política de estágio do curso, sob responsabilidade da Coordenação de Estágio, fomentar ações que viabilizem a abertura de campos de estágios nas áreas de serviços e extensão da Unidade Acadêmica de Poços de Caldas.

Art. 35. A Supervisão de Estágio ocorrerá no período de aula, contando carga horária de três horas por semestre (5º, 6º, 7º e 8º semestres) e será atribuída a um

ou mais docentes do Curso a depender da quantidade de discentes por turma. Esta atividade estará associada às reflexões, às necessidades e ao desenvolvimento das atividades de estágio, sendo obrigatória sua realização de forma concomitantemente às atividades de estágio.

Capítulo XVI

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 36. Os casos omissos serão resolvidos/deliberados pelo Colegiado do Curso de Serviço Social.

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL			ANO _____	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS POÇOS DE CALDAS 	
FICHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO			SEMESTRE _____		
Discente:	NOME DO(A) ALUNO(A)			Carga Horária TOTAL	Folha
Instituição:	Nome da Instituição				
Data	CH	Descrição da atividade			Contato (Assinatura)
Instituição (Carimbo / Assinatura) Data: / /			Supervisão de Estágio (UEMG)		
			Data: / / 2022		
			Coordenação (UEMG) Data: / /		

Adendo 4 – Regulamento das atividades do TCC

Curso de Serviço Social

Regulamenta as atividades para desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Unidade Acadêmica de Poços de Caldas

Artigo 1º. - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é requisito obrigatório ao discente para conclusão do curso de serviço social.

Parágrafo Único – A aprovação do TCC se dará, obrigatoriamente, por meio de banca de defesa pública, segundo os seguintes critérios:

- I- relevância temática;
- II- redação científica;
- III- fundamentação teórico metodológica;
- IV- relevância da análise de dados e dos resultados;
- V- observância das normas técnicas.

Artigo 2º. O TCC deve ser elaborado e apresentado segundo as normas determinadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para a elaboração de trabalhos acadêmicos.

Artigo 3º. O TCC pode ser elaborado individualmente ou em grupos de discentes, ouvida a Coordenação de Curso e as Câmaras/Assembleias dos Departamentos Acadêmicos, dada a disponibilidade dos docentes para assumir encargos didáticos de orientação.

Artigo 4º. Os projetos para elaboração do TCC devem ser elaborados pelos discentes, ou grupo destes, e apresentados à Coordenação de Curso, que os encaminhará aos Departamentos Acadêmicos.

Artigo 5º. Os TCC podem ser elaborados no formato de monografia ou como artigos científicos, com anuência do docente orientador.

Parágrafo 1º. Em caso de artigo científico, o trabalho deve ser individual.

Parágrafo 2º. O TCC pode ser elaborado como um conjunto de artigos científicos com temas afins e/ou complementares, observado o Parágrafo 1º deste Artigo.

Parágrafo 3º. No formato de monografia, os grupos devem ser limitados a três discentes.

Artigo 6º. Os projetos de TCC serão encaminhados pela Coordenação de Curso aos departamentos acadêmicos e estes os apresentarão aos seus docentes congregados

a fim de estabelecer o docente orientador, ouvidas e atendidas as necessidades e disponibilidades das Câmaras/Assembleias de cada Departamento Acadêmico.

Parágrafo 1º. O projeto de TCC deve indicar três docentes como orientadores, salientando que estas indicações serão sugestões, observado o caput deste artigo.

Parágrafo 2º. Não serão permitidos docentes externos como orientadores de TCC.

Parágrafo 3º. Para desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), após a finalização de seu Projeto, o discente (ou grupo de discentes) contará com um orientador docente do curso e terá prazo de 3 semestres para conclusão, em banca de defesa pública, podendo este prazo ser estendido para 4 semestres, desde que esta prolongação do prazo seja aprovada pelo Colegiado do Curso.

Artigo 7º. Cada docente orientador poderá assumir, como encargo didático, no máximo, duas aulas semanais para orientação de TCC.

Parágrafo 1º. O docente orientador deve assumir prioritariamente os encargos didáticos destinados às disciplinas.

Parágrafo 2º. Caso não tenha disponibilidade de encargos, o docente orientador poderá, optativamente, assumir a orientação sem a atribuição de encargos didáticos.

Parágrafo 3º. É permitida a orientação de TCC coletivamente, a toda a turma.

Parágrafo 4º. Caso não haja docente com disponibilidade para assumir orientação de TCC, cabe à Coordenação de Curso fazer orientação coletiva à turma de alunos.

Artigo 8º. Ao co-orientador, se existir, não será atribuído encargo didático.

Artigo 9º. Se o TCC estiver em elaboração no formato de monografia por grupo de discentes, a dissolução do grupo de discentes durante a elaboração do trabalho implica em:

- I - comunicação imediata do docente orientador ao Colegiado do Curso sobre a dissolução do grupo de discentes;
- II - não aproveitamento do texto elaborado e da pesquisa realizada até o momento, por nenhum membro do grupo de discentes, ouvido o docente orientador;
- III - replanejamento de TCC e nova atribuição de docente orientador;
- IV - não aproveitamento da carga horária destinada à pesquisa, ouvido o docente orientador.

Parágrafo Único – O aproveitamento da carga horária destinada à pesquisa,

caso o docente esteja de acordo, se dará mediante requerimento ao Colegiado do Curso.

Artigo 10. O TCC que envolver pessoas em pesquisa empírica deve ser cadastrado na Plataforma Brasil.

Artigo 11. Se for identificada a produção de qualquer tipo de plágio, caberão as determinações legais afeitas ao tema.

Parágrafo Único. Se identificado o plágio, o(s) discente(s) implicado(s) poderá(ao) ser desligados do curso, ouvido o Conselho Departamental da Unidade.

Artigo 12. O TCC pode ser submetido à qualificação com antecedência de seis meses da defesa em banca pública.

Parágrafo Único. As submissões do TCC às bancas de qualificação e de defesa pública estão condicionadas à aprovação do docente orientador.

Artigo 13. As bancas de qualificação e de defesa pública devem ser compostas por, no mínimo, três docentes de educação superior, estando entre eles, pelo menos, o docente orientador e um docente do Curso de Serviço Social da UEMG- Unidade de Poços de Caldas.

Parágrafo 1º. As bancas de qualificação e defesa pública poderão ser compostas por um docente externo convidado, que atue na área.

Parágrafo 2º. O docente convidado deve deter qualificação *stricto sensu*.

Parágrafo 3º. As bancas de qualificação e de defesa pública podem aprovar, reprovado ou aprovar com ressalva(s) o TCC.

- I- Se reprovado, incidem os incisos do Artigo 9º deste regulamento;
- II- Se aprovado com ressalvas, cabe ao discente, ou grupo de discentes, atender às determinações da banca, seja ela de qualificação ou defesa.

Parágrafo 4º. Cabe ao orientador garantir que o trabalho esteja bem fundamentado, coerente com a temática abordada e atenda as normativas legais e institucionais.

Parágrafo 5º. A reprovação do TCC pela Banca ensejará a continuidade da orientação até a sua aprovação.

Artigo 14. Caso as Câmaras/Assembleias departamentais não resolvam pela atribuição de docente orientador a determinado TCC, cabe à Coordenação do Curso efetivar esta atribuição, ouvido o Colegiado do Curso.

Artigo 15. A orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será obrigatória e terá carga horária semestral de 36 aulas / 30 h / 2 créditos, totalizando, em 3

semestres, 108 aulas / 90 h / 6 créditos.

Parágrafo Único. Os créditos do último semestre de orientação de TCC serão atribuídos caso o TCC seja aprovado em Banca de Interlocução, em defesa pública,

Artigo 16. Caberá ao orientador registrar a frequência do(s) alunos às orientações.

Artigo 17. As atividades de orientação de TCC devem ser registradas pelos alunos em ficha específica, em anexo.

Artigo 18. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso, ouvida a Coordenação do Curso.

Artigo 19. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL			ANO _____	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS POÇOS DE CALDAS 	
FICHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE TCC – Projeto de Pesquisa			SEMESTRE _____		
Discente:				Carga Horária TOTAL	Folha
Orientador(a)					
Data	CH	Descrição da atividade	Contato (Assinatura)		
Discente/Assinatura			Orientador(a)/assinatura		
Data: / /2022			Data: / / 2022		
			Coordenação de Curso/assinatura Data: / / 2022		

Este Projeto Pedagógico de Curso foi aprovado pelo Conselho Departamental, pelo Colegiado de Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Unidade Acadêmica da Universidade do Estado de Minas Gerais em Poços de Caldas.